



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO SALTO

CNPJ: 18.347.419/0001-80 E-mail: prefeiturasmq@gmail.com

FONES: (33) 37271144 e 37271145

PRAÇA AURELINA MOTA SANTOS, 218 – CENTRO – CEP 39928-000 – ESTADO DE MG

Administração 2025 – 2028

Governo Diferente, Cuidando da Nossa Gente

EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 021/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 021/2026
REPARTIÇÃO INTERESSADA:
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO SALTO (MG)
UNIDADE SOLICITANTE:
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
LOCAL E DATA PARA O RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS, DOCUMENTOS RELATIVOS À HABILITAÇÃO E INÍCIO DA DISPUTA:
LOCAL: https://portal.licitanet.com.br/
DATA: 11/06/2026
HORÁRIO: 09:15h (horário de Brasília)
DATA E A HORA DA DISPUTA: às 09:15 horas (Horário de Brasília) do dia 11/06/2026.
OBJETO:
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, DESTINADOS AO SUPRIMENTO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE), MERENDA ESCOLAR, EM ATENDIMENTO À SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DO SALTO-MG, ATRAVÉS DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, CONFORME ESTABELECIDO NO TERMO DE REFERÊNCIAS.
VALOR ESTIMADO:
O valor estimado tem caráter sigiloso conforme preconiza o Art. 24, da Lei 14.133/2021.
CRITÉRIO DE JULGAMENTO:
Menor Preço por Lote.
MODO DE DISPUTA:
Aberto e Fechado
AMOSTRA:
A critério do Pregoeiro poderá ser exigida a amostra dos itens após a disputa dos lances com prazo iniciado após a convocação.
ME/EPP/EQUIPARADAS:
(Ampla Participação): Qualquer empresa em condições de participação, com os benefícios previstos na L.C. nº 123/2006 para ME e EPPs.
PROGRAMA DE INTEGRIDADE:
Não será exigida a implantação de programa de integridade.
EQUIPE DE PREGÃO RESPONSÁVEL:
- Nome da Pregoeiro: Josenei Barbosa Silva Santos
- E-mail: licitasantamariadosalto@hotmail.com
- Endereço: Pça. Aurelina Mota Santos, 218 – Centro, CEP: 39.928-000, Santa Maria do Salto(MG)
LEGISLAÇÃO DE REGÊNCIA:
- Lei Federal nº 14.133/2021;
- Lei Complementar Federal nº 123/2006;
- Lei Federal nº 147/2014;
- Decretos Municipais nºs 21/2025, 22/2025, 23/2025, 24/2025, 25/2025, 26/2025, 27/2025, 28/2025, 29/2025, 30/2025 e 31/2025



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO SALTO

CNPJ: 18.347.419/0001-80 E-mail: prefeiturasmq@gmail.com

FONES: (33) 37271144 e 37271145

PRAÇA AURELINA MOTA SANTOS, 218 – CENTRO – CEP 39928-000 – ESTADO DE MG

Administração 2025 – 2028

Governo Diferente, Cuidando da Nossa Gente

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, DESTINADOS AO SUPRIMENTO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE), MERENDA ESCOLAR, EM ATENDIMENTO À SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DO SALTO-MG, através do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, conforme estabelecido no termo de referência, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência - Anexo I do Edital.**

1.2. A licitação será em lotes, conforme tabela constante do Termo de Referência.

1.3. O critério de julgamento adotado será o menor preço por LOTE, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

1.4. O Registro de Preços será formalizado por intermédio da Ata de Registro de Preços, na forma do **Anexo IV** e nas condições previstas neste Edital e no Termo de Referência.

2. DAS COTAS À ME/EPP/equiparadas

2.1. A presente licitação constitui-se da seguinte forma:

a) **(Ampla Participação):** Qualquer empresa em condições de participação, com os benefícios previstos na L.C. nº 123/2006 para ME e EPPs..

3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1. DO CREDENCIAMENTO:

3.1.1. O licitante deverá estar previamente credenciado no sistema “Pregão Eletrônico”, no sítio <https://licitanet.com.br/>.

3.1.2. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

3.1.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão na forma eletrônica.

3.1.4. O licitante que deixar de assinalar o campo da Declaração de ME/EPP não terá direito a usufruir do tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparadas.

3.1.5. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO SALTO

CNPJ: 18.347.419/0001-80 E-mail: prefeiturasmq@gmail.com

FONES: (33) 37271144 e 37271145

PRAÇA AURELINA MOTA SANTOS, 218 – CENTRO – CEP 39928-000 – ESTADO DE MG

Administração 2025 – 2028

Governo Diferente, Cuidando da Nossa Gente

3.2. DAS VEDAÇÕES:

3.2.1. Não poderá participar desta licitação:

- a) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta; pessoa física ou jurídica que atue em substituição a outra, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que observado o procedimento previsto em regulamento próprio sobre sanções administrativas, a ser editado pelo Poder Executivo.
- b) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- c) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- d) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- e) diretamente ou indiretamente, agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, bem como a empresa da qual seja sócio, dirigente ou responsável técnico, sendo que tal proibição também se aplica aos seus parentes em linha reta, colateral ou afim, até o terceiro grau, bem como àqueles que mantêm relacionamento afetivo público e notório com os servidores e dirigentes de todos os órgãos e entidades promotores, participantes da licitação, bem como contratantes;
- f) Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- g) Pessoa física que tenha sido proibida de contratar com o Poder Público em razão de condenação por ato de improbidade administrativa, nos termos do artigo 12 da Lei Federal nº 8.429/1992, ou pessoa jurídica que tenha como sócio majoritário aquele a quem foi dirigida mencionada penalidade, durante o prazo que apontar a decisão condenatória;
- h) Empresa cujo estatuto ou contrato social não seja pertinente e compatível com o objeto desta licitação.
- i) Os profissionais organizados sob a forma de cooperativa, desde que não tenham observado o disposto no subitem 3.4 deste Edital.

3.2.2. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO SALTO

CNPJ: 18.347.419/0001-80 E-mail: prefeiturasmq@gmail.com

FONES: (33) 37271144 e 37271145

PRAÇA AURELINA MOTA SANTOS, 218 – CENTRO – CEP 39928-000 – ESTADO DE MG

Administração 2025 – 2028

Governo Diferente, Cuidando da Nossa Gente

declarada inidônea nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

3.3. DA PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS EM CONSÓRCIO:

3.3.1. **NÃO** será permitida a participação de empresas em regime de consórcio, conforme justificativa técnica e econômica constante do procedimento administrativo;

3.4. DA PARTICIPAÇÃO DE PROFISSIONAIS ORGANIZADOS SOB A FORMA DE COOPERATIVA:

3.4.1. Os profissionais organizados sob a forma de cooperativa poderão participar de licitação quando:

I. a constituição e o funcionamento da cooperativa observarem as regras estabelecidas na legislação aplicável, em especial a Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, a Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, e a Lei Complementar nº 130, de 17 de abril de 2009;

II. a cooperativa apresentar demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados;

III. qualquer cooperado, com igual qualificação, for capaz de executar o objeto contratado, vedado à Administração indicar nominalmente pessoas;

IV. - o objeto da licitação referir-se, em se tratando de cooperativas enquadradas na Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, a serviços especializados constantes do objeto social da cooperativa, a serem executados de forma complementar à sua atuação.

4. DO ACESSO AO SISTEMA E DA INCLUSÃO DAS PROPOSTAS

4.1. A participação no certame se dará por meio do sistema eletrônico denominado LICITANET - Licitações Eletrônicas 4.0, mediante digitação de login e senha pessoal e intransferível do credenciado.

4.1.1 As informações e/ou dúvidas de como incluir propostas e participar do procedimento licitatório podem ser sanadas pelo(s) canais oficiais de atendimento do Sistema LICITANET - Licitações Eletrônicas 4.0.

4.1.2 O licitante enquadrado como Microempresa – ME, Empresa de Pequeno Porte – EPP ou equiparada deverá se identificar em campo próprio do sistema eletrônico, e declarar que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

4.1.2.1 O licitante que não se identificar no campo próprio do sistema eletrônico como Microempresa – ME, Empresa de Pequeno Porte – EPP e equiparadas ficará impedido de participar dos itens/lotos exclusivos e da cota reservada, se houver, e não poderá fazer uso do empate ficto previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006.

4.1.2.2 Para os fins do disposto no subitem 4.1.2 deste Edital, considera-se como “equiparada” o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e o microempreendedor individual - MEI,



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO SALTO

CNPJ: 18.347.419/0001-80 E-mail: prefeiturasmq@gmail.com

FONES: (33) 37271144 e 37271145

PRAÇA AURELINA MOTA SANTOS, 218 – CENTRO – CEP 39928-000 – ESTADO DE MG

Administração 2025 – 2028

Governo Diferente, Cuidando da Nossa Gente

conforme determinam o art. 3º-A e art. 18-E da Lei Complementar nº 123, de 2006, bem como as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, a proposta e os respectivos documentos solicitados para esta etapa procedimental (indicados no subitem 5.2 deste Edital) **necessariamente antes da data e horário estabelecidos para abertura da sessão pública.**

4.2.1. Os documentos relacionados à fase de habilitação (item 07) devem ser apresentados apenas naquela etapa procedimental, conforme disposto no subitem 7.2 deste Edital.

4.2.2. As licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os respectivos documentos anteriormente inseridos no sistema, desde que antes da data e horário estabelecidos para a abertura da sessão pública.

4.2.3. Os documentos que compõem a proposta somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

4.3. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

4.4. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao Pregoeiro(a) a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4.5. Caberá à licitante interessada acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

4.6. Caberá à licitante interessada comunicar imediatamente, por escrito, ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. As propostas de preços serão efetuadas via sistema eletrônico, devidamente preenchidos os campos disponíveis conforme as regras abaixo:

- a) Valores unitários e total por lote, em moeda corrente nacional, cotados com apenas duas casas decimais, expressos em algarismos;
- b) Devem informar o prazo de validade da proposta, que não poderá ser inferior a 60 **(sessenta) dias**, contados da data limite para a sua apresentação. No caso de o prazo de validade ser omitido na proposta, o Pregoeiro considerará o prazo acima mencionado;
- c) Descrição detalhada do objeto, indicando, no que for aplicável, uma única marca por item ofertado, devendo o modelo ser discriminado quando pertinente;
- d) quando houver lotes com mais de um item, obrigatoriamente todos os itens do lote devem ser cotados.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO SALTO

CNPJ: 18.347.419/0001-80 E-mail: prefeiturasmq@gmail.com

FONES: (33) 37271144 e 37271145

PRAÇA AURELINA MOTA SANTOS, 218 – CENTRO – CEP 39928-000 – ESTADO DE MG

Administração 2025 – 2028

Governo Diferente, Cuidando da Nossa Gente

5.1.1. O licitante **não poderá se identificar** no preenchimento da proposta de que trata o subitem 5.1 deste Edital.

5.1.2. As especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.1.3. A apresentação da proposta implicará plena aceitação, por parte da licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

5.1.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.2. Dos documentos a serem anexados com a proposta

5.2.1. Deverão ser anexados via sistema eletrônico (anexos da proposta) os documentos abaixo relacionados, podendo ser inseridos lote a lote / item a item ou selecionada a opção “marcar todos”, para inserir a documentação de todos os lotes/itens com proposta:

I. Declaração firmada pelo licitante de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, na forma do §1º do art. 63 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

II. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar que cumpre os requisitos estabelecidos no subitem 3.4 deste Edital.

5.3. Garantia da proposta

5.3.1. Não será exigido seguro garantia para o presente processo.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, DA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS E LANCES, ENCERRAMENTO DA SESSÃO, NEGOCIAÇÃO E JULGAMENTO DA PROPOSTA.

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. O Pregoeiro verificará a descrição do objeto ofertado, nos termos do subitem 5.1, alínea “c”, deste Edital, e desclassificará sumariamente:

a) As propostas cuja descrição do objeto não esteja em conformidade com os requisitos estabelecidos no item 5;

b) as propostas cuja descrição do objeto identifique a licitante.

6.2.1. Havendo dúvidas quanto às características do objeto ofertado pela licitante, o pregoeiro ou o responsável pela análise técnica poderá efetuar diligências para confirmações e esclarecimentos acerca do material ofertado.

6.3. A desclassificação sumária da proposta será fundamentada, registrada no sistema e disponibilizada em tempo real para todos os participantes.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO SALTO

CNPJ: 18.347.419/0001-80 E-mail: prefeiturasmq@gmail.com

FONES: (33) 37271144 e 37271145

PRAÇA AURELINA MOTA SANTOS, 218 – CENTRO – CEP 39928-000 – ESTADO DE MG

Administração 2025 – 2028

Governo Diferente, Cuidando da Nossa Gente

6.4. A apresentação de proposta acima do orçamento estimado para a contratação não resultará na desclassificação sumária de que trata o item 6.2, ficando a referida análise relegada à fase seguinte à apresentação de lances, se houver, e/ou posterior à negociação.

6.5. A não desclassificação sumária da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

6.6. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

6.6.1. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e as licitantes.

7. DO CARÁTER SIGILOSO DO ORÇAMENTO

7.1. Conforme preconiza o Art. 24, o orçamento pode ser em caráter sigiloso:

7.2. O orçamento estimado da contratação poderá ter caráter sigiloso, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas, e, nesse caso:

- Quando há variação significativa de preços nas amostras colhidas;
- Para proteger informações estratégicas e sensíveis do órgão público;
- Evitar que os licitantes ajustem suas propostas ao teto financeiro
- Impedir que os licitantes utilizem o valor estimado como âncora para elevar as propostas iniciais
- Garantir que a negociação de preços ocorra de forma mais efetiva
- Evitar tratamento desigual entre os licitantes

7.3. Assim sendo, busca-se através do orçamento sigiloso a majoração da assertividade pela Administração, na escolha da contratada que sabendo das dificuldades dos serviços, apresente proposta dentro da sua realidade para que tenha capacidade de honrar os compromissos assumidos na fase licitatória.

8. DOS LANCES

8.1. Iniciada a etapa competitiva, as licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informadas do seu recebimento e do valor consignado no registro.

8.1.1. O lance deverá ser ofertado pelo **valor total do lote**.

8.1.2. Caso a licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

8.1.3. As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

8.1.4. A licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior **ao último por ela ofertado** e registrado pelo sistema.

8.1.5. Não serão aceitos 02 (dois) ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for registrado em primeiro lugar.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO SALTO

CNPJ: 18.347.419/0001-80 E-mail: prefeiturasmq@gmail.com

FONES: (33) 37271144 e 37271145

PRAÇA AURELINA MOTA SANTOS, 218 – CENTRO – CEP 39928-000 – ESTADO DE MG

Administração 2025 – 2028

Governo Diferente, Cuidando da Nossa Gente

8.1.6. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 100,00 (cem reais)**.

9. DO MODO DE DISPUTA

9.1. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “**aberto e fechado**”, em que as licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

9.1.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

9.1.2. Encerrado o prazo previsto no subitem 9.1.1, o sistema abrirá oportunidade para que a autora da oferta de valor mais baixo e as das ofertas com preços até dez por cento superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

9.1.3. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas no subitem 9.1.2, poderão as autoras dos melhores lances, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

9.1.4. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens 9.1.2 e 9.1.3, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.

9.1.5. Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos subitens 9.1.2 e 9.1.3, haverá o reinício da etapa fechada, para que as demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

9.1.6. Poderá o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, no caso de nenhuma licitante classificada na etapa de lance fechado atender às exigências de habilitação.

10. DA DESCONEXÃO DO SISTEMA NA ETAPA DE LANCES

10.1. No caso de desconexão do Pregoeiro com o sistema, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes para a recepção dos seus lances.

10.2. Retornando a conexão do Pregoeiro ao sistema, todos os atos praticados pelas licitantes junto ao sistema serão considerados válidos.

10.3. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após comunicação do fato às participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação, e a ocorrência será registrada em ata.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO SALTO

CNPJ: 18.347.419/0001-80 E-mail: prefeiturasmq@gmail.com

FONES: (33) 37271144 e 37271145

PRAÇA AURELINA MOTA SANTOS, 218 – CENTRO – CEP 39928-000 – ESTADO DE MG

Administração 2025 – 2028

Governo Diferente, Cuidando da Nossa Gente

11. DO CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

11.1. O Critério de julgamento adotado será o menor preço por Lote, conforme definido neste Edital e seus anexos.

12. DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

12.1. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas (ME), empresas de pequeno porte (EPP) e equiparadas, uma vez encerrada a etapa de lances, será assegurada, como critério de desempate, a preferência de contratação para estas.

12.1.1. Considera-se como “equiparadas” o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e o microempreendedor individual - MEI, conforme determinam o art. 3º-A e art. 18-E da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), bem como as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007.

12.1.2. Entende-se por empate, situações em que as propostas, mediante lances apresentados pelas MEs, EPPs e equiparadas sejam iguais ou até de 5% (por cento) superiores ao melhor preço, quando a primeira colocada for empresa de maior porte.

12.1.3. A preferência de contratação será concedida da seguinte forma:

a) Ocorrendo o empate, a ME, EPP ou equiparada melhor classificada nos termos do subitem 9.6.2 terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 05 (cinco) minutos, contados após a comunicação para tanto.

b) Caso a ME, EPP ou equiparada melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo da alínea “a”, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no mesmo prazo estabelecido na alínea “a”.

12.1.4. O tratamento diferenciado de que trata o subitem 9.6 não será aplicado às licitações cujo item seja de valor estimado superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, ainda que as potenciais beneficiárias sejam qualificadas como ME, EPP ou equiparada.

12.1.5. A licitante caracterizada como ME, EPP ou equiparada não poderá fazer uso do tratamento diferenciado de que trata o subitem 9.6 se no ano-calendário de realização da licitação, tiver celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, observado o disposto nos §§ 2º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.

12.2. Após aplicada a regra do subitem anterior e persistindo o empate, ou, caso não seja licitação exclusiva para ME/EPP/Equiparadas, serão utilizados os critérios de desempate descritos no art. 60 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, naquela ordem estabelecida.

12.3. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO SALTO

CNPJ: 18.347.419/0001-80 E-mail: prefeiturasmq@gmail.com

FONES: (33) 37271144 e 37271145

PRAÇA AURELINA MOTA SANTOS, 218 – CENTRO – CEP 39928-000 – ESTADO DE MG

Administração 2025 – 2028

Governo Diferente, Cuidando da Nossa Gente

13. DA NEGOCIAÇÃO

13.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, caso a proposta/lance do licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar esteja acima do valor estimado da contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas.

13.1.1. A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

13.1.2. A negociação de que trata o subitem 9.9 deste Edital poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do valor estimado da contratação.

13.1.3. Concluída a negociação, se houver, o resultado será registrado na ata da sessão pública, devendo esta ser anexada aos autos do processo de contratação.

14. DA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA ADEQUADA AO ÚLTIMO LANCE OFERTADO

14.1. A licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar será convocada para apresentar proposta adequada ao último lance ofertado, contendo os preços unitários e o novo valor total para a contratação, devidamente preenchida e assinada, para fins de exame de aceitabilidade do preço, enviando-a através da plataforma no campo de documentos complementares no prazo MÁXIMO de 02 (duas) horas, contadas a partir da solicitação do Pregoeiro, sob pena de desclassificação.

14.2. A sessão PODERÁ ser suspensa para aguardo da proposta de preços, cabendo ao Pregoeiro informar, através do sistema eletrônico, a data e o horário para retomada da licitação e divulgação da aceitabilidade da proposta.

15. DO ENVIO DA PROPOSTA VENCEDORA

15.1. Encerrada a etapa de negociação (subitem 9.9) e apresentada a proposta adequada (subitem 9.10), se for o caso, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade da proposta do licitante provisoriamente vencedor quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço.

15.1.1. Serão desclassificadas as propostas que:

I - não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no Edital e seus anexos;

II - apresentarem preços inexequíveis;

III - permanecerem acima do valor estimado da contratação;

IV - não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

V - contiverem vícios insanáveis;

VI - apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

VII - No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO SALTO

CNPJ: 18.347.419/0001-80 E-mail: prefeiturasmq@gmail.com

FONES: (33) 37271144 e 37271145

PRAÇA AURELINA MOTA SANTOS, 218 – CENTRO – CEP 39928-000 – ESTADO DE MG

Administração 2025 – 2028

Governo Diferente, Cuidando da Nossa Gente

valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

VIII – No caso de serviços comuns de engenharia, ou serviços comuns é indício de inexecutabilidade das propostas valores inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração.

15.1.2. A inexecutabilidade, na hipótese de que trata o **caput** VII, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

- I. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- II. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta;

15.1.3. Para os fins do disposto nos incisos V e VI do subitem 9.12.1, considera-se vício sanável, entre outras, as seguintes medidas:

I – a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes;

II - o desatendimento de exigências meramente formais e que não comprometam a compreensão do conteúdo da proposta;

III - aquele cujo defeito não altera a substância da proposta;

IV - a atualização de documentos vencidos após a data de recebimento das propostas;

V – a juntada extemporânea de declarações firmadas pelo próprio licitante; ou

VI – a juntada extemporânea de documento não entregue, porém preexistente e passível de comprovar o atendimento de condição pelo licitante, mas que, por equívoco ou falha, não foi apresentado em momento oportuno.

15.1.3.1. O Pregoeiro poderá realizar diligências para sanar os vícios de que trata o subitem 9.12.2 deste Edital, mediante despacho fundamentado registrado em ata.

15.1.4. No caso de apresentação de proposta inexecutável (inciso IV do subitem 9.12.1), o Pregoeiro, para fins de subsidiar a decisão quanto à sua aceitabilidade, poderá realizar diligências para aferir a executabilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada no sentido de:

- a) apurar se há algum risco na viabilidade da execução do objeto ofertado, a origem e a qualidade dos insumos empregados no processo produtivo e se a licitante está em dia com suas obrigações tributárias, previdenciárias e trabalhistas; e
- b) solicitar à licitante maiores esclarecimentos sobre a dimensão da sua proposta e de onde obterá proveito econômico, sua efetiva executabilidade, bem como declaração expressa de que assume eventuais prejuízos ao longo de futura relação contratual a ser firmada, de maneira que possíveis pedidos de modificação contratual posterior sejam analisados atentamente, a fim de que não sejam utilizados como expediente para corrigir distorções nos preços contemplados na proposta vencedora.

15.1.5. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que dispõe o subitem 9.12.2.1 e subitem 9.12.3,



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO SALTO

CNPJ: 18.347.419/0001-80 E-mail: prefeiturasmq@gmail.com

FONES: (33) 37271144 e 37271145

PRAÇA AURELINA MOTA SANTOS, 218 – CENTRO – CEP 39928-000 – ESTADO DE MG

Administração 2025 – 2028

Governo Diferente, Cuidando da Nossa Gente

somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24hrs (vinte e quatro horas) de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

15.2. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

15.2.1. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, sempre que a proposta do provisoriamente vencedora for desclassificada, e antes de o(a) Pregoeiro(a) passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, na forma do subitem 9.13.

16. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

16.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

16.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

16.1.1.1. dos licitantes que mantiverem sua proposta original

16.1.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

16.1.3. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

16.1.4. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

16.1.5. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

16.1.5.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

16.1.5.2. Quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

16.1.6. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

16.1.6.1. Convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

16.1.6.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO SALTO

CNPJ: 18.347.419/0001-80 E-mail: prefeiturasmq@gmail.com

FONES: (33) 37271144 e 37271145

PRAÇA AURELINA MOTA SANTOS, 218 – CENTRO – CEP 39928-000 – ESTADO DE MG

Administração 2025 – 2028

Governo Diferente, Cuidando da Nossa Gente

17. DA AMOSTRA

17.1. O Pregoeiro **poderá exigir que a licitante classificada em primeiro lugar e os aderentes de preços, se houver, apresentem amostra**, observando-se o procedimento estabelecido no TR.

17.2. Após o encerramento da análise da conformidade das propostas e dos lances, o Pregoeiro disponibilizará no sistema os documentos da proposta apresentados pelo licitante classificado em primeiro lugar.

18. DA FASE DE HABILITAÇÃO

18.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação da licitante detentora da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

18.1.1. Consulta consolidada de pessoa jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

18.1.2. A consulta aos cadastros referidos no subitem 7.1 será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei Federal nº 8.429, de 2 de junho de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

18.1.3. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará a licitante inabilitada por falta de condição de participação.

18.1.4. Caso o pregoeiro identifique que uma pessoa física ou jurídica atua em substituição a outra, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, deverá observar o procedimento previsto em regulamento próprio sobre sanções administrativas a ser editado pelo Poder Executivo.

Das regras gerais da fase de habilitação

18.2. Superada a consulta de que trata o subitem 10.1 deste Edital, o Pregoeiro avaliará a documentação da habilitação do licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar que deverá encaminhar **OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO PREVISTOS CONFORME ITEM 10.13 à**

10.13.22 DO EDITAL, via sistema eletrônico juntamente com a proposta inicial até o momento anterior a abertura das propostas.

18.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia autenticada em cartório, observado o disposto no subitem 10.2 deste Edital.

18.4. A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

18.5. As exigências de habilitação das empresas estrangeiras que não funcionem no País serão



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO SALTO

CNPJ: 18.347.419/0001-80 E-mail: prefeiturasmq@gmail.com

FONES: (33) 37271144 e 37271145

PRAÇA AURELINA MOTA SANTOS, 218 – CENTRO – CEP 39928-000 – ESTADO DE MG

Administração 2025 – 2028

Governo Diferente, Cuidando da Nossa Gente

atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

18.5.1. Para fins de assinatura da ata de registro de preço, os documentos exigidos para a habilitação das empresas estrangeiras que não funcionem no País serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizado pelos respectivos consulados ou embaixadas.

18.6. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

18.6.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

18.7. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência de que trata o art. 64 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, para:

I - Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

II - Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

18.7.1. Para os fins previstos no subitem 10.7 deste Edital, não caracteriza como substituição ou a apresentação de novo documento a diligência realizada para:

I - Sanar o desatendimento de exigências meramente formais que não comprometam a aferição da qualificação do licitante;

II - A juntada extemporânea de documento não entregue, porém preexistente e passível de comprovar o atendimento de condição pelo licitante, mas que, por equívoco ou falha, não foi apresentado em momento oportuno.

18.7.2. O Pregoeiro poderá determinar a realização das diligências de que tratam os subitens 10.7 e 10.7.1 deste Edital, mediante despacho fundamentado registrado em ata.

18.7.3. Os documentos exigidos em sede de diligência deverão ser apresentados no prazo e na forma fixados pelo Pregoeiro, sob pena de inabilitação.

18.7.4. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização das diligências, somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

18.8. Compete ao Pregoeiro verificar e julgar as condições de habilitação do licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar, oportunidade em que deverá promover:

I – A conferência de documentos cuja autenticidade das informações possa ser



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO SALTO

CNPJ: 18.347.419/0001-80 E-mail: prefeiturasmq@gmail.com

FONES: (33) 37271144 e 37271145

PRAÇA AURELINA MOTA SANTOS, 218 – CENTRO – CEP 39928-000 – ESTADO DE MG

Administração 2025 – 2028

Governo Diferente, Cuidando da Nossa Gente

verificada eletronicamente por meio de consulta ao site do órgão emissor;

II – A emissão na sessão pública de certidão atualizada nos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e de entidades, que comprove a manutenção da regularidade fiscal e trabalhista no momento da avaliação dessas condições de habilitação, independentemente da apresentação de certidão ainda válida pelo licitante.

18.8.1. A emissão de que trata o inciso II do subitem 10.8 deste Edital fica dispensada na hipótese de indisponibilidade temporária dos sítios eletrônicos emissores no momento da sessão pública, impossibilidade de emissão de documento por meio eletrônico ou quando a sua emissão depender do pagamento de taxa pela Administração Pública.

18.8.2. Quaisquer das circunstâncias a que se referem o subitem 10.8.1 deverão ser registradas na ata de sessão pública e comprovadas no processo administrativo por meio de documentos.

18.8.3. Caso a emissão de novo documento de que trata o inciso II do subitem 10.8 indique a irregularidade fiscal e trabalhista do licitante na data da realização da sessão pública, será declarada a sua inabilitação, salvo na hipótese de licitante caracterizado como Microempresas – ME, Empresas de Pequeno Porte – EPP ou equiparadas, ao qual será ofertado o prazo de 5 (cinco) dias úteis para comprovar a regularização, conforme determina o art. 43 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

18.8.4. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

18.9. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

18.9.1. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, sempre que a proposta do provisoriamente vencedor for inabilitada, e antes de o(a) Pregoeiro(a) passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, na forma do subitem 9.14.

18.10. Constatado o atendimento às exigências estabelecidas no edital, o licitante será declarado vencedor.

18.11. Após o encerramento da fase de habilitação, o Pregoeiro disponibilizará no sistema, os documentos da habilitação apresentados pelo licitante declarado vencedor e aqueles oriundos das diligências promovidas.

18.12. Qualquer licitante poderá, **de forma imediata, após a declaração do vencedor do certame (subitem 10.10), manifestar sua intenção de recorrer em face das decisões proferidas na fase de habilitação, sob pena de preclusão.**

18.12.1. Após a declaração do vencedor do certame, será concedido na sessão pública o prazo de 15 (quinze) minutos para que qualquer licitante manifeste, de forma imediata, em campo próprio do sistema, a intenção de recorrer de que trata o subitem 10.12, de forma motivada, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO SALTO

CNPJ: 18.347.419/0001-80 E-mail: prefeiturasmq@gmail.com

FONES: (33) 37271144 e 37271145

PRAÇA AURELINA MOTA SANTOS, 218 – CENTRO – CEP 39928-000 – ESTADO DE MG

Administração 2025 – 2028

Governo Diferente, Cuidando da Nossa Gente

18.12.2. O prazo e a forma de apresentação das razões recursais deverão observar o disposto no item 8 deste Edital.

19. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

19.1. Para fins de habilitação neste pregão, a licitante deverá enviar os seguintes documentos, observando o procedimento disposto no item 10.2 deste Edital:

20. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

20.1.1. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

20.1.2. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br ;

20.1.3. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

20.1.4. Sociedade empresária estrangeira com atuação permanente no País: decreto de autorização para funcionamento no Brasil;

20.1.5. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

20.1.6. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária - inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde tem sede a matriz;

20.1.7. Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) (sócios ou proprietário da empresa);

20.1.8. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva

20.1.9. Certidão simplificada emitida pela junta comercial do estado, expedida nos últimos 30 (trinta) dias anteriores à data de apresentação das propostas.

21. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

21.1.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

21.1.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO SALTO

CNPJ: 18.347.419/0001-80 E-mail: prefeiturasmq@gmail.com

FONES: (33) 37271144 e 37271145

PRAÇA AURELINA MOTA SANTOS, 218 – CENTRO – CEP 39928-000 – ESTADO DE MG

Administração 2025 – 2028

Governo Diferente, Cuidando da Nossa Gente

Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

21.1.3. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

21.1.4. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor;

21.1.5. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais ou distritais relacionados ao objeto, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de certidão ou declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou por meio de outro documento equivalente, na formada respectiva legislação de regência.

21.1.6. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

21.1.7. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

21.1.8. Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

21.1.9. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

21.1.9.1. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

22. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

22.1.1. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 02 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta, assim apresentados:

a.1) sociedades regidas pela Lei nº 6.404/76 (sociedade anônima): publicados em Diário Oficial ou em jornal de grande circulação, ou fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio do fornecedor.

a.2) para balanço escriturado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – SPED o mesmo deverá estar acompanhado do Termo de Abertura e Encerramento, Recibo de Entrega de Livro Digital e Recibo de Entrega da Escrituração (FCONT) encaminhada a RFB;

a.3) sociedades empresárias e não empresárias e sociedades sujeitas ao regime estabelecido na Lei das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte (SIMPLES NACIONAL): fotocópia do livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO SALTO

CNPJ: 18.347.419/0001-80 E-mail: prefeiturasmq@gmail.com

FONES: (33) 37271144 e 37271145

PRAÇA AURELINA MOTA SANTOS, 218 – CENTRO – CEP 39928-000 – ESTADO DE MG

Administração 2025 – 2028

Governo Diferente, Cuidando da Nossa Gente

Junta Comercial da sede ou domicílio do fornecedor ou em outro órgão equivalente, ou fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis, devidamente registradas ou autenticadas na Junta Comercial da sede ou domicílio do fornecedor;

a.4) sociedade criada no exercício em curso: fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio do fornecedor;

a.5) o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis deverão conter assinatura do responsável da empresa e do profissional de contabilidade habilitado e devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.

a.6) Se houver necessidade de atualização do balanço patrimonial, deverá ser apresentado também o memorial de cálculo correspondente, assinados pelo licitante e pelo contador (constando número registro no Conselho Regional de Contabilidade – CRC).

b) A comprovação da boa situação econômico-financeira da empresa será avaliada pelos índices abaixo, apurados com base nos balanços apresentados, os quais deverão vir com os respectivos valores calculados, conforme estabelecido no Art. 69 da Lei Federal nº 14.133/2021. As empresas que apresentarem resultado diferentes dos parâmetros estabelecidos em qualquer um dos índices apurados, deve comprovar, para fins de habilitação, capital social mínimo ou patrimônio líquido no limite de 10% do valor estimado da licitação;

Índice de Liquidez Geral:

$$\frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não circulante}} \geq 1,0$$

Índice Liquidez Corrente

$$\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} \geq 1,0$$

Índice de Solvência Geral:

$$\frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não circulante}} \geq 1,0$$

c) O Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis de Resultado estão dispensados para MEI – Microempreendedor Individual e Empresas Enquadradas no SIMPLES NACIONAL desde que comprove tal situação com a apresentação da Certidão do Simples emitida no link



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO SALTO

CNPJ: 18.347.419/0001-80 E-mail: prefeiturasmq@gmail.com

FONES: (33) 37271144 e 37271145

PRAÇA AURELINA MOTA SANTOS, 218 – CENTRO – CEP 39928-000 – ESTADO DE MG

Administração 2025 – 2028

Governo Diferente, Cuidando da Nossa Gente

<https://www8.receita.fazenda.gov.br/simplesnacional/aplicacoes.aspx?id=21> .

22.1.2. Certidão negativa de falência ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede do licitante, com data de expedição ou revalidação dos últimos 30 (trinta) dias anteriores à data da realização da licitação, caso o documento não consigne prazo de validade.

a) Na hipótese em que a certidão encaminhada for positiva, deve o licitante apresentar comprovante da homologação/deferimento pelo juízo competente do plano de recuperação judicial/extrajudicial em vigor.

23. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

23.1.1. a) Comprovação de aptidão de desempenho técnico, através de atestados ou certidões fornecidas por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que a licitante forneceu ou está fornecendo, de maneira satisfatória e a contento, os materiais de natureza e vulto similares ao objeto da presente licitação. O(s) atestado(s) deve(m) ser emitido(s) em papel timbrado do órgão/empresa de origem, com assinatura e identificação do responsável, contendo no mínimo as seguintes informações:

- Nome, CNPJ e endereço completo do emitente;
- Descrição do produto fornecido ou serviço prestado;
- Nome da empresa que prestou(s) o(s) serviço (s) ou fornecimento;
- Data de emissão;
- Assinatura e identificação do signatário (nome e cargo ou função que exerce junto à emitente).

a.1). Os atestados poderão ser diligenciados de acordo com o inciso I do art. 64, da Lei 14.133/21.

23.1.2. **ALVARÁ DE LICENÇA E FUNCIONAMENTO**, relativo ao exercício do ano corrente, expedido pelo órgão municipal da sede da licitante;

23.1.3. **ALVARÁ expedido pela Vigilância Sanitária**, relativo ao exercício do ano corrente, expedido pelo órgão municipal da sede da licitante;

24. DOS RECURSOS

24.1. Caberá recurso em face do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação de licitante, observadas as seguintes disposições:

I - A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, na forma e no prazo previsto no prazo de 15 (quinze) minutos após a declaração do vencedor, **sob pena de preclusão**;

II - O prazo para apresentação das razões recursais, é de 03 (três) dias úteis, será iniciado na sessão pública em que o licitante for declarado vencedor do certame (subitem 21.1 deste Edital);

III - A apreciação e julgamento dos recursos interpostos em face do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação de licitante se dará em fase única.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO SALTO

CNPJ: 18.347.419/0001-80 E-mail: prefeiturasmq@gmail.com

FONES: (33) 37271144 e 37271145

PRAÇA AURELINA MOTA SANTOS, 218 – CENTRO – CEP 39928-000 – ESTADO DE MG

Administração 2025 – 2028

Governo Diferente, Cuidando da Nossa Gente

IV – Os recursos deverão ser exclusivamente pelo sistema de disputa, em campo próprio atendendo ao prazo estipulado em edital.

24.2. A não apresentação das razões mencionadas no prazo descrito no item II do subitem 24,1 acarretará, como consequência, a análise do recurso pela síntese dos motivos apresentadas em sede da manifestação de recorrer.

24.2.1. Na hipótese de que trata o subitem 24.1 II, o recurso não será conhecido caso não seja possível compreender as razões indicadas pelo licitante, tenha caráter meramente protelatório, ou seja baseado em fatos genéricos.

24.3. Os demais licitantes, desde logo, ficam intimados para, se desejarem, apresentarem suas contrarrazões, no prazo 03 (três) dias úteis, contados do término do prazo do licitante recorrente.

24.4. A apresentação das razões e das contrarrazões dos recursos deverá ser realizada, única e exclusivamente, em campo próprio do sistema eletrônico, observados os prazos estabelecidos nos itens anteriores.

24.5. Fica assegurada vista imediata dos autos do pregão, com a finalidade de subsidiar a preparação de recursos e de contrarrazões.

24.6. O recurso de que trata o subitem 24.1 deste Edital será dirigido ao Pregoeiro que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 03 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

24.6.1. A autoridade competente poderá solicitar auxílio do órgão de assessoramento jurídico, que deverá dirimir dúvidas jurídicas e subsidiá-la com as informações necessárias.

24.6.2. O prazo para proferir a decisão ficará suspenso caso a autoridade competente solicite o auxílio de que trata o subitem 24.6.1.

24.7. O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

24.8. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

25. DO ENCERRAMENTO DA LICITAÇÃO

25.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação e exauridos os recursos administrativos, o Pregoeiro deverá elaborar um breve relatório contendo os fatos ocorridos no procedimento e a proposta de adoção de uma das condutas do art. 71 da Lei Federal nº 14.133, de 2021:

I - determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;

II - revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade, resultante de fato superveniente devidamente comprovado;



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO SALTO

CNPJ: 18.347.419/0001-80 E-mail: prefeiturasmq@gmail.com

FONES: (33) 37271144 e 37271145

PRAÇA AURELINA MOTA SANTOS, 218 – CENTRO – CEP 39928-000 – ESTADO DE MG

Administração 2025 – 2028

Governo Diferente, Cuidando da Nossa Gente

III - proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;

IV - adjudicar o objeto e homologar a licitação.

25.2. O processo licitatório, acompanhado do relatório de que trata o subitem 12.1, será encaminhado à autoridade máxima do órgão ou entidade demandante, a qual deverá adotar uma das condutas descritas no item anterior.

26. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

26.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

26.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

- a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
- b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

26.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

26.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

26.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

26.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

26.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado

27. DOS CONTRATOS DECORRENTES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

27.1. Depois de assinada a Ata de Registro de Preço, as contratações eventualmente formalizadas pelo órgão ou entidade participante deverão observar o disposto naquele instrumento jurídico, bem como respeitar as condições e requisitos constantes no Termo de Referência.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO SALTO

CNPJ: 18.347.419/0001-80 E-mail: prefeiturasmq@gmail.com

FONES: (33) 37271144 e 37271145

PRAÇA AURELINA MOTA SANTOS, 218 – CENTRO – CEP 39928-000 – ESTADO DE MG

Administração 2025 – 2028

Governo Diferente, Cuidando da Nossa Gente

28. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇO POR “NÃO PARTICIPANTES”

28.1. A Ata de Registro de Preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por órgão ou entidade que não tenha participado do procedimento, desde que cumpridos os requisitos descritos no §§ 2º, 3º, 4º e 5º do art. 86 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

29. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

29.1. As sanções são aquelas previstas no item 14 do Termo de Referência.

Da Aplicação da Sanção

29.2. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

30. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

30.1. Qualquer pessoa poderá, **até 03 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame**, impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021 ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos.

30.2. A impugnação ao edital e o pedido de esclarecimento deverão ser enviadas **exclusivamente em campo próprio do Sistema LICITANET - Licitações Eletrônicas 4.0**.

30.3. Compete ao Pregoeiro receber, examinar e responder os pedidos de esclarecimentos e decidir as impugnações.

30.3.1. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 03 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

30.3.2. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro nos autos do processo de licitação.

30.4. As respostas aos pedidos de esclarecimento e impugnações vincularão os participantes e a Administração.

30.5. Na hipótese de alteração do instrumento convocatório em decorrência do acolhimento da impugnação ou do esclarecimento feito, aplica-se o disposto no §1º do art. 55 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

31. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

30.1. Todas as referências de tempo estabelecidas no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília.

30.2. Toda a documentação exigida para o certame deverá ser anexada no sistema eletrônico e/ou apresentado em formato legível.

30.3. É permitida a utilização de processo de certificação disponibilizada pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, cujos documentos serão



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO SALTO

CNPJ: 18.347.419/0001-80 E-mail: prefeiturasmq@gmail.com

FONES: (33) 37271144 e 37271145

PRAÇA AURELINA MOTA SANTOS, 218 – CENTRO – CEP 39928-000 – ESTADO DE MG

Administração 2025 – 2028

Governo Diferente, Cuidando da Nossa Gente

recebidos e presumidos verdadeiros em relação aos signatários.

30.4. Ao participar da presente licitação, os licitantes assumem integralmente a responsabilidade pela autenticidade e veracidade de todos os documentos e informações prestadas, respondendo, na forma da lei, por qualquer irregularidade constatada.

30.5. Caso o Pregoeiro julgue necessário, a autenticidade dos documentos apresentados por meio do sistema eletrônico poderá ser verificada:

- I - mediante apresentação de original perante o Pregoeiro ou os servidores que compõem a sua equipe de apoio;
- II – por meio de autenticação por cartório competente;
- III – por meio de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal;
- IV – perante publicação em Diário Oficial e/ou documento disponível na Internet, no site oficial do órgão emissor.

30.6. As declarações da empresa licitante solicitadas no edital deverão ser assinadas e identificadas (nome completo, RG e CPF) pelo representante legal ou pelo procurador por ele constituído, não havendo a necessidade de autenticação do documento.

30.7. No caso de documentação assinada por procurador, o Pregoeiro solicitará na sessão o envio da procuração outorgada pelo representante legal da licitante, devidamente autenticado por cartório competente, ou assinada digitalmente por meio de certificação disponibilizada pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, sob pena de desclassificação ou inabilitação.

30.8. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

30.9. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

30.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, deverão ser observadas as regras previstas no art. 183 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

30.11. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus Anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão as deste Edital.

30.12. As informações inerentes a este pregão poderão ser obtidas, pelos interessados, na Sala de Licitação, localizada na Sede de Prefeitura Pça. Aurelina Mota Santos, 218 – Centro, CEP: 39.928-000,



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO SALTO

CNPJ: 18.347.419/0001-80 E-mail: prefeiturasmq@gmail.com

FONES: (33) 37271144 e 37271145

PRAÇA AURELINA MOTA SANTOS, 218 – CENTRO – CEP 39928-000 – ESTADO DE MG

Administração 2025 – 2028

Governo Diferente, Cuidando da Nossa Gente

Santa Maria do Salto(MG), ou pelo telefone nº (33) 33727-1145 em dias úteis ou pelo e-mail:

licitacao@santamariadosalto.mg.gov.br.

30.13. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

30.14. A cópia do Edital e seus Anexos poderá ser retirada junto à Comissão de Contratação, mediante apresentação do recolhimento da taxa de reprodução, proporcional ao número de cópias.

30.15. O edital estará disponível no link <https://www.santamariadosalto.mg.gov.br/licitacoes/1>

30.16. Fica eleito o foro da cidade de Jacinto, Estado da Minas Gerais, renunciando-se a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para processar as questões resultantes desta licitação e que não possam ser dirimidas administrativamente.

30.17. Integram o presente edital, independentemente de qualquer transcrição, os anexos:

Anexo I Termo de Referência;

Anexo II - Modelo de Proposta de Preços;

Anexo III – Declaração Unificada Lei 14.133/2021;

Anexo IV – Minuta da Ata de Registro de Preço;

Anexo V – Minuta do Contrato Administrativo;

Santa Maria do Salto(MG), XX de XXXXXXXXXXXX de 2026.

Lacirene Caires Carvalho
Secretária Municipal de Educação
Matricula: 02654



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO SALTO

CNPJ: 18.347.419/0001-80 E-mail: prefeiturasmq@gmail.com

FONES: (33) 37271144 e 37271145

PRAÇA AURELINA MOTA SANTOS, 218 – CENTRO – CEP 39928-000 – ESTADO DE MG

Administração 2025 – 2028

Governo Diferente, Cuidando da Nossa Gente

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 021/2026

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1-OBJETO

Contratação de Empresa para o fornecimento de gêneros alimentícios, destinados ao suprimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Merenda Escolar, em atendimento à Secretaria Municipal de Educação do Município de Santa Maria do Salto-MG.

2 – DAS JUSTIFICATIVAS

NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

Considerando que a alimentação constitui uma das necessidades mais fundamentais para o ser humano. Além das implicações fisiológicas, envolve aspectos sociais, psicológicos e econômicos, ao qual deve ter uma refeição nutricionalmente adequada em termos qualitativos e quantitativos;

Considerando que para muitas crianças em situação de vulnerabilidade social, a alimentação escolar é o único alimento que recebem durante o dia. Mesmos sabendo que o café da manhã é tido como a refeição mais importante do dia, muitas famílias simplesmente não têm como oferecer o desjejum em casa, e acabam enviando suas crianças à escola com o estômago completamente vazio;

Considerando que o emprego da alimentação saudável e adequada, compreendendo o uso de alimentos variados, seguros, que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis, contribui para o crescimento e o desenvolvimento dos alunos e para a melhoria do rendimento escolar;

Considerando que a alimentação escolar é uma necessidade básica aos alunos durante sua permanência na escola, visando melhorar a capacidade de aprendizagem, formar bons hábitos alimentares, manter o aluno na escola, portanto, deve suprir, parcialmente, as necessidades nutricionais diárias dos alunos.

Desta forma, visando oferecer uma alimentação saudável de qualidade aos alunos da rede municipal de ensino, justifica-se a aquisição dos gêneros alimentícios, pois estes constituem itens de necessidade



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO SALTO

CNPJ: 18.347.419/0001-80 E-mail: prefeiturasmq@gmail.com

FONES: (33) 37271144 e 37271145

PRAÇA AURELINA MOTA SANTOS, 218 – CENTRO – CEP 39928-000 – ESTADO DE MG

Administração 2025 – 2028

Governo Diferente, Cuidando da Nossa Gente

básica para que a criança tenha acesso a todos os nutrientes essenciais a essa fase da vida e consequentemente no desempenho escolar.

Sendo assim, diante das necessidades apontadas, o atendimento à solução exige a contratação de empresa cujo o ramo de atividade seja compatível com o objeto pretendido.

DO QUANTITATIVO

Visando suprir a necessidades da rede municipal de ensino, com 4 estabelecimentos de ensinos, sendo 1 creches, 3 escolas, garantindo o fornecimento regular da Merenda Escolar e atendendo às necessidades nutricionais e de alimentação dos alunos matriculados, foi realizado a seguinte base de cálculo:

Para o cálculo da quantidade é utilizado como base de cálculo, o valor per capita de cada alimento, sendo que, o cardápio para os programas de ensino fundamental e pré-escola deve ser em média de 300 Kcal/dia por aluno, já as creches possuem cardápio diferenciado, ofertando alimentação no desjejum, lanche da manhã, almoço e jantar, fornecendo em média 800 Kcal/dia por criança. Desta forma, cada alimento tem um valor per capita por aluno. Baseando-se neste indicador, calcula-se o número de 457 alunos, conforme Censo 2026, multiplicado pela quantidade per capita de cada alimento, o resultado multiplica-se pelo número de vezes que esse alimento será utilizado no cardápio e por fim, multiplica-se pelo número de meses que será ofertada a alimentação escolar estimada para o período. (memória de cálculo anexa ao processo de origem).

Os quantitativos e descritivos dos itens estão definidos no Documento de Formalização de Despesa-DFD.

Considerando que, em 2020 foi publicada uma nova Resolução CD/FNDE nº 06/2020, e esta trouxe diversas determinações que exigiram uma mudança significativa no padrão dos cardápios executados, aumentando o custo destes, por exemplo:

- Oferta obrigatória na alimentação escolar de frutas in natura, no mínimo, dois dias por semana (Art.18, § 1º, inciso I);
- Obrigatoriedade da inclusão de alimentos fonte de ferro heme no mínimo 4 (quatro) dias por semana nos cardápios escolares. (Art.18, § 4º). O que exige a oferta de produtos cárneos (alimentos fonte de ferro heme), ou seja, é necessário que seja ofertada alimentação salgada pelo menos 4 vezes na semana;
- Proibição a oferta de gorduras trans industrializadas em todos os cardápios (Art.18, § 7º);



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO SALTO

CNPJ: 18.347.419/0001-80 E-mail: prefeiturasmq@gmail.com

FONES: (33) 37271144 e 37271145

PRAÇA AURELINA MOTA SANTOS, 218 – CENTRO – CEP 39928-000 – ESTADO DE MG

Administração 2025 – 2028

Governo Diferente, Cuidando da Nossa Gente

- Proibição da utilização de recursos no âmbito do PNAE para aquisição dos seguintes alimentos e bebidas ultraprocessados: refrigerantes e refrescos artificiais (...) **alimentos em pó** ou para reconstituição. (Art. 22) Este artigo impede o uso do **achocolatado em pó**, que era uma alternativa mais acessível, sendo permitido somente o uso do cacau em pó, produto muito mais caro para a Alimentação Escolar;

Os quantitativos e descritivos dos itens estão definidos no Documento de Formalização de Despesa-DFD.

3 - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Além do cumprimento das condições estabelecidas pela Lei 14.133/2021, deverá ainda o interessado apresentar:

- Apresentar Alvará de Funcionamento, emitido pelo Órgão fiscalizador do Município de domicílio ou sede da empresa;
- Apresentar Alvará de Vigilância Sanitária, emitido pelo Órgão Fiscalizador do Município de domicílio ou sede da empresa;

DAS AMOSTRAS

Objetivando garantir a segurança alimentar, nutricional e a qualidade dos alimentos que são servidos nas escolas deste Município, é de fundamental importância a verificação da procedência de cada alimento e se atendem ao descritivo de cada produto que se pretende adquirir. Para tanto necessário se faz a solicitação de amostras.

- Os licitantes deverão apresentar amostras de todos os gêneros ofertados, em até 48 (quarenta e oito) horas após declarado (a) arrematante (a), para avaliação e seleção dos produtos a serem adquiridos, as quais deverão ser submetidas a testes necessários, conforme dispõe o art. 25, §49 da Resolução ENDE n 938, de 17 de julho de 2009, com exceção dos hortifrutigranjeiros e pães, pois os mesmos são conferidos de acordo com as solicitações do Setor de Alimentação Escolar.
- A empresa que não apresentar a amostra dos produtos licitados será desclassificado.
- As amostras deverão ser apresentadas em embalagem que assegure a sua chegada em perfeitas condições de análise, devidamente identificadas (nome da licitante, modalidade e número da licitação), no Almoxarifado Municipal, local será informado no momento que for declarado arrematante;



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO SALTO

CNPJ: 18.347.419/0001-80 E-mail: prefeiturasmq@gmail.com

FONES: (33) 37271144 e 37271145

PRAÇA AURELINA MOTA SANTOS, 218 – CENTRO – CEP 39928-000 – ESTADO DE MG

Administração 2025 – 2028

Governo Diferente, Cuidando da Nossa Gente

- A Contratante não se responsabilizará por amostra que seja entregue com embalagem danificada e/ou sem condições para análise;
- As marcas das amostras deverão ser as marcas apresentadas na proposta. Não serão admitidas substituições de marcas, exceto em situações excepcionais e com a autorização das nutricionistas;
- As amostras apresentadas para análise não serão devolvidas aos proponentes, podendo ser entregue apenas uma embalagem de cada produto;
- As amostras serão analisadas avaliando critérios de palatabilidade, aroma, rendimento, consistência, textura, cozimento. Aprovadas as amostras pelo Departamento de Alimentação Escolar, será emitido o Certificado de Aprovação, que será encaminhado ao Núcleo de Licitações e Contratos;
- As amostras serão avaliadas pelas Nutricionistas do Departamento de Alimentação Escolar, que emitirá um relatório para a Comissão Permanente de Licitação, informando da aprovação ou não das amostras apresentadas;

Será reprovada a amostra que:

- Não apresentar amostra correspondente com a rotulagem do gênero alimentícios ofertado;
- Por falta de condições e/ou informações necessárias à análise do produto ofertado e/ou apresente produto fora das especificações deste procedimento.

4 – CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

Para garantir que os produtos a serem adquiridos, sejam de boa qualidade e atenda às necessidades da Secretaria Municipal de Educação é importante considerar as seguintes condições:

- A Contratada deverá fornecer todo(s) o(s) PRODUTO(s) de forma **parcelada** no preço, prazo e forma estipulados na proposta e disponibilizar produtos de boa qualidade de acordo com as especificações contidas na planilha descritiva;
- Caso os produtos se encontrem desconforme ao exigido no futuro termo contrato e/ou da proposta contratada, a CONTRATANTE notificará a CONTRATADA, constituindo, dentre outras, causas do não recebimento do produto;
- A obrigação da entrega apenas estará caracterizada após o recebimento pela CONTRATADA da Ordem de Fornecimento, para cuja retirada a licitante terá o prazo de cinco dias corridos, contados de sua Notificação;



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO SALTO

CNPJ: 18.347.419/0001-80 E-mail: prefeiturasmq@gmail.com

FONES: (33) 37271144 e 37271145

PRAÇA AURELINA MOTA SANTOS, 218 – CENTRO – CEP 39928-000 – ESTADO DE MG

Administração 2025 – 2028

Governo Diferente, Cuidando da Nossa Gente

- Quanto à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
- Na hipótese de complementação, a CONTRATADA deverá fazê-la em conformidade com a indicação do Contratante, no prazo máximo de 02 (dois) dias corridos, contados da notificação por escrito e mantido o preço inicialmente contratado;
- A contratada deverá fornecer diretamente o objeto, não podendo transferir a responsabilidade pelo objeto licitado para nenhuma outra empresa ou instituição de qualquer natureza;
- É expressamente vedado a subcontratação total ou parcial do objeto, sob pena de rescisão do contrato e aplicação e outras penalidades cabíveis.

DAS ENTREGAS

As entregas deverão ocorrer conforme condições, quantidades, exigências do órgão demandante, conforme cronograma e endereço informado na AF – Autorização de Fornecimento;

- As entregas deverão ocorrer semanalmente ou quinzenalmente, de acordo com a necessidade do Órgão Demandante.

QUANTO AO TRANSPORTE

Para assegurar a qualidade e a segurança dos alimentos fornecidos, é indispensável que o transporte de produtos perecíveis e não perecíveis seja realizado em condições adequadas, observando-se rigorosamente as normas sanitárias vigentes. Os alimentos perecíveis deverão ser transportados em veículos devidamente higienizados, equipados com sistema de refrigeração ou isolamento térmico que garanta a manutenção da temperatura apropriada até o destino final, evitando qualquer risco de deterioração. Já os alimentos não perecíveis deverão ser acondicionados de forma organizada e protegidos contra umidade, poeira, pragas e contaminações externas.

O fornecedor deverá comprovar que dispõe de meios de transporte adequados, próprios ou terceirizados, que atendam às exigências legais e sanitárias, garantindo a integridade dos produtos durante todo o trajeto. O não cumprimento dessas condições poderá resultar na recusa dos produtos e na aplicação das penalidades cabíveis, conforme previsto na legislação aplicável e no instrumento convocatório.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO SALTO

CNPJ: 18.347.419/0001-80 E-mail: prefeiturasmq@gmail.com

FONES: (33) 37271144 e 37271145

PRAÇA AURELINA MOTA SANTOS, 218 – CENTRO – CEP 39928-000 – ESTADO DE MG

Administração 2025 – 2028

Governo Diferente, Cuidando da Nossa Gente

6- CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DOS PRODUTOS

- Os gêneros alimentícios deverão ser entregues em embalagens lacradas, com nome do fabricante, identificação do produto, data de fabricação e prazo de validade mínimo de 06 (seis) meses. Todos os produtos devem conter a tabela de informações nutricionais em suas embalagens;
- Constatadas irregularidades nos produtos, a Contratante poderá rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

Serão rejeitados os produtos que contenham especificações diferentes das constantes da planilha de solicitação, devendo a sua substituição ocorrer na forma e prazos definidos no item abaixo:

- ✓ Produtos com prazo de validade inferior a 06 (seis) meses, contados da data do recebimento pelo Departamento de Alimentação Escolar;
- ✓ A entrega de produto de marca diferente da apresentada na proposta, salvo se de melhor qualidade, a ser verificado a critério do órgão recebedor;
- ✓ Houver qualquer situação em desacordo entre os produtos fornecidos e este termo;
- ✓ A nota fiscal/fatura estiver com a especificação do objeto e quantidade em desacordo com o discriminado no futuro termo contratual e/ou pedido;
- ✓ Os produtos apresentarem vícios de qualidade ou ser impróprio para consumo, ou ainda possuírem defeitos de fabricação;
- ✓ Os produtos recusados pelo contratante deverão ser substituídos(s), por produtos de boa qualidade, automaticamente, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contados da data da Notificação, correndo por conta do fornecedor as despesas de devolução dos produtos recusados;

Por ocasião da entrega, a CONTRATADA deverá colher no comprovante respectivo, a data, o nome, o cargo, a assinatura e o número do Registro Geral (RG), emitido pelo servidor da Prefeitura responsável pelo recebimento.

Os produtos serão recebidos **provisoriamente no ato da entrega**, juntamente com a nota fiscal ou documento equivalente, pelo(a) responsável por acompanhar a fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste termo e na proposta;



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO SALTO

CNPJ: 18.347.419/0001-80 E-mail: prefeiturasmq@gmail.com

FONES: (33) 37271144 e 37271145

PRAÇA AURELINA MOTA SANTOS, 218 – CENTRO – CEP 39928-000 – ESTADO DE MG

Administração 2025 – 2028

Governo Diferente, Cuidando da Nossa Gente

O **recebimento definitivo** ocorrerá no prazo de até 03(três) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou documento equivalente pela administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado;

O prazo de recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver a necessidade de diligências para aferição do atendimento das exigências contratuais;

7 – OBRIGAÇÕES DAS PARTES

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas ajustadas e as normas da Lei nº14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

As comunicações entre as partes devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

DA CONTRATADA

- Atender a todas as condições descritas no presente Termo de Referência;
- Responsabilizar-se pelo fornecimento do objeto deste Termo de Referência, respondendo civil e criminalmente por todos os danos, perdas e prejuízos que, por dolo ou culpa sua, de seus empregados, prepostos, ou terceiros no exercício de suas atividades, vier a direta ou indiretamente, causar ou provocar à contratante;
- Dar ciência, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar na execução do objeto, bem como, prestar esclarecimentos que forem solicitados pela contratante;
- Não deixar de executar qualquer atividade necessária ao perfeito fornecimento do objeto, sob qualquer alegação, mesmo sob pretexto de não ter sido executada anteriormente qualquer tipo de procedimento;
- Prestar qualquer tipo de informação solicitada pela contratante sobre os fornecimentos, bem como fornecer qualquer documentação julgada necessária ao perfeito entendimento do objeto deste Termo de Referência;
- Manter durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas;
- Atender prontamente a quaisquer exigências da Fiscalização da Contratante, inerentes ao objeto desta contratação;
- Não transferir a terceiros, total ou parcialmente, os direitos e obrigações vinculados à contratação;



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO SALTO

CNPJ: 18.347.419/0001-80 E-mail: prefeiturasmq@gmail.com

FONES: (33) 37271144 e 37271145

PRAÇA AURELINA MOTA SANTOS, 218 – CENTRO – CEP 39928-000 – ESTADO DE MG

Administração 2025 – 2028

Governo Diferente, Cuidando da Nossa Gente

- Responsabilizar-se pelo recolhimento de todos os tributos que incidam ou venham a incidir sobre as atividades inerentes à execução do objeto contratual, não cabendo, portanto, qualquer obrigação à CONTRATANTE com relação aos mesmos;
- Arcar com todo e qualquer ônus resultante das obrigações fiscais e dos encargos trabalhistas e previdenciários, decorrentes da contratação para a prestação dos serviços;
- Arcar com os custos concernentes a substituições em decorrência de transporte, avaria, embalagem ou armazenamento e outros;
- Cumprir todas as Ordens de Fornecimento integralmente, sob pena de rescisão unilateral contratual e aplicação das demais sanções aplicáveis;
- A Contratada deverá entregar os PRODUTO (s) dentro das especificações contidas neste instrumento, responsabilizando-se pela troca, em caso de danificação em sua embalagem, desde que a danificação na embalagem comprometa o uso futuro do produto em questão conforme parecer técnico da unidade solicitante;
- Responsabilizar-se por todas as despesas inerentes ao objeto tais como: envio de amostras para devidas análises, seguros, taxas, impostos, entrega (carga e descarga) etc.;

DO CONTRATANTE

- Proporcionar todas as facilidades para a contratada executar o fornecimento do objeto do presente Termo de Referência;
- Comunicar prontamente à contratada qualquer anormalidade na execução do objeto, podendo recusar o recebimento, caso não esteja de acordo com as especificações e condições estabelecidas no presente Termo de Referência;
- Efetuar o pagamento à contratada, de acordo com as condições estabelecidas neste Termo de Referência;
- Promover o acompanhamento e fiscalização da execução do objeto contratado de forma que sejam mantidas todas as condições estipuladas neste termo;
- Aplicar as penalidades cabíveis por descumprimento do quanto pactuado.

8 – DA PESQUISA DE PREÇOS

De acordo às informações do Setor de Compras, foi utilizado como fonte de buscas cotação direta com fornecedores, utilizando-se de média como método de apuração da estimativa de preços.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO SALTO

CNPJ: 18.347.419/0001-80 E-mail: prefeiturasmq@gmail.com

FONES: (33) 37271144 e 37271145

PRAÇA AURELINA MOTA SANTOS, 218 – CENTRO – CEP 39928-000 – ESTADO DE MG

Administração 2025 – 2028

Governo Diferente, Cuidando da Nossa Gente

Quanto ao valor estimado da presente contratação é de caráter sigiloso até o encerramento da fase de lances, nos moldes preconizados no art. 15 do Decreto Federal 10.024/19 com o intuito de favorecer a busca pelas propostas mais vantajosas e mais adequadas ao interesse desta administração e conforme dispõe o art. 24, da Lei Federal nº 14.133/2021, consta de anexo classificado e acostado ao presente processo, uma vez que o sigilo contribuirá para a obtenção de condições mais vantajosas, garantindo a escolha das propostas mais adequadas aos interesses desta administração.

9 – DAS INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

Os recursos orçamentários necessários ao registro das despesas correrão por conta das dotações que serão informadas pelo Departamento de Contabilidade quando da formalização do futuro termo contratual ou nota de empenho.

10 – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O pagamento devido à empresa será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias contados a partir da apresentação da Nota Fiscal/Fatura e depois de atestada pelo Contratante a satisfação do objeto, por meio de transferência bancária.

Ocorrendo erros na apresentação do documento fiscal, o mesmo será devolvido à contratada para correção, ficando estabelecido que o prazo para pagamento será contado a partir da data de apresentação da nova fatura, devidamente corrigida.

11 – DO LOCAL DE ENTREGA DOS PRODUTOS

Os produtos deverão ser entregues diretamente no Almoxarifado Municipal, Santa Maria do Salto/MG-BA, de segunda à quinta-feira das 08:00 às 12:00 – 14:00 às 17:00, conforme condições, quantidades, exigências do Setor de Nutrição Escolar e ou Escolas (**para o Lote de pães**), conforme cronograma e endereço informado na Ordem de Fornecimento;

- **PARA O LOTE DE PÃES**, o fornecedor receberá a previsão (cronograma) de entregas do mês, a planilha com os quantitativos dos itens por escola, sendo que as entregas serão por escola e poderão ocorrer mais de uma vez na semana;
- **PARA OS LOTES DE CARNES, LATICÍNIOS E HORTIFRUTIGRANJEIROS**, as entregas deverão ocorrer semanalmente ou quinzenalmente, de acordo com a necessidade do Setor de Merenda Escolar.

Os gêneros não perecíveis deverão ser entregues de acordo com a solicitação do Departamento de Nutrição Escolar;

A contratada terá o prazo de 5 (cinco) dias corridos, a partir do recebimento da ordem de fornecimento para realizar a entrega;

Caso ocorra do 5 (quinto) dia corrido cair em dia considerado feriado, sábado, domingo ou ponto



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO SALTO

CNPJ: 18.347.419/0001-80 E-mail: prefeiturasmq@gmail.com

FONES: (33) 37271144 e 37271145

PRAÇA AURELINA MOTA SANTOS, 218 – CENTRO – CEP 39928-000 – ESTADO DE MG

Administração 2025 – 2028

Governo Diferente, Cuidando da Nossa Gente

facultativo no Município de Santa Maria do Salto/MG a entrega deverá ser feita no próximo dia útil subsequente, sob pena da aplicação das sanções cabíveis

Caso a CONTRATADA não cumpra o prazo de entrega sem justificativa formal aceita pela CONTRATANTE, decairá o seu direito de fornecer os produtos adjudicados, sujeitando-se às penalidades previstas no Edital, sendo convocados os licitantes remanescentes, em ordem de classificação;

Os produtos deverão ser entregues separados por item e prazo de validade, com seus respectivos quantitativos impressos na nota fiscal.

12 – DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 12 (doze) meses e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, a qual será devidamente publicada no Portal Nacional de Compras Públicas.

13 – DA FISCALIZAÇÃO

Nos termos do Artigo 117 da Lei Federal 14.133/2021, a execução do contrato deverá ser fiscalizada pelo (s) fiscal (is) do contrato Sra. Larissa Ferreira Silva, Cargo: Nutricionista Escolar, ou pelos respectivos substitutos, afim de acompanhar a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração;

Para a fiscalização e gestão do contrato deverão ser observados, o disposto no Decreto Municipal nº11.602/2023 no que diz respeito às atividades de fiscalização e gestão de contratos.

Ocorrendo erros na apresentação do documento fiscal, o mesmo será devolvido à contratada para correção, ficando estabelecido que o prazo para pagamento será contado a partir da data de apresentação da nova fatura, devidamente corrigida.

14 – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS - PENALIDADES

A aplicação de penalidades realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e as Leis subsidiárias no que couber.

a) Comete infração administrativa nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, a



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO SALTO

CNPJ: 18.347.419/0001-80 E-mail: prefeiturasmq@gmail.com

FONES: (33) 37271144 e 37271145

PRAÇA AURELINA MOTA SANTOS, 218 – CENTRO – CEP 39928-000 – ESTADO DE MG

Administração 2025 – 2028

Governo Diferente, Cuidando da Nossa Gente

Contratada que:

- b) Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- c) Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- d) Dar causa à inexecução total do contrato;
- e) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- f) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- g) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- h) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- i) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- j) Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- k) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- l) Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.
- m) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.
- n) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- o) Nos casos de retardamento, de falha na execução do contrato ou de inexecução parcial ou de inexecução total do objeto, garantida a ampla defesa, a CONTRATADA poderá ser apenada, isoladamente, ou juntamente com as multas definidas nos itens “16.3” a “16.11”, e nas tabelas 1 e 2 abaixo, com as seguintes penalidades:
- p) Advertência;
- q) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 16.1.2 a 16.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- r) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 16.1.8 a 16.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;
- s) Configurar-se-á a inexecução total, entre outras hipóteses, quando:
- t) O atraso injustificado na entrega, independentemente do quantitativo em atraso, for superior a 20 (vinte) dias corridos;
- u) For entregue objeto diverso daquele contratado.
- v) No caso de inexecução total do objeto a CONTRATADA estará sujeita à aplicação de multa de até 30% (trinta por cento) do valor do contrato.
- w) Configurar-se-á o retardamento da execução, entre outras hipóteses, quando a CONTRATADA, sem causa justificada, deixar de iniciar, a qualquer tempo, a execução do contrato ou atrasar a entrega do objeto definido no contrato.
- x) No caso de cometimento das infrações elencadas no item acima, a CONTRATADA poderá ser sancionada com multa diária de 1% (um por cento) sobre o valor total do contrato, até o limite de 20% (vinte por cento).
- y) Configurar-se-á a inexecução parcial do objeto, entre outras hipóteses, quando decorridos 20 (vinte) dias corridos do término do prazo estabelecido para a execução do contrato, houver fornecimento do objeto pela CONTRATADA, mas não em sua totalidade.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO SALTO

CNPJ: 18.347.419/0001-80 E-mail: prefeiturasmq@gmail.com

FONES: (33) 37271144 e 37271145

PRAÇA AURELINA MOTA SANTOS, 218 – CENTRO – CEP 39928-000 – ESTADO DE MG

Administração 2025 – 2028

Governo Diferente, Cuidando da Nossa Gente

- z) No caso de inexecução parcial do objeto a CONTRATADA estará sujeita à aplicação de multa de até 20% (vinte por cento) do valor total do contrato.
- aa) O contrato será rescindido unilateralmente pela Administração, nos casos de inexecução parcial ou de inexecução total do objeto, sem prejuízo da aplicação das sanções nele previstas e em legislação específica.
- bb) A falha na execução do contrato estará configurada quando a CONTRATADA se enquadrar em qualquer das situações previstas na tabela 2 do item 16.11a seguir:
- cc) Pelo descumprimento das obrigações contratuais, a Administração aplicará multas conforme a graduação estabelecida nas tabelas seguintes:

TABELA 1

GRAU DA INFRAÇÃO	CORRESPONDÊNCIA (% do valor total do Contrato)
1	1%
2	2%
3	3%

TABELA 2

ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU	INCIDÊNCIA
1	Manter empregado sem qualificação para a execução dos serviços/fornecimentos.	1	Por empregado e por dia
2	Fornecer informação falsa de serviço/fornecimento ou substituição de material por outro de qualidade inferior.	2	Por ocorrência
3	Destruir ou danificar documentos por culpa ou dolo de seus agentes	3	Por ocorrência
4	Recusar-se a executar serviço/fornecimento determinado pela FISCALIZAÇÃO, sem motivo justificado.	3	Por ocorrência
5	Permitir, por dolo ou culpa, situação que crie ou aumente os riscos de	3	Por ocorrência
PARA OS ITENS A SEGUIR, DEIXAR DE:			
6	Substituir empregado que tenha conduta inconveniente ou incompatível com suas atribuições.	2	Por empregado e por dia
7	Manter a documentação de habilitação atualizada.	2	Por item e por ocorrência
8	Cumprir determinação da FISCALIZAÇÃO para controle de acesso de seus empregados.	1	Por ocorrência
9	Cumprir determinação formal ou instrução complementar da FISCALIZAÇÃO.	2	Por ocorrência
10	Apresentar, quando solicitado, documentação fiscal e outros documentos necessários à comprovação do cumprimento dos demais encargos trabalhistas.	2	Por ocorrência e por dia
11	Entregar ou entregar com atraso ou incompleta a documentação exigida DA DOCUMENTAÇÃO FISCAL.	2	Por ocorrência e por dia de atraso
12	Entregar ou entregar com atraso os esclarecimentos formais solicitados para sanar as inconsistências ou dúvidas suscitadas durante a análise da documentação exigida por força do contrato.	2	Por ocorrência e por dia de atraso



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO SALTO

CNPJ: 18.347.419/0001-80 E-mail: prefeiturasmq@gmail.com

FONES: (33) 37271144 e 37271145

PRAÇA AURELINA MOTA SANTOS, 218 – CENTRO – CEP 39928-000 – ESTADO DE MG

Administração 2025 – 2028

Governo Diferente, Cuidando da Nossa Gente

13	Fornecer EPIs (Equipamentos de Proteção Individual) aos seus empregados e de impor penalidades àqueles que se negarem a usá-los.	2	Por empregado e por ocorrência
14	Cumprir quaisquer dos itens exigidos na contratação não previstos nesta tabela, após reincidência formalmente notificada pela unidade fiscalizadora.	3	Por item e por ocorrência

Santa Maria do Salto/MG - BA, 29 de maio de 2026

LARISSA FERNANDES SILVA

Cargo: Nutricionista

Matrícula: 03162

Email: XXXXXX@XXXXXX.XXX

Declaro aprovado o presente **TERMO DE REFERÊNCIA**, bem como todos os seus anexos especificações técnicas, conforme a legislação em vigor. Encaminhe-se ao Núcleo de Licitações e Contratos para o devido prosseguimento do feito.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Secretária Municipal de Educação

Decreto nº XXXX/XXXXX



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO SALTO

CNPJ: 18.347.419/0001-80 E-mail: prefeiturasmq@gmail.com

FONES: (33) 37271144 e 37271145

PRAÇA AURELINA MOTA SANTOS, 218 – CENTRO – CEP 39928-000 – ESTADO DE MG

Administração 2025 – 2028

Governo Diferente, Cuidando da Nossa Gente

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 021/2026

ANEXO II

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

A

Prefeitura Municipal de Santa Maria do Salto/MG

Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2026

Objeto:

Apresentamos a Vossa Senhoria a nossa proposta de preços, detalhada na planilha anexa, para o fornecimento do objeto de que trata o **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2026**, conforme especificação constante do Termo de Referência deste Edital.

1.3. ESPECIFICAÇÃO DOS MATERIAIS:

LOTE 1 - GENEROS ALIMENTICIOS NÃO PERECIVEIS						
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT	MARCA	VL. UNIT.	VL. TOTAL
1	AÇÚCAR REFINADO , sacarose obtida a partir do caldo de cana-de-açúcar, branco aspecto fino a médio, isento de fermentações de matéria terrosa, de parasitas e detritos animais e vegetais, contendo aproximadamente 99,2% de glicídios. Embalagem, resistente, suportando o transporte sem perder sua integridade, Embalagem de 1kg em polietileno, transparente, incolor, termossoldado, contendo dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, prazo de validade, de acordo com as Normas e/ou Resoluções vigentes da ANVISA/MS. Data de validade não inferior a 6 meses.	UN	1.500			
2	AMENDOIM TORRADO SEM PELE : pacotes de 500gr cada. Embalagem individual contendo externamente os dados de identificação e procedência, informação nutricional, número de lote, quantidade do produto, número de registro no ministério competente. Validade mínima de 6 meses da entrega.	PCT	1.000			
3	ARROZ BRANCO LONGO FINO , tipo 1, subgrupo polido, classe longo fino,	PCT	450			



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO SALTO

CNPJ: 18.347.419/0001-80 E-mail: prefeiturasmq@gmail.com

FONES: (33) 37271144 e 37271145

PRAÇA AURELINA MOTA SANTOS, 218 – CENTRO – CEP 39928-000 – ESTADO DE MG

Administração 2025 – 2028

Governo Diferente, Cuidando da Nossa Gente

	agulha. Selecionados, não sendo necessário escolher e nem lavar para sua preparação. Isento de mofo, de odores estranhos e de substâncias nocivas. Embalagem primária de 5kg em polietileno, transparente, incolor, termossoldado, contendo dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, prazo de validade, de acordo com as Normas e/ou Resoluções vigentes da ANVISA/MS. A embalagem secundária deve ser fardo de termossoldado, resistente, suportando o transporte sem perder sua integridade. Prazo de validade de 12 meses.					
4	AMIDO DE MILHO , fabricado a partir de matérias primas sãs e limpas isenta de matéria terrosa e de parasitas, não podem estar úmidos, fermentados ou rançosos, devem produzir ligeira crepitação quando comprimido entre os dedos. em Embalagem resistente, atóxica de 500g . O produto deve estar em conformidade com a legislação específica.	PCT	1.000			
5	AZEITE DE OLIVA : extraído de azeitonas maduras por processo mecânico, sem aditivos químicos, garantindo alta qualidade, sabor e aroma. Acondicionado em embalagens lacradas de vidro ou plástico, com volumes de 500 ml. O rótulo deve exibir lote, ingredientes, tabela nutricional e validade mínima de 6 a 12 meses no ato da entrega.	UNI	250			
6	BISCOITO DOCE, TIPO MAISENA , 350g primeira qualidade. Deverá ser fabricado a partir de matérias primas sãs e limpas, isenta de matérias terrosas, parasitas e em perfeito estado de conservação, serão rejeitados biscoitos mal cozidos, queimados e de caracteres organolépticos anormais, não podendo apresentar excesso de dureza e nem se apresentar quebradiço. Embalagem dupla, com procedência, informação nutricional e registro impressos no rótulo. Validade mínima 120 dias no momento da entrega. EMBALAGEM secundária caixa com 24 pacotes de 350gr.	CX	100			
7	BISCOITO SALGADO, tipo CREAM CRACKER, TIPO PREMIUM , obtido pela mistura de farinha de trigo, amido de milho, sal refinado, gordura vegetal, leite (ou soro) e outros ingredientes, desde que permitidos pela legislação e mencionados. O biscoito deverá ser fabricado a partir de matérias primas sãs e limpas, isenta de matérias terrosas, parasitos e em perfeito estado de conservação. Serão rejeitados	CX	100			



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO SALTO

CNPJ: 18.347.419/0001-80 E-mail: prefeiturasmq@gmail.com

FONES: (33) 37271144 e 37271145

PRAÇA AURELINA MOTA SANTOS, 218 – CENTRO – CEP 39928-000 – ESTADO DE MG

Administração 2025 – 2028

Governo Diferente, Cuidando da Nossa Gente

	biscoitos mal cozidos, queimados, não podendo apresentar excesso de dureza e nem se apresentar quebradiço. Características organolépticas: - aspecto: massa torrada sem recheio - cor: própria - odor: próprio - sabor: próprio - Textura: crocante/macia Validade: mínima de 08 meses Prazo de fabricação: não poderá ter data de fabricação anterior a 45 (quarenta e cinco) dias da data de entrega. Peso líquido de 350 gramas, com dados de identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, peso líquido e de acordo com as Normas e/ou Resoluções vigentes da ANVISA/MS. Não permitido o uso de corantes (Resolução - CNNPA Nº. 12 de 1938). EMBALAGEM secundária caixa com 24 pacotes de 350gr.				
8	BISCOITO, TIPO MARIA SEM LACTOSE. Embalagem dupla ou tripla, contendo 350g , com dados de identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, peso líquido e de acordo com as Normas e/ou Resoluções vigentes da Anvisa/MS. Serão rejeitados biscoitos mal cozidos, queimados, não podendo apresentar excesso de dureza e nem se apresentar quebradiço. Validade: mínima de 08 meses Prazo de fabricação: não poderá ter data de fabricação anterior a 45 (quarenta e cinco) dias da data de entrega. Não permitido o uso de corantes (Resolução - CNNPA Nº 12 de 1938). EMBALAGEM secundária caixa com 24 pacotes de 350gr.	CX	50		
9	CACAU EM PÓ 100% - cacau moído transformado em pó, embalagem 1kg.	KG	200		
10	CAFÉ EM PÓ , com selo de pureza (ABIC), peso líquido de 500 gramas. Café em pó homogêneo, torrado e moído, TIPO SUPERIOR, sabor predominantemente arábico, com, no máximo, 20% de grãos tipo Conilon/Robusta. TIPO VÁCUO , contendo na embalagem a identificação do produto, a marca do fabricante, a data de fabricação, o prazo de validade não inferior a 10 (dez) meses contados da data de recebimento.	KG	500		
11	COCO RALADO , Produto triturado e desidratado, amplamente utilizada na confeitaria, panificação e culinária para dar sabor e textura, seco e desidratado em flocos finos ou grossos. Embalagem de 200g contendo identificação do produto, a marca do fabricante, a data de fabricação, o prazo	UNI	500		



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO SALTO

CNPJ: 18.347.419/0001-80 E-mail: prefeiturasmq@gmail.com

FONES: (33) 37271144 e 37271145

PRAÇA AURELINA MOTA SANTOS, 218 – CENTRO – CEP 39928-000 – ESTADO DE MG

Administração 2025 – 2028

Governo Diferente, Cuidando da Nossa Gente

	de validade não inferior a 10 (dez) meses contados da data de recebimento.					
12	CREME DE LEITE , UHT homogeneizado, sem necessidade de refrigeração. Embalagem tetrapak de 200g. Prazo de validade mínimo 06 meses a contar a partir da data de entrega.	UNI	500			
13	ERVILHA LATA , tipo em conserva, grãos de primeira qualidade, apresentando grãos tenros, inteiros, de tamanho uniforme, coloração verde característica e suspensos em salmoura límpida. O produto deve ser obtido de colheitas recentes e processado de acordo com as normas da ANVISA (RDC nº 715/2022) e do Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA), sendo rigorosamente isento de sujidades, larvas, fragmentos vegetais estranhos ou sinais de fermentação. O acondicionamento deve ser feito em lata metálica resistente, com revestimento interno verniz atóxico, hermeticamente fechada, com peso líquido de 170g (e peso drenado correspondente conforme norma técnica). O rótulo deve conter obrigatoriamente a lista de ingredientes, tabela nutricional, lote, data de fabricação e validade, além do destaque de alérgenos conforme a RDC nº 727/2022. Não serão aceitas latas estufadas, amassadas, enferrujadas ou com sinais de vazamento.	UNI	1000			
14	EXTRATO DE TOMATE , concentrado. Ingrediente: tomate. Embalagem sachê de 300g, com dados de identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, peso líquido e de acordo com as Normas e/ou Resoluções da Anvisa/MS.	UN	450			
15	FARINHA DE TRIGO ESPECIAL C/ FERMENTO , enriquecida com ferro e ácido fólico, com fermento, obtido pela moagem exclusiva do grão de trigo, isenta de terra, sem umidade (tolerado máximo 14% de umidade). O produto deverá ter aspecto de pó fino branco, com cheiro e sabor próprios. Embalagem plástica de polietileno transparente/atóxico ou de papel original de fábrica, em pacote de 1Kg , com dados de identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido de acordo com as Normas e/ou resoluções vigentes da ANVISA/MS. Prazo de validade de 04 meses e data de fabricação de até 30 dias. O produto deve atender a Resolução nº 344 – 13/12/02 (fortificação de farinhas com ferro e ácido fólico). Embalagem 1kg .	KG	500			



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO SALTO

CNPJ: 18.347.419/0001-80 E-mail: prefeiturasmq@gmail.com

FONES: (33) 37271144 e 37271145

PRAÇA AURELINA MOTA SANTOS, 218 – CENTRO – CEP 39928-000 – ESTADO DE MG

Administração 2025 – 2028

Governo Diferente, Cuidando da Nossa Gente

16	FARINHA DE TRIGO ESPECIAL S/ FERMENTO , enriquecida com ferro e ácido fólico, sem fermento, obtido pela moagem exclusiva do grão de trigo, isenta de terra, sem umidade (tolerado máximo 14% de umidade). O produto deverá ter aspecto de pó fino branco, com cheiro e sabor próprios. Embalagem plástica de polietileno transparente/atóxico ou de papel original de fábrica, em pacote de 1Kg , com dados de identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido de acordo com as Normas e/ou resoluções vigentes da ANVISA/MS. Prazo de validade de 04 meses e data de fabricação de até 30 dias. O produto deve atender a Resolução nº 344 – 13/12/02 (fortificação de farinhas com ferro e ácido fólico). Embalagem 1kg .	KG	2.000			
17	FARINHA DE MANDIOCA , Farinha de mandioca Tipo 1 (Subgrupo Fina ou Média), obtida de raízes de mandioca sadias e descascadas. Aspecto granuloso, seco, de cor uniforme (Branca ou Amarela). Sabor e odor característicos, sem amargor ou acidez excessiva. Teor de umidade e cinzas conforme Instrução Normativa MAPA nº 52/2011. Isenta de sujidades, areia e parasitas. Embalagem de 1kg , atóxica, vedada e com rótulo contendo "Não Contém Glúten". Validade mínima de 8 meses.	KG	300			
18	FEIJÃO CARIOQUINHA , tipo 1, constando no mínimo 90% de grãos na cor característica, variedade correspondente de tamanho e formato naturais, maduros, limpos e secos. Será permitido o limite de 2% de impurezas e materiais estranhos, obedecendo à Portaria 161 de 24/07/87 – M.A. Embalagem de 1kg em polietileno, transparente, incolor, termossoldado, contendo dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, prazo de validade, de acordo com as Normas e/ou Resoluções vigentes da ANVISA/MS. A embalagem secundária deve ser fardo de termossoldado, resistente, suportando o transporte sem perder sua integridade,. Prazo mínimo de validade de 6 meses.	KG	1.500			
19	FEIJÃO FRADINHO , de primeira qualidade (Tipo 1), constituído de grãos da espécie <i>Vigna unguiculata</i> , de colheita recente, apresentando-se inteiros, são, limpos, secos e de tamanho uniforme. O produto deve ser rigorosamente isento de sujidades, larvas, insetos, pedras ou	KG	500			



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO SALTO

CNPJ: 18.347.419/0001-80 E-mail: prefeiturasmq@gmail.com

FONES: (33) 37271144 e 37271145

PRAÇA AURELINA MOTA SANTOS, 218 – CENTRO – CEP 39928-000 – ESTADO DE MG

Administração 2025 – 2028

Governo Diferente, Cuidando da Nossa Gente

	quaisquer materiais estranhos, atendendo aos padrões de identidade e qualidade do Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA) e da ANVISA (RDC nº 715/2022) . O acondicionamento primário deve ser feito em embalagem plástica (polietileno) transparente e resistente, com peso líquido de 1 kg . O fornecimento deve ser realizado. O rótulo deve conter obrigatoriamente a identificação do produto, tipo, lote, data de embalagem e validade, além do destaque de alergenos conforme a RDC nº 727/2022 . Não serão aceitas embalagens violadas, úmidas ou fardos rasgados.				
20	FERMENTO QUÍMICO: bicarbonato de sódio, fosfato de mono-cálcio, hermeticamente fechada. Com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, informações nutricionais, número de lote, data de fabricação e validade quantidade do produto. Deverá apresentar validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega. – Embalagem com 100g .	PCT	500		
21	FUBA DE MILHO , obtido pela moagem do grão de milho, enriquecido com ferro e ácido fólico, devendo ser fabricadas a partir de matérias primas sãs e limpas isentas de terra e parasitos. Produto de aspecto fino, amarelo, livre de umidade. Com o rendimento mínimo após o cozimento de 2,5 vezes a mais do peso antes da cocção. Pacote de 500 g , com dados de identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, peso líquido e de acordo com as Normas e/ou Resoluções vigentes da ANVISA/MS. O produto deve atender a Resolução nº 344 - 13/12/02 (fortificação de farinhas com ferro e ácido fólico). Prazo de validade no mínimo de 6 meses.	PCT	2.000		
22	FARINHA DE MILHO FLOCADA (FLOCÃO) , obtida a partir de grãos de milho (não transgênico ou transgênico, conforme legislação), degerminados e submetidos a processo de laminação. O produto deve apresentar-se em flocos grandes, uniformes, de cor amarela característica, com odor e sabor próprios, sendo isento de ranço, sujidades, parasitas ou materiais estranhos. A fabricação deve atender rigorosamente aos padrões de identidade e qualidade estabelecidos pela ANVISA (RDC nº 715/2022) e pelo Ministério da Agricultura e Pecuária	PCT	800		



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO SALTO

CNPJ: 18.347.419/0001-80 E-mail: prefeiturasmq@gmail.com

FONES: (33) 37271144 e 37271145

PRAÇA AURELINA MOTA SANTOS, 218 – CENTRO – CEP 39928-000 – ESTADO DE MG

Administração 2025 – 2028

Governo Diferente, Cuidando da Nossa Gente

	(MAPA). O acondicionamento deve ser feito em embalagens plásticas (polietileno) resistentes e hermeticamente fechadas, com peso líquido de 500g . O rótulo deve conter a composição, tabela nutricional, data de fabricação, lote e prazo de validade, além da informação clara sobre a presença de glúten e componentes transgênicos, conforme a RDC nº 727/2022. Não serão aceitos produtos com embalagens violadas, úmidas ou com sinais de infestação.				
23	LEITE DE COCO , tradicional 500ml, embalagem com dados de identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, peso líquido e de acordo com as Normas e/ou Resoluções vigentes da ANVISA/MS. Prazo de validade no mínimo de 6 meses. Embalagem secundária com 12X500ML	UNI	200		
24	LEITE EM PÓ INTEGRAL (400 gramas) – Produto industrializado em pó de leite bovino, integral, sem adição de açúcar, enriquecido com vitaminas A e D. Produto com no máximo 20 dias de fabricação e selo do Ministério da Agricultura e que atenda as especificações da portaria 041/98 SVS/MS. Embalagem plástica 400g , resistente que contenha composição química e nutricional do produto, identificação do fabricante, data de fabricação e validade.	PCT	3000		
25	LEITE EM PO INTEGRAL ZERO LACTOSE - Especificação técnica: (kg) Leite, semidesnatado, para dietas com restrições de lactose. Submetido a altas temperaturas durante o seu processo de fabricação, porém com a preservação de seus nutrientes. Embalagem PRIMÁRIA DE 400g .	UNI	500		
26	MACARRÃO ESPAGUETE , INGREDIENTES: sêmola de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, ovo em pó e corantes: urucum e cúrcuma. CONTÉM GLÚTEN. ALÉRGICOS: contém derivados de ovo e de trigo. Pode conter aveia, centeio, cevada e soja. Embalagem de 500gr .	PCT	1000		
27	MACARRÃO tipo PARAFUSO 500 gramas - Macarrão com Ovos tipo Parafuso , produto fermentado obtido pelo amassamento da farinha de trigo com água. Embalagem 500 gramas,. Validade mínima de 06 meses, a partir da data de entrega.	PCT	1000		
28	MASSA PARA SOPA (500 gramas) - Massa alimentícia de sêmola com ovos, tipo caseira, máximo de 13% de umidade. Fabricados a partir de matérias primas sãs e	PCT	1500		



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO SALTO

CNPJ: 18.347.419/0001-80 E-mail: prefeiturasmq@gmail.com

FONES: (33) 37271144 e 37271145

PRAÇA AURELINA MOTA SANTOS, 218 – CENTRO – CEP 39928-000 – ESTADO DE MG

Administração 2025 – 2028

Governo Diferente, Cuidando da Nossa Gente

	limpas, isentas de matérias terrosas, parasitos e larvas. As massas ao serem postas na água não deverão turvá-las antes da cocção, não podendo estar fermentadas ou rançosas. Com rendimento mínimo após o cozimento de 2 vezes a mais do peso antes da cocção. Embalagem de polietileno, em 500 gramas, com dados de identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade de acordo com as Normas e/ou Resoluções da ANVISA/MS. Prazo de validade de 12 meses.				
29	MILHO AMARELO, para mugunzá (500 gramas) , devendo ser fabricadas a partir de matérias primas sãs e limpas isentas de terra e parasitos, livre de umidade. Com o rendimento mínimo após o cozimento de 2,5 vezes a mais do peso antes da cocção. Embalagem de polietileno transparente original de fábrica, com dados de identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, peso líquido e de acordo com as Normas e/ou Resoluções vigentes da ANVISA/MS. A embalagem de 500g	PCT	1500		
30	MILHO DE PIPOCA , grãos pequenos e duros que tem a capacidade de estourar quando aquecidos em torno de 180° C, sendo classificado em grupos, classes e tipos, segundo sua consistência, coloração e qualidade: Pacote de 500g. e com validade de 6 meses a partir da data de fabricação.	PCT	2000		
31	MILHO VERDE em conserva , preparado com vegetais selecionados. Embalagem em latas, sem sinais de alterações (estufamentos, vazamentos, corrosões internas), bem como, quaisquer modificações de natureza física, química, organolépticas do produto, com peso líquido drenado de aproximadamente 1,7KG , com dados de identificação do produto, marca de fabricante, prazo de validade, peso líquido e de acordo com as Norma e/ou Resoluções vigentes da ANVISA/MS.	UNI	100		
32	MILHO VERDE em conserva , preparado com vegetais selecionados. Embalagem em SACHES , sem sinais de alterações (estufamentos, vazamentos) bem como, quaisquer modificações de natureza física, química, organolépticas do produto, com peso líquido drenado de aproximadamente 170g , com dados de identificação do produto, marca de fabricante, prazo de validade, peso líquido e de acordo com as	UNI	1700		



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO SALTO

CNPJ: 18.347.419/0001-80 E-mail: prefeiturasmq@gmail.com

FONES: (33) 37271144 e 37271145

PRAÇA AURELINA MOTA SANTOS, 218 – CENTRO – CEP 39928-000 – ESTADO DE MG

Administração 2025 – 2028

Governo Diferente, Cuidando da Nossa Gente

	Norma e/ou Resoluções vigentes da ANVISA/MS					
33	ÓLEO COMESTÍVEL DE SOJA - líquido viscoso refinado, rico em vitamina E, obtido do grão de soja que sofreu processo tecnológico, fabricadas a partir de matérias primas sãs e limpas. Embalagem de 900ml , em polietileno tereftalado (PET), com dados de identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, peso líquido, e de acordo com as Normas e/ou Resoluções da ANVISA/MS. Prazo mínimo de validade de 6 meses. EMBALAGEM secundária caixa com 20 unidades.	CX	50			
34	SAL , refinado, iodado, com granulação uniforme e com cristais brancos, com no mínimo de 98,5% de cloreto de sódio e com dosagem de sais de iodo de no mínimo 10mg e máximo de 15mg de iodo por quilo de acordo com a Legislação Federal Específica. Fardo c/ 30uni Embalagem em plástico de polietileno de 1kg , com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, peso líquido e de acordo com as Normas e/ou Resoluções da ANVISA/MS ou registro no Ministério da Agricultura. O produto a ser entregue não poderá ter validade inferior a 6 meses.	UNI	500			
35	VINAGRE , de álcool ou vinho, tipo macio, acidez 4,50, aspecto físico líquido, aspecto visual límpido e sem depósitos Embalagem com 500 ml , com dados de identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e de acordo com as Normas e/ou Resoluções vigentes da ANVISA/MS.	UNI	300			
36	GELATINA EM PÓ INCOLOR SEM SABOR , de primeira qualidade, obtida a partir de colágeno animal purificado. O produto deve apresentar-se em grãos finos, secos, homogêneos, com odor e sabor neutros, possuindo alto poder de gelificação. Deve atender rigorosamente aos padrões de identidade e qualidade da ANVISA (RDC nº 715/2022), sendo isenta de corantes, aromatizantes ou qualquer aditivo químico que altere sua neutralidade. O acondicionamento deve ser feito em embalagens de papel ou plástico hermeticamente fechadas, protegidas por embalagem secundária (caixa), com peso líquido de 12g ou 24g. O rótulo deve conter	UNI	300			



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO SALTO

CNPJ: 18.347.419/0001-80 E-mail: prefeiturasmq@gmail.com

FONES: (33) 37271144 e 37271145

PRAÇA AURELINA MOTA SANTOS, 218 – CENTRO – CEP 39928-000 – ESTADO DE MG

Administração 2025 – 2028

Governo Diferente, Cuidando da Nossa Gente

	a composição, modo de preparo, tabela nutricional, data de fabricação, lote e validade, além do destaque obrigatório de alérgenos conforme a RDC nº 727/2022. Não serão aceitos produtos com embalagens úmidas, violadas ou com o pó empedrado.				
37	SUCO DE UVA INTEGRAL , 100% natural, sem adição de água, açúcares ou conservantes, apresentando Grau Brix mínimo de 14° e registro obrigatório no Ministério da Agricultura (MAPA). O fornecimento deve ser obrigatoriamente em embalagens de 1,5 litro, em vidro ou material cartonado hermético , formato que otimiza o rendimento para o consumo coletivo e reduz o descarte de resíduos. O produto deve apresentar validade mínima de 10 meses no ato da entrega, com rotulagem completa e lacre de segurança, garantindo a padronização e a qualidade nutricional exigida para os programas municipais.	UNI	300		
38	MISTURA PREPARADA PARA BOLO , sabores diversos (incluindo, no mínimo: chocolate, baunilha, laranja, festa e coco), marca de referência: Vilma. O produto deve ser composto por ingredientes de primeira qualidade (farinha de trigo enriquecida, açúcar e demais aditivos autorizados), apresentando-se em pó fino, homogêneo, com cor e aroma característicos de cada sabor, garantindo fácil preparo e excelente rendimento (massa fofa e úmida). A fabricação deve atender rigorosamente aos padrões da ANVISA (RDC nº 715/2022). Deve ser acondicionado em embalagem plástica ou de papel resistente, hermeticamente fechada, com peso líquido de 400g . O rótulo deve conter as instruções de preparo, tabela nutricional, lote, validade e o destaque obrigatório de alérgenos (glúten e derivados de leite/soja) conforme a RDC nº 727/2022. Não serão aceitos produtos com embalagens violadas, úmidas, empedradas ou com validade inferior a 6 meses no ato da entrega.	PCT	600		
39	ATUM EM CONSERVA , Tipo em conserva, tipo sólido ou em pedaços, conservado em óleo comestível ou ao natural (água e sal). O produto deve ser preparado com peixes limpos e selecionados, apresentando sabor e odor característicos, livre de escamas, vísceras ou substâncias estranhas. Acondicionado em lata metálica com revestimento interno	UNI	300		



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO SALTO

CNPJ: 18.347.419/0001-80 E-mail: prefeiturasmq@gmail.com

FONES: (33) 37271144 e 37271145

PRAÇA AURELINA MOTA SANTOS, 218 – CENTRO – CEP 39928-000 – ESTADO DE MG

Administração 2025 – 2028

Governo Diferente, Cuidando da Nossa Gente

	resistente, sistema de abertura fácil, contendo peso líquido aproximado de 170g. A embalagem deve apresentar obrigatoriamente o selo de inspeção federal (SIF), estadual (SIE) ou municipal (SIM), além de identificação de lote, informações nutricionais e data de validade mínima de 12 meses no ato da entrega, em conformidade com as normas do Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA) e da ANVISA.					
40	SARDINHA EM CONSERVA , Tipo em conserva, limpa (sem vísceras), em óleo comestível ou molho de tomate, de consistência firme e coloração característica. O produto deve ser obtido de espécies adequadas, apresentando sabor e odor próprios, livre de substâncias estranhas ou sinais de oxidação. Acondicionada em lata metálica com revestimento interno sanitário e sistema de abertura fácil (<i>easy open</i>), contendo peso líquido aproximado de 125g. A embalagem deve apresentar obrigatoriamente o selo de inspeção oficial (SIF, SIE ou SIM), além da marca, lote, informações nutricionais e data de validade com prazo mínimo de 12 meses na data da entrega, em conformidade com as normas do Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA) e da ANVISA.	UNI	300			
VALOR TOTAL DO LOTE 01						R\$ -
LOTE 2 - HORTIFRUTIGRANGEIROS						
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT	MARCA	VL. UNIT.	VL. TOTAL
1	ABACAXI , de primeira in natura, apresentando grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação para o consumo. Sem danos físicos, com ausência de sujidades, parasitas e larvas, de acordo com a resolução 12/78 da CNNPA.	UNI	500			
2	ABÓBORA , de primeira, apresentando grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo. Sem danos físicos e mecânicos oriundos de manuseio e transporte. Não apresentarem rachaduras ou cortes nas cascas e a polpa deverão estar intactos e limpos. Com ausência de sujidades, parasitas e larvas, de acordo com a Resolução 12/78 da CNNPA.	KG	300			
3	BATATA INGLESA , especial, de primeira, apresentando grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o	KG	1000			



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO SALTO

CNPJ: 18.347.419/0001-80 E-mail: prefeiturasmq@gmail.com

FONES: (33) 37271144 e 37271145

PRAÇA AURELINA MOTA SANTOS, 218 – CENTRO – CEP 39928-000 – ESTADO DE MG

Administração 2025 – 2028

Governo Diferente, Cuidando da Nossa Gente

	transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo. Sem danos físicos e mecânicos oriundos de manuseio e transporte. Não apresentarem rachaduras ou cortes nas cascas e a polpa deverão estar intactos e limpos. Com ausência de sujidades, parasitas e larvas, de acordo com a Resolução 12/78 da CNNPA.					
4	BATATA DOCE , Batata-doce in natura, de primeira qualidade, tipo rosada ou branca. Os tubérculos devem estar fisiologicamente desenvolvidos, inteiros, firmes, limpos e sem danos físicos (cortes ou perfurações) ou mecânicos que comprometam a conservação. O produto deve estar livre de pragas, doenças, podridões ou excesso de terra. Tamanho e formato devem ser uniformes. A entrega deve ser feita em embalagens apropriadas (caixas ou sacos telados) que garantam a integridade do produto, pesando conforme a necessidade da requisição. O item deve atender às normas de classificação e padronização do Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA) e da ANVISA.	KG	300			
5	CENOURA EXTRA , de primeira, apresentando grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo. Sem danos físicos e mecânicos oriundos de manuseio e transporte. Não apresentarem rachaduras ou cortes nas cascas e a polpa deverão estar intactos e limpos. Com ausência de sujidades, parasitas e larvas, de acordo com a Resolução 12/78 da CNNPA.	KG	400			
6	CHUCHU : tamanho médio, com características íntegras e de primeira qualidade; fresco, limpo, coloração uniforme; aroma, cor e sabor típicos da espécie, apresentando grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação. O transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo; isentos de sujidades, insetos, parasitas, larvas. Não deve apresentar quaisquer lesões de origem física, mecânica ou biológica.	KG	200			
7	CEBOLA BRANCA , de primeira, apresentando grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo. Sem danos físicos e mecânicos oriundos de manuseio e transporte. Não apresentarem rachaduras ou cortes nas cascas e a polpa deverão estar intactos e limpos. Com ausência de	KG	400			



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO SALTO

CNPJ: 18.347.419/0001-80 E-mail: prefeiturasmq@gmail.com

FONES: (33) 37271144 e 37271145

PRAÇA AURELINA MOTA SANTOS, 218 – CENTRO – CEP 39928-000 – ESTADO DE MG

Administração 2025 – 2028

Governo Diferente, Cuidando da Nossa Gente

	sujidades, parasitas e larvas, de acordo com a Resolução 12/78 da CNNPA.					
8	COENTRO LARGO , (<i>Eryngium foetidum</i>): hortalica fresca, com folhas íntegras e de primeira qualidade; limpa, colocação uniforme, isentos de sujidades, insetos, parasitas, larvas e corpos. O maço deverá pesar a média de 200g (variação de 10%)	MOLHO	300			
9	CEBOLINHA VERDE : hortalica fresca, com folhas íntegras e de primeira qualidade; limpa, colocação uniforme, isentos de sujidades, insetos, parasitas, larvas e corpos. O maço deverá pesar a média de 200g (variação de 10%)	MOLHO	300			
10	PIMENTÃO VERDE , de primeira, apresentando grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo. Sem danos físicos e mecânicos oriundos de manuseio e transporte. Não apresentarem rachaduras ou cortes nas cascas e a polpa deverão estar intactos e limpos. Com ausência de sujidades, parasitas e larvas, de acordo com a Resolução 12/78 da CNNPA.	KG	300			
11	REPOLHO BRANCO , de primeira, apresentando grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo. Sem danos físicos e mecânicos oriundos de manuseio e transporte. Não apresentarem rachaduras ou cortes nas cascas e a polpa deverão estar intactos e limpos. Com ausência de sujidades, parasitas e larvas, de acordo com a Resolução 12/78 da CNNPA.	KG	200			
12	AIPIM BRANCO - A polpa deve estar intacta e limpa. Descascada, embalada em embalagens plásticas transparentes de 1 kg. Livres de umidade externa, em bom estado de conservação.	KG	300			
13	TOMATE , de primeira, apresentando grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo. Sem danos físicos e mecânicos oriundos de manuseio e transporte. Não apresentarem rachaduras ou cortes nas cascas e a polpa deverão estar intactos e limpos. Com ausência de sujidades, parasitas e larvas, de acordo com a Resolução 12/78 da CNNPA.	KG	400			
14	TOMATE CEREJA , Tomate tipo cereja (<i>cherry</i>), in natura, de primeira qualidade. Os frutos devem estar maduros, firmes, com	BDJ	700			



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO SALTO

CNPJ: 18.347.419/0001-80 E-mail: prefeiturasmq@gmail.com

FONES: (33) 37271144 e 37271145

PRAÇA AURELINA MOTA SANTOS, 218 – CENTRO – CEP 39928-000 – ESTADO DE MG

Administração 2025 – 2028

Governo Diferente, Cuidando da Nossa Gente

	coloração uniforme e brilhante, livres de rachaduras, manchas, picadas de insetos ou sinais de podridão. Devem apresentar tamanho padronizado, formato íntegro e estarem higienizados. Acondicionados em embalagens plásticas transparentes (bandejas) de 180g a 250g, com tampa ou filme protetor, garantindo a proteção física dos frutos. A embalagem deve conter identificação do produtor, lote e data de embalagem, conforme as normas de rastreabilidade do MAPA e da ANVISA.					
15	COENTRO , de primeira, in natura, sem defeitos, suficientemente desenvolvidos, com folhas verdes, com aspecto e sabor típico da variedade e uniformidade no tamanho e na cor. Sem danos físicos e mecânicos oriundos de manuseio e transporte. Com ausência de sujidades, parasitas e larvas, de acordo com a Resolução 12/78 da CNNPA. O maço deverá pesar a média de 200g (variação de 10%)	MOLHO	400			
16	MAMÃO PAPAIA , de primeira, in natura, apresentando grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo. Sem danos físicos e mecânicos oriundos de manuseio e transporte. Não apresentarem rachaduras ou cortes nas cascas e a polpa deverão estar intactos e limpos. Com ausência de sujidades, parasitas e larvas, de acordo com a Resolução 12/78 da CNNPA.	KG	400			
17	MAÇÃ FUGI , de primeira, in natura, apresentando grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo. Sem danos físicos e mecânicos oriundos de manuseio e transporte. Não apresentarem rachaduras ou cortes nas cascas e a polpa deverão estar intactos e limpos. Com ausência de sujidades, parasitas e larvas, de acordo com a Resolução 12/78 da CNNPA.	KG	700			
18	ALHO BRANCO , de primeira qualidade, nº06 , sem a réstia, sem defeitos, suficientemente desenvolvidas, com aspectos e sabor típico da variedade e uniformidade no tamanho e na cor. Devem estar livres de sujidades externas, como terra aderente; isenta de umidade externa anormal, odor e sabor estranhos e não apresentarem rachaduras ou cortes nas cascas. Sem danos físicos e mecânicos oriundos de manuseio e transporte,	KG	300			



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO SALTO

CNPJ: 18.347.419/0001-80 E-mail: prefeiturasmq@gmail.com

FONES: (33) 37271144 e 37271145

PRAÇA AURELINA MOTA SANTOS, 218 – CENTRO – CEP 39928-000 – ESTADO DE MG

Administração 2025 – 2028

Governo Diferente, Cuidando da Nossa Gente

	acondicionadas em avulsas, ou em sacos plásticos ou de tecidos.					
19	MORANGO , Morango <i>in natura</i> , de primeira qualidade, tipo exportação ou extra. Os frutos devem estar inteiros, firmes, limpos, com coloração vermelha intensa e brilhante em pelo menos 75% da superfície. Devem estar fisiologicamente maduros, mas sem sinais de sobremadurez ou amolecimento, mantendo a sépala (folha verde) preservada. Livres de pragas, doenças, sujidades, danos físicos ou bolores. Acondicionados em bandejas plásticas transparentes de 200g a 250g , com tampa ou filme protetor. A embalagem deve conter identificação do produtor, lote e data de embalagem, atendendo às normas de rastreabilidade do MAPA e da ANVISA.	BDJ	500			
20	BANANA, DA PRATA , de primeira, in natura, apresentando grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo. O produto devesa obedecer a Legislação Especifica e a Regulamentação Técnica vigente da ANVISA	KG	700			
21	BANANA, DA TERRA , de primeira, in natura, apresentando grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo. O produto devesa obedecer a Legislação Especifica e a Regulamentação Técnica vigente da ANVISA	KG	600			
22	ALFACE , de primeira, tipo CRESPI, em pé, apresentando grau de evolução completo do tamanho, aroma e cor própria. Com ausência de sujidades, parasitos e larvas, de acordo com a Resolução 12/78 da CNNPA. O maço devesa pesar a média de 500g (variação de 10%)	MOLHO	400			
23	BATATA DOCE , de primeira, apresentando grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo. Com ausência de sujidades, parasitos e larvas, de acordo com a Resolução 12/78 da CNNPA	KG	300			
24	BETERRABA , de primeira, apresentando grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo. Com ausência de sujidades, parasitos e larvas, de acordo com a Resolução 12/78 da CNNPA.	KG	300			



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO SALTO

CNPJ: 18.347.419/0001-80 E-mail: prefeiturasmq@gmail.com

FONES: (33) 37271144 e 37271145

PRAÇA AURELINA MOTA SANTOS, 218 – CENTRO – CEP 39928-000 – ESTADO DE MG

Administração 2025 – 2028

Governo Diferente, Cuidando da Nossa Gente

25	COUVE MANTEIGA , de primeira, in natura, molho, inteiro, verde, apresentando grau de evolução completo do tamanho, aroma e cor própria. Com ausência de sujidades, parasitos e larvas, de acordo com a Resolução 12/78 da CNNPA. O maço deverá pesar a média de 500g (variação de 10%).	MOLHO	300			
26	GENGIBRE , <i>in natura</i> , de primeira qualidade, tipo exportação ou extra. Os rizomas devem estar firmes, compactos, de coloração externa bege clara e polpa amarelo-clara. Devem estar limpos, bem desenvolvidos e fisiologicamente maduros, apresentando sabor picante e aroma pungente característico. Estão vetados produtos com sinais de mofo, podridão, brotamentos excessivos, cortes profundos ou infestação de pragas, conforme as normas do Ministério da Agricultura (MAPA) e ANVISA.	KG	200			
27	KIWI , tipo verde (variedade Hayward ou similar), de primeira qualidade, apresentando grau de maturação adequado para o consumo (fisiologicamente desenvolvido), polpa firme e succulenta, cor e sabor característicos. Os frutos devem ser selecionados, apresentando-se limpos, compactos, de tamanho uniforme, isentos de enfermidades, parasitas, larvas, sujidades ou danos físicos (batidas e cortes) que comprometam a sua conservação. O produto deve atender rigorosamente aos padrões de identidade e qualidade estabelecidos pela ANVISA e pelo Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA). O fornecimento deve ser realizado em embalagens adequadas (caixas plásticas higienizadas ou bandejas), que garantam a integridade física dos frutos durante o transporte. Não serão aceitos frutos excessivamente moles, murchos, com sinais de mofo ou com manchas de podridão.	KG	200			
28	LARANJA PERA , de primeira, in natura, com grau de maturação que permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação e, condições adequadas para o consumo, ausência de sujidades, parasitas e larvas. O produto deverá estar em conformidade com as normas e/ou legislação vigente da ANVISA/MS e da Comissão Nacional de Normas e Padrões para Alimentos - CNNPA.	KG	600			
29	LIMÃO THAITI , in natura, de primeira qualidade, apresentando grau de maturação, devendo os frutos ser entregues frescos,	KG	400			



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO SALTO

CNPJ: 18.347.419/0001-80 E-mail: prefeiturasmq@gmail.com

FONES: (33) 37271144 e 37271145

PRAÇA AURELINA MOTA SANTOS, 218 – CENTRO – CEP 39928-000 – ESTADO DE MG

Administração 2025 – 2028

Governo Diferente, Cuidando da Nossa Gente

	com casca lisa, coloração verde intensa e alto rendimento de suco, sendo obrigatória a entrega de frutos íntegros, firmes e livres de pragas, sujidades ou danos físicos e mecânicos, de acordo a Resolução 12/78.					
30	MANGA PALMER de primeira, in natura, com grau de maturação que permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação e, condições adequadas para o consumo, ausência de sujidades, parasitas e larvas. O produto deverá estar em conformidade com as normas e/ou legislação vigente da ANVISA/MS e da Comissão Nacional de Normas e Padrões para Alimentos - CNNPA.	KG	400			
31	MARACUJÁ: amarelo, de primeira, in natura com grau de maturação que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação para o consumo. Sem danos físicos, com ausência de sujidades, parasitas e larvas, o produto deverá estar em conformidade com as normas e/ou legislação vigente da ANVISA/MS e da Comissão nacional de Normas e Padrões para Alimentos – CNNPA.	KG	800			
32	MELANCIA , in natura fresca, de ótima qualidade, compacta, firme, coloração uniforme, aroma, cor, típicos da espécie, em perfeito estado de desenvolvimento. Não serão permitidos danos que lhe alterem a conformação e a aparência. Necessita estar isenta de sujidades, parasitas, rachaduras, cortes e perfurações.	UNI	700			
33	OVO DE GALINHA tipo extra, classe A, branco GRANDE . Com casca limpa, intacta, isenta de umidade externa anormal, mofo ou cheiro desagradável, sem manchas, rachaduras ou defeitos. Sem danos físicos e mecânicos oriundos de manuseio e transporte. Embalagem Caixa contendo 12 cartelas, com dados de identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade de acordo com Normas e/ou Resoluções vigentes da ANVISA/MS ou Ministério da Agricultura. SIF OU SIE.	CX	400			
34	PEPINO – In natura, gráúdo, novo, de 1º qualidade, acondicionando em embalagem resistente e transparente plásticos e limpos. Devem estar frescos, íntegro, sem traço de descoloração ou manchas. Deverá ser transportado em carros higienizados em temperatura ambiente.	KG	150			
35	UVA ROXA SEM SEMENTES , apresentando tamanho, cor e formação uniformes, sem danos físicos e mecânicos	KG	200			



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO SALTO

CNPJ: 18.347.419/0001-80 E-mail: prefeiturasmq@gmail.com

FONES: (33) 37271144 e 37271145

PRAÇA AURELINA MOTA SANTOS, 218 – CENTRO – CEP 39928-000 – ESTADO DE MG

Administração 2025 – 2028

Governo Diferente, Cuidando da Nossa Gente

	oriundos do manuseio e transporte. Acondicionadas em caixa com 10Kg					
36	UVA VERDE , apresentando tamanho, cor e formação uniformes, sem danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte. Acondicionadas em caixa com 10Kg.	KG	200			
37	PÊRA de primeira, in natura, apresentando grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo. Sem danos físicos e mecânicos oriundos de manuseio e transporte. Não apresentarem rachaduras ou cortes nas cascas e a polpa deverão estar intactos e limpos. Com ausência de sujidades, parasitas e larvas, de acordo com a Resolução 12/78 da CNNPA.	KG	200			
38	MANJERICÃO , in natura, de primeira qualidade, tipo folha larga ou miúda. As ervas devem apresentar-se frescas, com folhas inteiras, coloração verde brilhante e aroma acentuado característico da espécie. Devem estar livres de folhas amareladas, murchas, com manchas escuras, sinais de pragas ou doenças. O produto deve ser entregue higienizado e acondicionado em embalagens plásticas transparentes (bandejas ou sacos próprios para hortifrúti) de 30g a 50g , garantindo a proteção contra o murchamento. A embalagem deve conter identificação do produtor e data de colheita/embalagem, seguindo as normas de rastreabilidade do MAPA e da ANVISA.	MOLHO	200			
VALOR TOTAL DO LOTE 02						R\$ -
LOTE 3 - GENEROS ALIMENTICIOS DERIVADOS DO LEITE						
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT	MARCA	VL. UNIT.	VL. TOTAL
1	MANTEIGA DE LEITE COM SAL : DE 1ª, EM EMBALAGENS DE 500g. Ingrediente Obrigatório: Creme de leite pasteurizado obtido a partir do leite de vaca. Consistência sólida, pastosa à temperatura de 200C, textura lisa e uniforme, sem manchas ou pontos de coloração, sabor suave, característico, sem odor e sabor estranho.	KG	300			
VALOR TOTAL DO LOTE 03						R\$ -
LOTE 4 – PANIFICAÇÃO						
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT	MARCA	VL. UNIT.	VL. TOTAL



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO SALTO

CNPJ: 18.347.419/0001-80 E-mail: prefeiturasmq@gmail.com

FONES: (33) 37271144 e 37271145

PRAÇA AURELINA MOTA SANTOS, 218 – CENTRO – CEP 39928-000 – ESTADO DE MG

Administração 2025 – 2028

Governo Diferente, Cuidando da Nossa Gente

1	BOLO DE COCO – A base de farinha de trigo e coco enriquecidos com ferro e ácido fólico (de acordo com a Resolução RDC nº 344, de 12/12/2002) ovo, creme vegetal, leite, fibra de trigo e fermento químico, 90g. Informação nutricional, marca do fabricante, prazo de validade, peso líquido de acordo com a Resolução 12/78 da Comissão Nacional de Normas e Padrões para Alimentos – CNNPA.	KG	150			
2	BOLO DE ABACAXI , tipo simples ou com cobertura/recheio, produzido com ingredientes de primeira qualidade (farinha de trigo, ovos, açúcar e abacaxi in natura ou calda), apresentando massa fofa, homogênea, cor uniforme e sabor característico da fruta. O produto deve ser preparado sob rigorosas condições higiênico-sanitárias, atendendo às normas da ANVISA (RDC nº 216/2004), sendo livre de mofo, sujidades ou materiais estranhos. Deve ser acondicionado em embalagem individual de material atóxico (plástico rígido ou filme transparente), devidamente lacrada, que preserve a umidade e integridade do bolo. O rótulo deve informar claramente os ingredientes, destaque para alérgenos (glúten e lactose) conforme a RDC nº 727/2022, data de fabricação e validade. O fornecimento deve garantir produtos frescos, com produção recente e aroma agradável.	KG	200			
3	BOLO DE MILHO , tipo simples (caseiro), produzido com ingredientes de primeira qualidade (milho verde, farinha de milho ou fubá, ovos, açúcar e leite), apresentando massa úmida, textura macia, cor amarelada uniforme e sabor característico. O produto deve ser fabricado seguindo as normas de boas práticas da ANVISA (RDC nº 216/2004), sendo rigorosamente isento de sujidades, parasitas ou sinais de bolor. Deve ser entregue em embalagem individual de material atóxico, resistente e transparente, devidamente lacrada para garantir a proteção contra contaminações externas. O rótulo deve conter a lista de ingredientes, advertência sobre alérgenos (glúten e lactose) conforme a RDC nº 727/2022, além da data de fabricação, lote e prazo de validade. O fornecimento deve assegurar produtos frescos e de produção recente.	KG	200			
4	PÃO FRANCÊS – com 50 g. Vir acondicionado em caixas plásticas, limpas, completamente tampadas, sem frestas. Farinha de trigo especial enriquecida com	UNI	10.000			



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO SALTO

CNPJ: 18.347.419/0001-80 E-mail: prefeiturasmq@gmail.com

FONES: (33) 37271144 e 37271145

PRAÇA AURELINA MOTA SANTOS, 218 – CENTRO – CEP 39928-000 – ESTADO DE MG

Administração 2025 – 2028

Governo Diferente, Cuidando da Nossa Gente

	ácido fólico, sal açúcar e água óleo emulsificante ou condicionador e fermento (biológico ou seco), volume normal, simétrico, uniformidade no assado.					
5	PÃO, TIPO LEITE , com 50g. fabricado com matéria prima de primeira qualidade, isentos de matéria terrosa, parasitos e em perfeito estado de conservação, unidade 50g de acordo com as Normas e/ou Resoluções da ANVISA/MS.	UNI	10.000			
6	PÃO TIPO FAROFA , com 50g. fabricado com matéria prima de primeira qualidade, isentos de matéria terrosa, parasitos e em perfeito estado de conservação, unidade 50g de acordo com as Normas e/ou Resoluções da ANVISA/MS.	UNI	1.000			
7	PÃO DE FORMA , Pão de forma pacote com 500g – Características: pão de forma: com superfície lisa, macia e brilhante, não quebradiça, miolo consistente, sedoso e macio, tipo tradicional; peça fatiada contendo em média 22 fatias; composição básica; Farinha de trigo fortificada com ferro e ácido fólico, açúcar, sal, conservante, emulsificante, podendo conter outros ingredientes desde que declarados pela ANVISA. Embalado em saco plástico atóxico; contando identificação do fabricante e do produto, com data de fabricação, número do lote, composição nutricional e lista de ingredientes. Validade mínima de 10 dias a contar da data da entrega. Acondicionados para transporte, em caixa plástica atóxica.	UNI	1.000			
8	TORRADA , Torrada salgada, tipo tradicional, produzida a partir de pão de fórmula especial, submetida a processo de secagem e tostagem que garanta textura crocante e coloração dourada uniforme. Acondicionada em embalagem plástica primária e secundária (caixa), hermeticamente fechada, em embalagens de 140g a 160g . O produto deve apresentar sabor e odor característicos, livre de ranço, mofo ou sujidades. A embalagem deve conter de forma visível a marca, lote, informações nutricionais e data de validade (mínimo de 6 meses na entrega), em conformidade com as normas da ANVISA (RDC nº 263/2005).	PCT	500			
VALOR TOTAL DO LOTE 4						R\$ -
LOTE 5 - CARNES						
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT	MARCA	VL. UNIT.	VL. TOTAL



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO SALTO

CNPJ: 18.347.419/0001-80 E-mail: prefeiturasmq@gmail.com

FONES: (33) 37271144 e 37271145

PRAÇA AURELINA MOTA SANTOS, 218 – CENTRO – CEP 39928-000 – ESTADO DE MG

Administração 2025 – 2028

Governo Diferente, Cuidando da Nossa Gente

1	CARNE MOIDA DE 1ª CARNE bovina ACÉM MOÍDO, congelada, sem osso e sem gordura. Embalagem de 1kg. Acondicionado em filme de PVC transparente ou saco plástico transparente, validade do produto não poderá ser superior a 3 dias, contados a partir da data de sua entrega. O produto deverá estar em conformidade com as normas e/ou legislação vigente do Ministério da Agricultura apresentando, em sua embalagem, as marcas e carimbos oficiais pertinentes, SIF/SIE. Rotulagem contendo no mínimo, peso líquido, nome do produto, nome e CNPJ do beneficiador, número do lote e data ou prazo de validade.	KG	4.000			
2	CARNE BOVINA ACEM , Tipo PEÇA MAGRA congelada, tipo primeira, aspecto próprio, não amolecido e nem pegajosa, cor própria sem manchas esverdeada, cheiro e sabor próprio, com ausência de sujidades, parasitos e larvas. Devendo conter no Máximo 10% de gordura, deve ser isenta de cartilagens e de ossos e conter no Máximo de 3% de aponeurose. O produto deverá estar em conformidade com as normas e/ou legislação vigente do Ministério da Agricultura apresentando, em sua embalagem, as marcas e carimbos oficiais pertinentes SIF/SIE. Rotulagem contendo no mínimo, peso líquido, nome do produto, nome e CNPJ do beneficiador, número do lote e data ou prazo de validade.	KG	3.000			
3	PEITO DE FRANGO , congelado, com pele, com osso, de primeira qualidade. Embalagem em filme PVC transparente ou saco plástico transparente, contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, marcas e carimbos oficiais, de acordo com as Portarias do Ministério da Agricultura, DIPOA n.304 de 22/04/96 e n.145 de 22/04/98, da Resolução da ANVISA n.105 de 19/05/99 e da Lei Municipal / Vigilância Sanitária nº 5504/99. DEVE TER SIF/SIE.	KG	3.000			
4	FRANGO, COXA E SOBRECOXA , congelado, com pele, com osso, de primeira qualidade. Embalagem em filme PVC transparente ou saco plástico transparente, contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, marcas e carimbos oficiais, de acordo com as Portarias do Ministério da Agricultura, DIPOA n.304 de 22/04/96 e n.145 de 22/04/98, da Resolução da ANVISA n.105	KG	900			



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO SALTO

CNPJ: 18.347.419/0001-80 E-mail: prefeiturasmq@gmail.com

FONES: (33) 37271144 e 37271145

PRAÇA AURELINA MOTA SANTOS, 218 – CENTRO – CEP 39928-000 – ESTADO DE MG

Administração 2025 – 2028

Governo Diferente, Cuidando da Nossa Gente

	de 19/05/99 e da Lei Municipal / Vigilância Sanitária nº 5504/99. DEVE TER SIF/SIE					
5	FRANGO INTEIRO , congelado, de primeira qualidade, carcaça de classe A, apresentando-se limpo, sem vísceras, sem cabeça, sem pés e sem pescoço. O produto deve apresentar carne firme, de cor e odor característicos, livre de manchas, hematomas, queimaduras de gelo ou excesso de gordura. O processamento deve atender rigorosamente às normas do Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA) e do Regulamento Técnico de Identidade e Qualidade. Deve ser acondicionado em embalagem plástica individual, original de fábrica, hermeticamente fechada, íntegra e atóxica, contendo obrigatoriamente o carimbo do Serviço de Inspeção Federal (SIF), Estadual (SIE) ou Municipal (SIM). O rótulo deve informar o peso líquido, data de abate, lote e prazo de validade. No ato da entrega, o produto congelado deve estar em temperatura não superior a -12°C e o resfriado entre 0°C e 4°C, não sendo aceitos produtos com sinais de descongelamento ou embalagens com acúmulo excessivo de líquido.	KG	500			
6	LOMBO SUÍNO , resfriado ou congelado, de primeira qualidade, obtido a partir do corte do lombo (músculo <i>longissimus dorsi</i>), devidamente desossado, sem pele e com camada mínima de gordura externa. O produto deve apresentar cor rosada característica, textura firme, odor próprio e estar isento de manchas, hematomas, excesso de líquidos ou cartilagens. O processamento deve atender rigorosamente às normas do Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA) e ao Regulamento Técnico de Identidade e Qualidade. Deve ser acondicionado em embalagem plástica resistente, preferencialmente a vácuo, íntegra e atóxica, contendo obrigatoriamente o carimbo do Serviço de Inspeção Federal (SIF), Estadual (SIE) ou Municipal (SIM). O rótulo deve informar o peso líquido, data de abate/processamento, lote e prazo de validade. No ato da entrega, o produto congelado deve estar em temperatura não superior a -12°C e o resfriado entre 0°C e 4°C, conforme as normas de transporte de perecíveis.	KG	200			
VALOR TOTAL DO LOTE 5						R\$ -



FONES: (33) 37271144 e 37271145

PRACA AURELINA MOTA SANTOS, 218 – CENTRO – CEP 39928-000 – ESTADO DE MG

Administração 2025 – 2028

Governo Diferente, Cuidando da Nossa Gente

LOTE 6 – POLPA DE FRUTA						
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT	MARCA	VL. UNIT.	VL. TOTAL
1	POLPA, DE FRUTA , natural, sabor CAJÁ . Embalagem com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e capacidade, de acordo com a Resolução 12/78 da CNNPA. O produto deverá ter registro no Ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde. MAPA	KG	100			
2	POLPA, DE FRUTA , natural, sabor ACEROLA . Embalagem com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e capacidade, de acordo com a Resolução 12/78 da CNNPA. O produto deverá ter registro no Ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde. MAPA	KG	1.000			
3	POLPA, DE FRUTA , natural, sabor MANGA . Embalagem com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e capacidade, de acordo com a Resolução 12/78 da CNNPA. O produto deverá ter registro no Ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde. MAPA	KG	1.000			
4	POLPA, DE FRUTA , natural, sabor GRAVIOLA . Embalagem com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e capacidade, de acordo com a Resolução 12/78 da CNNPA. O produto deverá ter registro no Ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde. MAPA	KG	100			
5	POLPA, DE FRUTA , natural, sabor GOIABA . Embalagem com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e capacidade, de acordo com a Resolução 12/78 da CNNPA. O produto deverá ter registro no Ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde. MAPA	KG	1.000			
6	POLPA, DE FRUTA , natural, sabor CUPUAÇU . Embalagem com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e capacidade, de acordo com a Resolução 12/78 da CNNPA. O produto deverá ter registro no Ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde. MAPA	KG	100			
VALOR TOTAL DO LOTE 6						R\$ -
LOTE 7 – ALIMENTOS ESPECIAIS						



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO SALTO

CNPJ: 18.347.419/0001-80 E-mail: prefeiturasmq@gmail.com

FONES: (33) 37271144 e 37271145

PRAÇA AURELINA MOTA SANTOS, 218 – CENTRO – CEP 39928-000 – ESTADO DE MG

Administração 2025 – 2028

Governo Diferente, Cuidando da Nossa Gente

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT	MARCA	VL. UNIT.	VL. TOTAL
1	FÓRMULA INFANTIL 0-6 MESES: fórmula infantil para lactentes de 0 a 6 meses, em pó, o produto deve atender à regulamentação vigente da ANVISA para fórmulas infantis, ser isento de glúten, possuir registro no órgão competente, embalagem original lacrada (aproximadamente 400g a 800g), com rotulagem completa e prazo de validade adequado no ato da entrega.	UNI	150			
2	FÓRMULA INFANTIL 6-12 MESES: fórmula infantil de seguimento para lactentes de 6 a 12 meses, em pó, indicada para complementação da alimentação, conforme prescrição profissional. O produto deve atender à regulamentação vigente da ANVISA para fórmulas infantis, ser isento de glúten, possuir registro no órgão competente, embalagem original lacrada (aproximadamente 400g a 800g), com rotulagem completa e prazo de validade adequado no ato da entrega.	UNI	250			
3	COMPOSTO LÁCTEO COM ÓLEOS VEGETAIS E FIBRAS, (marca de referência: Ninho Fases 1+), especificamente formulado para a primeira infância (crianças de 1 a 3 anos). O produto deve ser enriquecido com ferro, zinco, vitaminas (A, C, D, E) e demais nutrientes essenciais para a fase de desenvolvimento, atendendo rigorosamente às normas da ANVISA (RDC nº 708/2022) e à Norma Brasileira de Comercialização de Alimentos para Lactentes e Crianças de Primeira Infância (NBCAL). Deve apresentar-se em pó fino, de fácil solubilidade, cor branca amarelada e sabor característico. O produto deve ser acondicionado em latas de 800g, hermeticamente fechadas, com lacre de segurança e tampa plástica protetora. O rótulo deve conter obrigatoriamente a tabela nutricional completa, instruções de preparo, lote, data de fabricação e validade, além das advertências legais sobre o aleitamento materno. Não serão aceitas embalagens amassadas, com sinais de oxidação ou com prazo de validade inferior a 10 meses no ato da entrega.	UNI	100			
4	MUCILON DE AVEIA: cereal infantil instantâneo para alimentação complementar, tipo Mucilon, indicado para lactentes a partir de 6 meses, conforme orientação profissional. Produto à base de	UNI	150			



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO SALTO

CNPJ: 18.347.419/0001-80 E-mail: prefeiturasmq@gmail.com

FONES: (33) 37271144 e 37271145

PRAÇA AURELINA MOTA SANTOS, 218 – CENTRO – CEP 39928-000 – ESTADO DE MG

Administração 2025 – 2028

Governo Diferente, Cuidando da Nossa Gente

	cereais (arroz, milho e/ou aveia), enriquecido com vitaminas e minerais, de fácil preparo, isento de glúten (quando aplicável à composição), com registro no órgão competente, embalagem original lacrada (aproximadamente 180g a 400g), contendo rotulagem completa e prazo de validade adequado no ato da entrega.					
5	MUCILON DE ARROZ: cereal infantil instantâneo para alimentação complementar, tipo Mucilon, indicado para lactentes a partir de 6 meses, conforme orientação profissional. Produto à base de cereais (arroz, milho e/ou aveia), enriquecido com vitaminas e minerais, de fácil preparo, isento de glúten (quando aplicável à composição), com registro no órgão competente, embalagem original lacrada (aproximadamente 180g a 400g), contendo rotulagem completa e prazo de validade adequado no ato da entrega	UNI	200			
6	MUCILON DE MILHO: cereal infantil instantâneo para alimentação complementar, tipo Mucilon, indicado para lactentes a partir de 6 meses, conforme orientação profissional. Produto à base de cereais (arroz, milho e/ou aveia), enriquecido com vitaminas e minerais, de fácil preparo, isento de glúten (quando aplicável à composição), com registro no órgão competente, embalagem original lacrada (aproximadamente 180g a 400g), contendo rotulagem completa e prazo de validade adequado no ato da entrega	UNI	150			
VALOR TOTAL DO LOTE 7						R\$ -
LOTE 8 –						
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT	MARCA	VL. UNIT.	VL. TOTAL
1	CRAVO, DA ÍNDIA , em botão floral maduro e dessecado, O produto deverá estar em conformidade com as normas e/ou legislação vigente da ANVISA/MS e da Comissão Nacional de Normas e Padrões para Alimentos.	KG	100			
2	CANELA EM PÓ , com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido, de acordo a Resolução 12/78 da Comissão Nacional de Normas e Padrões para Alimentos – CNNPA	KG	100			
3	CANELA EM PAU , produto natural desidratado, íntegro, de boa qualidade, limpo, livre de sujidades, parasitas e materiais estranhos. Acondicionado em	KG	100			



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO SALTO

CNPJ: 18.347.419/0001-80 E-mail: prefeiturasmq@gmail.com

FONES: (33) 37271144 e 37271145

PRAÇA AURELINA MOTA SANTOS, 218 – CENTRO – CEP 39928-000 – ESTADO DE MG

Administração 2025 – 2028

Governo Diferente, Cuidando da Nossa Gente

	embalagem original, íntegra e lacrada, contendo identificação do produto, peso líquido de no mínimo 50g por unidade , data de fabricação e prazo de validade, atendendo às normas sanitárias vigentes.					
4	TEMPEIRO COMPLETO	KG	200			
5	LEMON PEPPER , Tempero tipo Lemon Pepper, composto por um mix de especiarias (pimenta-do-reino granulada, raspas de limão desidratadas, sal e especiarias complementares). O produto deve apresentar aspecto granulado, cor característica (amarelo com pontos escuros), aroma cítrico acentuado e sabor levemente picante. Deve estar livre de umidade, grumos (empedramento), bolores ou qualquer tipo de sujidade. Acondicionado em embalagem plástica ou pote transparente, hermeticamente fechado, contendo entre 40g e 100g. O rótulo deve conter obrigatoriamente a lista de ingredientes, marca, lote e prazo de validade (mínimo de 12 meses na entrega), conforme as normas da ANVISA (RDC nº 727/2022).	PCT	100			
6	CHIMICHURRI , Tempero tipo Chimichurri, mix de ervas e especiarias desidratadas (composto tipicamente por salsa, alho, cebola, orégano, pimenta, entre outros). O produto deve apresentar-se em flocos desidratados, com aspecto homogêneo, cor e aroma característicos, livre de umidade, bolores ou sujidades. Acondicionado em embalagem plástica ou pote transparente, hermeticamente fechado, contendo entre 40g e 100g . O rótulo deve conter a lista completa de ingredientes, marca, lote e data de validade (mínimo de 12 meses na entrega), em total conformidade com as normas da ANVISA (RDC nº 727/2022).	PCT	200			
7	OREGANO em folhas, validade do produto não poderá ser inferior a 12 meses, contada a partir da data da entrega. O produto deverá estar em conformidade com as normas e/ou legislação vigente do Ministério da Agricultura, nome e CNPJ do fabricante e data ou prazo de validade	KG	20			
8	COLORAL - Deve apresentar aspecto de pó fino, homogêneo, sem grumos, de cor vermelha vibrante e uniforme. Sabor e odor próprios, sem ranço ou mofo. Isento de corantes artificiais, sujidades e parasitas. Embalagem de 500g, hermeticamente fechada, com rotulagem completa e validade mínima de 10 meses.	KG	100			



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO SALTO

CNPJ: 18.347.419/0001-80 E-mail: prefeiturasmq@gmail.com

FONES: (33) 37271144 e 37271145

PRAÇA AURELINA MOTA SANTOS, 218 – CENTRO – CEP 39928-000 – ESTADO DE MG

Administração 2025 – 2028

Governo Diferente, Cuidando da Nossa Gente

VALOR TOTAL DO LOTE 8

R\$

-

Para tanto, nos propomos a fornecer o bem licitado pelos preços unitários constantes da planilha de quantitativos e preços unitários anexa e pelo preço global de R\$ (_____).

Os prazos para cumprimento do objeto são os que se seguem:

a) Prazo de validade da proposta:..... (.....) dias;

Os dados da nossa empresa são:

- a) Razão Social: _____;
- b) CNPJ n.º: _____;
- c) Endereço Completo: _____;
- d) Fone: _____;
- e) Fax (se houver): _____;
- f) E-mail: _____;
- g) Conta Bancária/Agência-MGnco: _____.

Local, Data Razão Social CNPJ

(nome, carimbo e assinatura do representante legal da empresa).

Observação: emitir em papel que identifique a licitante.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO SALTO

CNPJ: 18.347.419/0001-80 E-mail: prefeiturasmq@gmail.com

FONES: (33) 37271144 e 37271145

PRAÇA AURELINA MOTA SANTOS, 218 – CENTRO – CEP 39928-000 – ESTADO DE MG

Administração 2025 – 2028

Governo Diferente, Cuidando da Nossa Gente

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 021/2026

ANEXO II

MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA LEI 14.133/2021

A empresa _____, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada na Rua _____ nº _____, bairro _____, na cidade de _____, com endereço eletrônico _____, situada no Estado de _____, através do seu representante legal, infra-assinado, e para os fins de participação da PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2026, DECLARA sob as penalidades cabíveis, que:

I – para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133/21, não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos (inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal).

Ressalva: () emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.

Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.

II – não mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

III – cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoas com deficiência e para reabilitados da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

IV – tem conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação;

V – cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que não se encontra impedida de participar de licitações por inidoneidade, na esfera municipal, estadual e federal ou suspensão de licitar com o município de Sumaré/SP;

VI – não se encontra impedida de disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente, por nenhum dos casos descritos nos subitens do artigo 14 da Lei Federal 14133/2021;

VII – que as propostas econômicas apresentadas compreendem a integralidade dos custos para



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO SALTO

CNPJ: 18.347.419/0001-80 E-mail: prefeiturasmq@gmail.com

FONES: (33) 37271144 e 37271145

PRAÇA AURELINA MOTA SANTOS, 218 – CENTRO – CEP 39928-000 – ESTADO DE MG

Administração 2025 – 2028

Governo Diferente, Cuidando da Nossa Gente

atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas;

Santa Maria do Salto/MG, XX de XXXXXXXXXXXX de 2026.

(Nome e assinatura do representante legal da licitante)



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO SALTO

CNPJ: 18.347.419/0001-80 E-mail: prefeiturasmq@gmail.com

FONES: (33) 37271144 e 37271145

PRAÇA AURELINA MOTA SANTOS, 218 – CENTRO – CEP 39928-000 – ESTADO DE MG

Administração 2025 – 2028

Governo Diferente, Cuidando da Nossa Gente

ANEXO III

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 021/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XX/2025

O MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DO SALTO – ESTADO DA MINAS GERAIS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 18.347.419/0001-80, com sede administrativa na Pça. Aurelina Mota Santos, 218 – Centro, CEP: 39.928-000, Santa Maria do Salto(MG), neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. **Damião Souza Ormundo**, brasileiro, maior, capaz, residente e domiciliado no município de Santa Maria do Salto – Minas Gerais, doravante denominado **ÓRGÃO GERENCIADOR**, através da **Secretaria Municipal de Educação**, e do outro lado o fornecedor abaixo qualificado, doravante denominado **DETENTOR DA ATA**, resolvem firmar a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DE Nº XX/2026**, decorrente da licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2026**, **Processo Administrativo nº XXXX/2026** de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo às condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto Municipal nº 30/2025 e em conformidade com as disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS PARTES

1.1. **DETENTOR DA ATA: XXXXXXXXXXXXXXXXXX**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº XX.XXX.XXX/XXXX-XX, sediada na XXXXXXXXXXXXXXXXXX, s/n, XXXXXX, XXXXXXXXXXXX - XX, CEP: XXXXXXXX, neste ato representado (a) pelo Sr. **XXXXXXXXXXXXXX**, maior, capaz, inscrito no CPF nº *****.XXX.XXX-****, residente e domiciliado no município de XXXXXXXXX – XXX, conforme atos constitutivos da empresa.

1.2. **ÓRGÃO GERENCIADOR:** PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO SALTO- MG, por meio da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

1.3. **ÓRGÃOS PARTICIPANTES:** Este instrumento, formalizado pelo órgão gerenciador e o detentor da ata, objetiva atender às demandas dos seguintes órgãos participantes do registro de preços:

Secretaria Municipal de Educação

1.4. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

CLÁUSULA SEGUNDA – OBJETO

2.1. **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, DESTINADOS AO SUPRIMENTO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE), MERENDA ESCOLAR, EM ATENDIMENTO À SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DO SALTO-MG.**



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO SALTO

CNPJ: 18.347.419/0001-80 E-mail: prefeiturasmq@gmail.com

FONES: (33) 37271144 e 37271145

PRAÇA AURELINA MOTA SANTOS, 218 – CENTRO – CEP 39928-000 – ESTADO DE MG

Administração 2025 – 2028

Governo Diferente, Cuidando da Nossa Gente

2.2. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

LOTE 1 - GENEROS ALIMENTICIOS NÃO PERECIVEIS						
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT	MARCA	VL. UNIT.	VL. TOTAL
1	AÇÚCAR REFINADO , sacarose obtida a partir do caldo de cana-de-açúcar, branco aspecto fino a médio, isento de fermentações de matéria terrosa, de parasitas e detritos animais e vegetais, contendo aproximadamente 99,2% de glicídios. Embalagem, resistente, suportando o transporte sem perder sua integridade, Embalagem de 1kg em polietileno, transparente, incolor, termossoldado, contendo dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, prazo de validade, de acordo com as Normas e/ou Resoluções vigentes da ANVISA/MS. Data de validade não inferior a 6 meses.	UN	1.500			
2	AMENDOIM TORRADO SEM PELE : pacotes de 500gr cada. Embalagem individual contendo externamente os dados de identificação e procedência, informação nutricional, número de lote, quantidade do produto, número de registro no ministério competente. Validade mínima de 6 meses da entrega.	PCT	1.000			
3	ARROZ BRANCO LONGO FINO , tipo 1, subgrupo polido, classe longo fino, agulha. Selecionados, não sendo necessário escolher e nem lavar para sua preparação. Isento de mofo, de odores estranhos e de substâncias nocivas. Embalagem primária de 5kg em polietileno, transparente, incolor, termossoldado, contendo dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, prazo de validade, de acordo com as Normas e/ou Resoluções vigentes da ANVISA/MS. A embalagem secundária deve ser fardo de termossoldado, resistente, suportando o transporte sem perder sua integridade. Prazo de validade de 12 meses.	PCT	450			
4	AMIDO DE MILHO , fabricado a partir de matérias primas sãs e limpas isenta de matéria terrosa e de parasitas, não podem estar úmidos, fermentados ou rançosos, devem produzir ligeira crepitação quando comprimido entre os dedos. em Embalagem resistente, atóxica de 500g . O produto deve estar em conformidade com a legislação específica.	PCT	1.000			



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO SALTO

CNPJ: 18.347.419/0001-80 E-mail: prefeiturasmq@gmail.com

FONES: (33) 37271144 e 37271145

PRAÇA AURELINA MOTA SANTOS, 218 – CENTRO – CEP 39928-000 – ESTADO DE MG

Administração 2025 – 2028

Governo Diferente, Cuidando da Nossa Gente

5	AZEITE DE OLIVA: extraído de azeitonas maduras por processo mecânico, sem aditivos químicos, garantindo alta qualidade, sabor e aroma. Acondicionado em embalagens lacradas de vidro ou plástico, com volumes de 500 ml. O rótulo deve exibir lote, ingredientes, tabela nutricional e validade mínima de 6 a 12 meses no ato da entrega.	UNI	250			
6	BISCOITO DOCE, TIPO MAISENA, 350g primeira qualidade. Deverá ser fabricado a partir de matérias primas sãs e limpas, isenta de matérias terrosas, parasitas e em perfeito estado de conservação, serão rejeitados biscoitos mal cozidos, queimados e de caracteres organolépticos anormais, não podendo apresentar excesso de dureza e nem se apresentar quebradiço. Embalagem dupla, com procedência, informação nutricional e registro impressos no rótulo. Validade mínima 120 dias no momento da entrega. EMBALAGEM secundária caixa com 24 pacotes de 350gr.	CX	100			
7	BISCOITO SALGADO, tipo CREAM CRACKER, TIPO PREMIUM, obtido pela mistura de farinha de trigo, amido de milho, sal refinado, gordura vegetal, leite (ou soro) e outros ingredientes, desde que permitidos pela legislação e mencionados. O biscoito deverá ser fabricado a partir de matérias primas sãs e limpas, isenta de matérias terrosas, parasitos e em perfeito estado de conservação. Serão rejeitados biscoitos mal cozidos, queimados, não podendo apresentar excesso de dureza e nem se apresentar quebradiço. Características organolépticas: - aspecto: massa torrada sem recheio - cor: própria - odor: próprio - sabor: próprio - Textura: crocante/macia Validade: mínima de 08 meses Prazo de fabricação: não poderá ter data de fabricação anterior a 45 (quarenta e cinco) dias da data de entrega. Peso líquido de 350 gramas, com dados de identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, peso líquido e de acordo com as Normas e/ou Resoluções vigentes da ANVISA/MS. Não permitido o uso de corantes (Resolução - CNNPA Nº. 12 de 1938). EMBALAGEM secundária caixa com 24 pacotes de 350gr.	CX	100			
8	BISCOITO, TIPO MARIA SEM LACTOSE. Embalagem dupla ou tripla, contendo 350g , com dados de identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, peso líquido e de acordo com as	CX	50			



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO SALTO

CNPJ: 18.347.419/0001-80 E-mail: prefeiturasmq@gmail.com

FONES: (33) 37271144 e 37271145

PRAÇA AURELINA MOTA SANTOS, 218 – CENTRO – CEP 39928-000 – ESTADO DE MG

Administração 2025 – 2028

Governo Diferente, Cuidando da Nossa Gente

	Normas e/ou Resoluções vigentes da Anvisa/MS. Serão rejeitados biscoitos mal cozidos, queimados, não podendo apresentar excesso de dureza e nem se apresentar quebradiço. Validade: mínima de 08 meses Prazo de fabricação: não poderá ter data de fabricação anterior a 45 (quarenta e cinco) dias da data de entrega. Não permitido o uso de corantes (Resolução - CNNPA Nº 12 de 1938). EMBALAGEM secundária caixa com 24 pacotes de 350gr .					
9	CACAU EM PÓ 100% - cacau moído transformado em pó, embalagem 1kg.	KG	200			
10	CAFÉ EM PÓ , com selo de pureza (ABIC), peso líquido de 500 gramas. Café em pó homogêneo, torrado e moído, TIPO SUPERIOR, sabor predominantemente arábico, com, no máximo, 20% de grãos tipo Conilon/Robusta. TIPO VÁCUO , contendo na embalagem a identificação do produto, a marca do fabricante, a data de fabricação, o prazo de validade não inferior a 10 (dez) meses contados da data de recebimento.	KG	500			
11	COCO RALADO , Produto triturado e desidratado, amplamente utilizada na confeitaria, panificação e culinária para dar sabor e textura, seco e desidratado em flocos finos ou grossos. Embalagem de 200g contendo identificação do produto, a marca do fabricante, a data de fabricação, o prazo de validade não inferior a 10 (dez) meses contados da data de recebimento.	UNI	500			
12	CREME DE LEITE , UHT homogeneizado, sem necessidade de refrigeração. Embalagem tetrapak de 200g. Prazo de validade mínimo 06 meses a contar a partir da data de entrega.	UNI	500			
13	ERVILHA LATA , tipo em conserva, grãos de primeira qualidade, apresentando grãos tenros, inteiros, de tamanho uniforme, coloração verde característica e suspensos em salmoura límpida. O produto deve ser obtido de colheitas recentes e processado de acordo com as normas da ANVISA (RDC nº 715/2022) e do Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA), sendo rigorosamente isento de sujidades, larvas, fragmentos vegetais estranhos ou sinais de fermentação. O acondicionamento deve ser feito em lata metálica resistente, com revestimento interno verniz atóxico, hermeticamente fechada, com peso líquido de 170g (e peso drenado correspondente conforme norma técnica). O rótulo deve conter	UNI	1000			



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO SALTO

CNPJ: 18.347.419/0001-80 E-mail: prefeiturasmsmq@gmail.com

FONES: (33) 37271144 e 37271145

PRAÇA AURELINA MOTA SANTOS, 218 – CENTRO – CEP 39928-000 – ESTADO DE MG

Administração 2025 – 2028

Governo Diferente, Cuidando da Nossa Gente

	obrigatoriamente a lista de ingredientes, tabela nutricional, lote, data de fabricação e validade, além do destaque de alérgenos conforme a RDC nº 727/2022. Não serão aceitas latas estufadas, amassadas, enferrujadas ou com sinais de vazamento.					
14	EXTRATO DE TOMATE , concentrado. Ingrediente: tomate. Embalagem sachê de 300g, com dados de identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, peso líquido e de acordo com as Normas e/ou Resoluções da Anvisa/MS.	UN	450			
15	FARINHA DE TRIGO ESPECIAL C/ FERMENTO , enriquecida com ferro e ácido fólico, com fermento, obtido pela moagem exclusiva do grão de trigo, isenta de terra, sem umidade (tolerado máximo 14% de umidade). O produto deverá ter aspecto de pó fino branco, com cheiro e sabor próprios. Embalagem plástica de polietileno transparente/atóxico ou de papel original de fábrica, em pacote de 1Kg , com dados de identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido de acordo com as Normas e/ou resoluções vigentes da ANVISA/MS. Prazo de validade de 04 meses e data de fabricação de até 30 dias. O produto deve atender a Resolução nº 344 – 13/12/02 (fortificação de farinhas com ferro e ácido fólico). Embalagem 1kg .	KG	500			
16	FARINHA DE TRIGO ESPECIAL S/ FERMENTO , enriquecida com ferro e ácido fólico, sem fermento, obtido pela moagem exclusiva do grão de trigo, isenta de terra, sem umidade (tolerado máximo 14% de umidade). O produto deverá ter aspecto de pó fino branco, com cheiro e sabor próprios. Embalagem plástica de polietileno transparente/atóxico ou de papel original de fábrica, em pacote de 1Kg , com dados de identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido de acordo com as Normas e/ou resoluções vigentes da ANVISA/MS. Prazo de validade de 04 meses e data de fabricação de até 30 dias. O produto deve atender a Resolução nº 344 – 13/12/02 (fortificação de farinhas com ferro e ácido fólico). Embalagem 1kg .	KG	2.000			
17	FARINHA DE MANDIOCA , Farinha de mandioca Tipo 1 (Subgrupo Fina ou Média), obtida de raízes de mandioca saudáveis e descascadas. Aspecto granuloso, seco, de cor uniforme (Branca ou Amarela). Sabor e	KG	300			



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO SALTO

CNPJ: 18.347.419/0001-80 E-mail: prefeiturasmq@gmail.com

FONES: (33) 37271144 e 37271145

PRAÇA AURELINA MOTA SANTOS, 218 – CENTRO – CEP 39928-000 – ESTADO DE MG

Administração 2025 – 2028

Governo Diferente, Cuidando da Nossa Gente

	odor característicos, sem amargor ou acidez excessiva. Teor de umidade e cinzas conforme Instrução Normativa MAPA nº 52/2011. Isenta de sujidades, areia e parasitas. Embalagem de 1kg , atóxica, vedada e com rótulo contendo "Não Contém Glúten". Validade mínima de 8 meses.					
18	FEIJÃO CARIOQUINHA , tipo 1, constando no mínimo 90% de grãos na cor característica, variedade correspondente de tamanho e formato naturais, maduros, limpos e secos. Será permitido o limite de 2% de impurezas e materiais estranhos, obedecendo à Portaria 161 de 24/07/87 – M.A. Embalagem de 1kg em polietileno, transparente, incolor, termossoldado, contendo dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, prazo de validade, de acordo com as Normas e/ou Resoluções vigentes da ANVISA/MS. A embalagem secundária deve ser fardo de termossoldado, resistente, suportando o transporte sem perder sua integridade,. Prazo mínimo de validade de 6 meses.	KG	1.500			
19	FEIJÃO FRADINHO , de primeira qualidade (Tipo 1), constituído de grãos da espécie <i>Vigna unguiculata</i> , de colheita recente, apresentando-se inteiros, são, limpos, secos e de tamanho uniforme. O produto deve ser rigorosamente isento de sujidades, larvas, insetos, pedras ou quaisquer materiais estranhos, atendendo aos padrões de identidade e qualidade do Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA) e da ANVISA (RDC nº 715/2022) . O acondicionamento primário deve ser feito em embalagem plástica (polietileno) transparente e resistente, com peso líquido de 1 kg . O fornecimento deve ser realizado O rótulo deve conter obrigatoriamente a identificação do produto, tipo, lote, data de embalagem e validade, além do destaque de alergenos conforme a RDC nº 727/2022 . Não serão aceitas embalagens violadas, úmidas ou fardos rasgados.	KG	500			
20	FERMENTO QUÍMICO : bicarbonato de sódio, fosfato de mono-cálcio, hermeticamente fechada. Com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, informações nutricionais, número de lote, data de fabricação e validade quantidade do produto. Deverá apresentar validade	PCT	500			



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO SALTO

CNPJ: 18.347.419/0001-80 E-mail: prefeiturasmq@gmail.com

FONES: (33) 37271144 e 37271145

PRAÇA AURELINA MOTA SANTOS, 218 – CENTRO – CEP 39928-000 – ESTADO DE MG

Administração 2025 – 2028

Governo Diferente, Cuidando da Nossa Gente

	mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega. – Embalagem com 100g.					
21	FUBA DE MILHO , obtido pela moagem do grão de milho, enriquecido com ferro e ácido fólico, devendo ser fabricadas a partir de matérias primas sãs e limpas isentas de terra e parasitos. Produto de aspecto fino, amarelo, livre de umidade. Com o rendimento mínimo após o cozimento de 2,5 vezes a mais do peso antes da cocção. Pacote de 500 g , com dados de identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, peso líquido e de acordo com as Normas e/ou Resoluções vigentes da ANVISA/MS. O produto deve atender a Resolução nº 344 - 13/12/02 (fortificação de farinhas com ferro e ácido fólico). Prazo de validade no mínimo de 6 meses.	PCT	2.000			
22	FARINHA DE MILHO FLOCADA (FLOCÃO) , obtida a partir de grãos de milho (não transgênico ou transgênico, conforme legislação), degerminados e submetidos a processo de laminação. O produto deve apresentar-se em flocos grandes, uniformes, de cor amarela característica, com odor e sabor próprios, sendo isento de ranço, sujidades, parasitas ou materiais estranhos. A fabricação deve atender rigorosamente aos padrões de identidade e qualidade estabelecidos pela ANVISA (RDC nº 715/2022) e pelo Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA). O acondicionamento deve ser feito em embalagens plásticas (polietileno) resistentes e hermeticamente fechadas, com peso líquido de 500g . O rótulo deve conter a composição, tabela nutricional, data de fabricação, lote e prazo de validade, além da informação clara sobre a presença de glúten e componentes transgênicos, conforme a RDC nº 727/2022. Não serão aceitos produtos com embalagens violadas, úmidas ou com sinais de infestação.	PCT	800			
23	LEITE DE COCO , tradicional 500ml, embalagem com dados de identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, peso líquido e de acordo com as Normas e/ou Resoluções vigentes da ANVISA/MS. Prazo de validade no mínimo de 6 meses. Embalagem secundária com 12X500ML	UNI	200			



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO SALTO

CNPJ: 18.347.419/0001-80 E-mail: prefeiturasmq@gmail.com

FONES: (33) 37271144 e 37271145

PRAÇA AURELINA MOTA SANTOS, 218 – CENTRO – CEP 39928-000 – ESTADO DE MG

Administração 2025 – 2028

Governo Diferente, Cuidando da Nossa Gente

24	LEITE EM PÓ INTEGRAL (400 gramas) – Produto industrializado em pó de leite bovino, integral, sem adição de açúcar, enriquecido com vitaminas A e D. Produto com no máximo 20 dias de fabricação e selo do Ministério da Agricultura e que atenda as especificações da portaria 041/98 SVS/MS. Embalagem plástica 400g , resistente que contenha composição química e nutricional do produto, identificação do fabricante, data de fabricação e validade.	PCT	3000			
25	LEITE EM PO INTEGRAL ZERO LACTOSE - Especificação técnica: (kg) Leite, semidesnatado, para dietas com restrições de lactose. Submetido a altas temperaturas durante o seu processo de fabricação, porém com a preservação de seus nutrientes. Embalagem PRIMÁRIA DE 400g.	UNI	500			
26	MACARRÃO ESPAGUETE , INGREDIENTES: sêmola de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, ovo em pó e corantes: urucum e cúrcuma. CONTÉM GLÚTEN. ALÉRGICOS: contém derivados de ovo e de trigo. Pode conter aveia, centeio, cevada e soja. Embalagem de 500gr.	PCT	1000			
27	MACARRÃO tipo PARAFUSO 500 gramas - Macarrão com Ovos tipo Parafuso , produto fermentado obtido pelo amassamento da farinha de trigo com água. Embalagem 500 gramas,. Validade mínima de 06 meses, a partir da data de entrega.	PCT	1000			
28	MASSA PARA SOPA (500 gramas) - Massa alimentícia de sêmola com ovos, tipo caseira, máximo de 13% de umidade. Fabricados a partir de matérias primas sãs e limpas, isentas de matérias terrosas, parasitos e larvas. As massas ao serem postas na água não deverão turvá-las antes da cocção, não podendo estar fermentadas ou rançosas. Com rendimento mínimo após o cozimento de 2 vezes a mais do peso antes da cocção. Embalagem de polietileno, em 500 gramas, com dados de identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade de acordo com as Normas e/ou Resoluções da ANVISA/MS. Prazo de validade de 12 meses.	PCT	1500			
29	MILHO AMARELO, para mugunzá (500 gramas) , devendo ser fabricadas a partir de matérias primas sãs e limpas isentas de terra e parasitos, livre de umidade. Com o rendimento mínimo após o cozimento de 2,5 vezes a mais do peso antes da cocção. Embalagem de polietileno	PCT	1500			



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO SALTO

CNPJ: 18.347.419/0001-80 E-mail: prefeiturasmq@gmail.com

FONES: (33) 37271144 e 37271145

PRAÇA AURELINA MOTA SANTOS, 218 – CENTRO – CEP 39928-000 – ESTADO DE MG

Administração 2025 – 2028

Governo Diferente, Cuidando da Nossa Gente

	transparente original de fábrica, com dados de identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, peso líquido e de acordo com as Normas e/ou Resoluções vigentes da ANVISA/MS. A embalagem de 500g					
30	MILHO DE PIPOCA , grãos pequenos e duros que tem a capacidade de estourar quando aquecidos em torno de 180° C, sendo classificado em grupos, classes e tipos, segundo sua consistência, coloração e qualidade: Pacote de 500g. e com validade de 6 meses a partir da data de fabricação.	PCT	2000			
31	MILHO VERDE em conserva , preparado com vegetais selecionados. Embalagem em latas, sem sinais de alterações (estufamentos, vazamentos, corrosões internas), bem como, quaisquer modificações de natureza física, química, organolépticas do produto, com peso líquido drenado de aproximadamente 1,7KG , com dados de identificação do produto, marca de fabricante, prazo de validade, peso líquido e de acordo com as Norma e/ou Resoluções vigentes da ANVISA/MS.	UNI	100			
32	MILHO VERDE em conserva , preparado com vegetais selecionados. Embalagem em SACHES , sem sinais de alterações (estufamentos, vazamentos) bem como, quaisquer modificações de natureza física, química, organolépticas do produto, com peso líquido drenado de aproximadamente 170g , com dados de identificação do produto, marca de fabricante, prazo de validade, peso líquido e de acordo com as Norma e/ou Resoluções vigentes da ANVISA/MS	UNI	1700			
33	ÓLEO COMESTÍVEL DE SOJA - líquido viscoso refinado, rico em vitamina E, obtido do grão de soja que sofreu processo tecnológico, fabricadas a partir de matérias primas sãs e limpas. Embalagem de 900ml , em polietileno tereftalado (PET), com dados de identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, peso líquido, e de acordo com as Normas e/ou Resoluções da ANVISA/MS. Prazo mínimo de validade de 6 meses. EMBALAGEM secundária caixa com 20 unidades.	CX	50			
34	SAL , refinado, iodado, com granulação uniforme e com cristais brancos, com no mínimo de 98,5% de cloreto de sódio e com dosagem de sais de iodo de no mínimo 10mg e máximo de 15mg de iodo por quilo de acordo com a Legislação Federal	UNI	500			



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO SALTO

CNPJ: 18.347.419/0001-80 E-mail: prefeiturasmq@gmail.com

FONES: (33) 37271144 e 37271145

PRAÇA AURELINA MOTA SANTOS, 218 – CENTRO – CEP 39928-000 – ESTADO DE MG

Administração 2025 – 2028

Governo Diferente, Cuidando da Nossa Gente

	Específica. Fardo c/ 30uni Embalagem em plástico de polietileno de 1kg , com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, peso líquido e de acordo com as Normas e/ou Resoluções da ANVISA/MS ou registro no Ministério da Agricultura. O produto a ser entregue não poderá ter validade inferior a 6 meses.					
35	VINAGRE , de álcool ou vinho, tipo macio, acidez 4,50, aspecto físico líquido, aspecto visual límpido e sem depósitos Embalagem com 500 ml , com dados de identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e de acordo com as Normas e/ou Resoluções vigentes da ANVISA/MS.	UNI	300			
36	GELATINA EM PÓ INCOLOR SEM SABOR , de primeira qualidade, obtida a partir de colágeno animal purificado. O produto deve apresentar-se em grãos finos, secos, homogêneos, com odor e sabor neutros, possuindo alto poder de gelificação. Deve atender rigorosamente aos padrões de identidade e qualidade da ANVISA (RDC nº 715/2022), sendo isenta de corantes, aromatizantes ou qualquer aditivo químico que altere sua neutralidade. O acondicionamento deve ser feito em embalagens de papel ou plástico hermeticamente fechadas, protegidas por embalagem secundária (caixa), com peso líquido de 12g ou 24g. O rótulo deve conter a composição, modo de preparo, tabela nutricional, data de fabricação, lote e validade, além do destaque obrigatório de alérgenos conforme a RDC nº 727/2022. Não serão aceitos produtos com embalagens úmidas, violadas ou com o pó empedrado.	UNI	300			
37	SUCO DE UVA INTEGRAL , 100% natural, sem adição de água, açúcares ou conservantes, apresentando Grau Brix mínimo de 14° e registro obrigatório no Ministério da Agricultura (MAPA). O fornecimento deve ser obrigatoriamente em embalagens de 1,5 litro, em vidro ou material cartonado hermético , formato que otimiza o rendimento para o consumo coletivo e reduz o descarte de resíduos. O produto deve apresentar validade mínima de 10 meses no ato da entrega, com rotulagem completa e lacre de segurança, garantindo a padronização e a qualidade nutricional exigida para os programas municipais.	UNI	300			
38	MISTURA PREPARADA PARA BOLO , sabores diversos (incluindo, no mínimo: chocolate, baunilha, laranja, festa e	PCT	600			



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO SALTO

CNPJ: 18.347.419/0001-80 E-mail: prefeiturasmq@gmail.com

FONES: (33) 37271144 e 37271145

PRAÇA AURELINA MOTA SANTOS, 218 – CENTRO – CEP 39928-000 – ESTADO DE MG

Administração 2025 – 2028

Governo Diferente, Cuidando da Nossa Gente

	coco), marca de referência: Vilma. O produto deve ser composto por ingredientes de primeira qualidade (farinha de trigo enriquecida, açúcar e demais aditivos autorizados), apresentando-se em pó fino, homogêneo, com cor e aroma característicos de cada sabor, garantindo fácil preparo e excelente rendimento (massa fofa e úmida). A fabricação deve atender rigorosamente aos padrões da ANVISA (RDC nº 715/2022). Deve ser acondicionado em embalagem plástica ou de papel resistente, hermeticamente fechada, com peso líquido de 400g . O rótulo deve conter as instruções de preparo, tabela nutricional, lote, validade e o destaque obrigatório de alérgenos (glúten e derivados de leite/soja) conforme a RDC nº 727/2022. Não serão aceitos produtos com embalagens violadas, úmidas, empedradas ou com validade inferior a 6 meses no ato da entrega.				
39	ATUM EM CONSERVA , Tipo em conserva, tipo sólido ou em pedaços, conservado em óleo comestível ou ao natural (água e sal). O produto deve ser preparado com peixes limpos e selecionados, apresentando sabor e odor característicos, livre de escamas, vísceras ou substâncias estranhas. Acondicionado em lata metálica com revestimento interno resistente, sistema de abertura fácil, contendo peso líquido aproximado de 170g . A embalagem deve apresentar obrigatoriamente o selo de inspeção federal (SIF), estadual (SIE) ou municipal (SIM), além de identificação de lote, informações nutricionais e data de validade mínima de 12 meses no ato da entrega, em conformidade com as normas do Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA) e da ANVISA.	UNI	300		
40	SARDINHA EM CONSERVA , Tipo em conserva, limpa (sem vísceras), em óleo comestível ou molho de tomate, de consistência firme e coloração característica. O produto deve ser obtido de espécies adequadas, apresentando sabor e odor próprios, livre de substâncias estranhas ou sinais de oxidação. Acondicionada em lata metálica com revestimento interno sanitário e sistema de abertura fácil (<i>easy open</i>), contendo peso líquido aproximado de 125g. A embalagem deve apresentar obrigatoriamente o selo de inspeção oficial (SIF, SIE ou SIM), além da marca, lote, informações nutricionais e data de validade	UNI	300		



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO SALTO

CNPJ: 18.347.419/0001-80 E-mail: prefeiturasmq@gmail.com

FONES: (33) 37271144 e 37271145

PRAÇA AURELINA MOTA SANTOS, 218 – CENTRO – CEP 39928-000 – ESTADO DE MG

Administração 2025 – 2028

Governo Diferente, Cuidando da Nossa Gente

	com prazo mínimo de 12 meses na data da entrega, em conformidade com as normas do Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA) e da ANVISA.					
VALOR TOTAL DO LOTE 01						R\$ -
LOTE 2 - HORTIFRUTIGRANGEIROS						
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT	MARCA	VL. UNIT.	VL. TOTAL
1	ABACAXI , de primeira in natura, apresentando grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação para o consumo. Sem danos físicos, com ausência de sujidades, parasitas e larvas, de acordo com a resolução 12/78 da CNNPA.	UNI	500			
2	ABÓBORA , de primeira, apresentando grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo. Sem danos físicos e mecânicos oriundos de manuseio e transporte. Não apresentarem rachaduras ou cortes nas cascas e a polpa deverão estar intactos e limpos. Com ausência de sujidades, parasitas e larvas, de acordo com a Resolução 12/78 da CNNPA.	KG	300			
3	BATATA INGLESA , especial, de primeira, apresentando grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo. Sem danos físicos e mecânicos oriundos de manuseio e transporte. Não apresentarem rachaduras ou cortes nas cascas e a polpa deverão estar intactos e limpos. Com ausência de sujidades, parasitas e larvas, de acordo com a Resolução 12/78 da CNNPA.	KG	1000			
4	BATATA DOCE , Batata-doce in natura, de primeira qualidade, tipo rosada ou branca. Os tubérculos devem estar fisiologicamente desenvolvidos, inteiros, firmes, limpos e sem danos físicos (cortes ou perfurações) ou mecânicos que comprometam a conservação. O produto deve estar livre de pragas, doenças, podridões ou excesso de terra. Tamanho e formato devem ser uniformes. A entrega deve ser feita em embalagens apropriadas (caixas ou sacos telados) que garantam a integridade do produto, pesando conforme a necessidade da requisição. O item deve atender às normas de classificação e padronização do Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA) e da ANVISA.	KG	300			



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO SALTO

CNPJ: 18.347.419/0001-80 E-mail: prefeiturasmq@gmail.com

FONES: (33) 37271144 e 37271145

PRAÇA AURELINA MOTA SANTOS, 218 – CENTRO – CEP 39928-000 – ESTADO DE MG

Administração 2025 – 2028

Governo Diferente, Cuidando da Nossa Gente

5	CENOURA EXTRA , de primeira, apresentando grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo. Sem danos físicos e mecânicos oriundos de manuseio e transporte. Não apresentarem rachaduras ou cortes nas cascas e a polpa deverão estar intactos e limpos. Com ausência de sujidades, parasitas e larvas, de acordo com a Resolução 12/78 da CNNPA.	KG	400			
6	CHUCHU : tamanho médio, com características íntegras e de primeira qualidade; fresco, limpo, coloração uniforme; aroma, cor e sabor típicos da espécie, apresentando grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação. O transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo; isentos de sujidades, insetos, parasitas, larvas. Não deve apresentar quaisquer lesões de origem física, mecânica ou biológica.	KG	200			
7	CEBOLA BRANCA , de primeira, apresentando grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo. Sem danos físicos e mecânicos oriundos de manuseio e transporte. Não apresentarem rachaduras ou cortes nas cascas e a polpa deverão estar intactos e limpos. Com ausência de sujidades, parasitas e larvas, de acordo com a Resolução 12/78 da CNNPA.	KG	400			
8	COENTRO LARGO , (<i>Eryngium foetidum</i>): hortaliça fresca, com folhas íntegras e de primeira qualidade; limpa, colocação uniforme, isentos de sujidades, insetos, parasitas, larvas e corpos. O maço deverá pesar a média de 200g (variação de 10%)	MOLHO	300			
9	CEBOLINHA VERDE : hortaliça fresca, com folhas íntegras e de primeira qualidade; limpa, colocação uniforme, isentos de sujidades, insetos, parasitas, larvas e corpos. O maço deverá pesar a média de 200g (variação de 10%)	MOLHO	300			
10	PIMENTÃO VERDE , de primeira, apresentando grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo. Sem danos físicos e mecânicos oriundos de manuseio e transporte. Não apresentarem rachaduras ou cortes nas cascas e a polpa deverão estar intactos e limpos. Com ausência de	KG	300			



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO SALTO

CNPJ: 18.347.419/0001-80 E-mail: prefeiturasmq@gmail.com

FONES: (33) 37271144 e 37271145

PRAÇA AURELINA MOTA SANTOS, 218 – CENTRO – CEP 39928-000 – ESTADO DE MG

Administração 2025 – 2028

Governo Diferente, Cuidando da Nossa Gente

	sujidades, parasitas e larvas, de acordo com a Resolução 12/78 da CNNPA.					
11	REPOLHO BRANCO , de primeira, apresentando grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo. Sem danos físicos e mecânicos oriundos de manuseio e transporte. Não apresentarem rachaduras ou cortes nas cascas e a polpa deverão estar intactos e limpos. Com ausência de sujidades, parasitas e larvas, de acordo com a Resolução 12/78 da CNNPA.	KG	200			
12	AIPIM BRANCO - A polpa deve estar intacta e limpa. Descascada, embalada em embalagens plásticas transparentes de 1 kg. Livres de umidade externa, em bom estado de conservação.	KG	300			
13	TOMATE , de primeira, apresentando grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo. Sem danos físicos e mecânicos oriundos de manuseio e transporte. Não apresentarem rachaduras ou cortes nas cascas e a polpa deverão estar intactos e limpos. Com ausência de sujidades, parasitas e larvas, de acordo com a Resolução 12/78 da CNNPA.	KG	400			
14	TOMATE CEREJA , Tomate tipo cereja (<i>cherry</i>), in natura, de primeira qualidade. Os frutos devem estar maduros, firmes, com coloração uniforme e brilhante, livres de rachaduras, manchas, picadas de insetos ou sinais de podridão. Devem apresentar tamanho padronizado, formato íntegro e estarem higienizados. Acondicionados em embalagens plásticas transparentes (bandejas) de 180g a 250g, com tampa ou filme protetor, garantindo a proteção física dos frutos. A embalagem deve conter identificação do produtor, lote e data de embalagem, conforme as normas de rastreabilidade do MAPA e da ANVISA.	BDJ	700			
15	COENTRO , de primeira, in natura, sem defeitos, suficientemente desenvolvidos, com folhas verdes, com aspecto e sabor típico da variedade e uniformidade no tamanho e na cor. Sem danos físicos e mecânicos oriundos de manuseio e transporte. Com ausência de sujidades, parasitas e larvas, de acordo com a Resolução 12/78 da CNNPA. O maço deverá pesar a média de 200g (variação de 10%)	MOLHO	400			



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO SALTO

CNPJ: 18.347.419/0001-80 E-mail: prefeiturasmq@gmail.com

FONES: (33) 37271144 e 37271145

PRAÇA AURELINA MOTA SANTOS, 218 – CENTRO – CEP 39928-000 – ESTADO DE MG

Administração 2025 – 2028

Governo Diferente, Cuidando da Nossa Gente

16	MAMÃO PAPAIA , de primeira, in natura, apresentando grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo. Sem danos físicos e mecânicos oriundos de manuseio e transporte. Não apresentarem rachaduras ou cortes nas cascas e a polpa deverão estar intactos e limpos. Com ausência de sujidades, parasitas e larvas, de acordo com a Resolução 12/78 da CNNPA.	KG	400			
17	MAÇÃ FUGI , de primeira, in natura, apresentando grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo. Sem danos físicos e mecânicos oriundos de manuseio e transporte. Não apresentarem rachaduras ou cortes nas cascas e a polpa deverão estar intactos e limpos. Com ausência de sujidades, parasitas e larvas, de acordo com a Resolução 12/78 da CNNPA.	KG	700			
18	ALHO BRANCO , de primeira qualidade, nº06, sem a réstia, sem defeitos, suficientemente desenvolvidas, com aspectos e sabor típico da variedade e uniformidade no tamanho e na cor. Devem estar livres de sujidades externas, como terra aderente; isenta de umidade externa anormal, odor e sabor estranhos e não apresentarem rachaduras ou cortes nas cascas. Sem danos físicos e mecânicos oriundos de manuseio e transporte, acondicionadas em avulsas, ou em sacos plásticos ou de tecidos.	KG	300			
19	MORANGO , Morango <i>in natura</i> , de primeira qualidade, tipo exportação ou extra. Os frutos devem estar inteiros, firmes, limpos, com coloração vermelha intensa e brilhante em pelo menos 75% da superfície. Devem estar fisiologicamente maduros, mas sem sinais de sobremadurez ou amolecimento, mantendo a sépala (folha verde) preservada. Livres de pragas, doenças, sujidades, danos físicos ou bolores. Acondicionados em bandejas plásticas transparentes de 200g a 250g , com tampa ou filme protetor. A embalagem deve conter identificação do produtor, lote e data de embalagem, atendendo às normas de rastreabilidade do MAPA e da ANVISA.	BDJ	500			
20	BANANA, DA PRATA , de primeira, in natura, apresentando grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo. O produto	KG	700			



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO SALTO

CNPJ: 18.347.419/0001-80 E-mail: prefeiturasmq@gmail.com

FONES: (33) 37271144 e 37271145

PRAÇA AURELINA MOTA SANTOS, 218 – CENTRO – CEP 39928-000 – ESTADO DE MG

Administração 2025 – 2028

Governo Diferente, Cuidando da Nossa Gente

	devera obedecer a Legislação Específica e a Regulamentação Técnica vigente da ANVISA					
21	BANANA, DA TERRA , de primeira, in natura, apresentando grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo. O produto deverá obedecer a Legislação Específica e a Regulamentação Técnica vigente da ANVISA	KG	600			
22	ALFACE , de primeira, tipo CRESPA, em pé, apresentando grau de evolução completo do tamanho, aroma e cor própria. Com ausência de sujidades, parasitos e larvas, de acordo com a Resolução 12/78 da CNNPA. O maço deverá pesar a média de 500g (variação de 10%)	MOLHO	400			
23	BATATA DOCE , de primeira, apresentando grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo. Com ausência de sujidades, parasitos e larvas, de acordo com a Resolução 12/78 da CNNPA	KG	300			
24	BETERRABA , de primeira, apresentando grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo. Com ausência de sujidades, parasitos e larvas, de acordo com a Resolução 12/78 da CNNPA.	KG	300			
25	COUVE MANTEIGA , de primeira, in natura, molho, inteiro, verde, apresentando grau de evolução completo do tamanho, aroma e cor própria. Com ausência de sujidades, parasitos e larvas, de acordo com a Resolução 12/78 da CNNPA. O maço deverá pesar a média de 500g (variação de 10%).	MOLHO	300			
26	GENGIBRE , in natura, de primeira qualidade, tipo exportação ou extra. Os rizomas devem estar firmes, compactos, de coloração externa bege clara e polpa amarelo-clara. Devem estar limpos, bem desenvolvidos e fisiologicamente maduros, apresentando sabor picante e aroma pungente característico. Estão vetados produtos com sinais de mofo, podridão, brotamentos excessivos, cortes profundos ou infestação de pragas, conforme as normas do Ministério da Agricultura (MAPA) e ANVISA.	KG	200			
27	KIWI , tipo verde (variedade Hayward ou similar), de primeira qualidade, apresentando grau de maturação adequado	KG	200			



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO SALTO

CNPJ: 18.347.419/0001-80 E-mail: prefeiturasmq@gmail.com

FONES: (33) 37271144 e 37271145

PRAÇA AURELINA MOTA SANTOS, 218 – CENTRO – CEP 39928-000 – ESTADO DE MG

Administração 2025 – 2028

Governo Diferente, Cuidando da Nossa Gente

	para o consumo (fisiologicamente desenvolvido), polpa firme e succulenta, cor e sabor característicos. Os frutos devem ser selecionados, apresentando-se limpos, compactos, de tamanho uniforme, isentos de enfermidades, parasitas, larvas, sujidades ou danos físicos (batidas e cortes) que comprometam a sua conservação. O produto deve atender rigorosamente aos padrões de identidade e qualidade estabelecidos pela ANVISA e pelo Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA). O fornecimento deve ser realizado em embalagens adequadas (caixas plásticas higienizadas ou bandejas), que garantam a integridade física dos frutos durante o transporte. Não serão aceitos frutos excessivamente moles, murchos, com sinais de mofo ou com manchas de podridão.					
28	LARANJA PERA , de primeira, in natura, com grau de maturação que permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação e, condições adequadas para o consumo, ausência de sujidades, parasitas e larvas. O produto deverá estar em conformidade com as normas e/ou legislação vigente da ANVISA/MS e da Comissão Nacional de Normas e Padrões para Alimentos - CNNPA.	KG	600			
29	LIMÃO THAITI , in natura, de primeira qualidade, apresentando grau de maturação, devendo os frutos ser entregues frescos, com casca lisa, coloração verde intensa e alto rendimento de suco, sendo obrigatória a entrega de frutos íntegros, firmes e livres de pragas, sujidades ou danos físicos e mecânicos, de acordo a Resolução 12/78.	KG	400			
30	MANGA PALMER de primeira, in natura, com grau de maturação que permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação e, condições adequadas para o consumo, ausência de sujidades, parasitas e larvas. O produto deverá estar em conformidade com as normas e/ou legislação vigente da ANVISA/MS e da Comissão Nacional de Normas e Padrões para Alimentos - CNNPA.	KG	400			
31	MARACUJÁ : amarelo, de primeira, in natura com grau de maturação que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação para o consumo. Sem danos físicos, com ausência de sujidades, parasitas e larvas, o produto deverá estar em conformidade com as normas e/ou legislação vigente da ANVISA/MS e da Comissão nacional de	KG	800			



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO SALTO

CNPJ: 18.347.419/0001-80 E-mail: prefeiturasmq@gmail.com

FONES: (33) 37271144 e 37271145

PRAÇA AURELINA MOTA SANTOS, 218 – CENTRO – CEP 39928-000 – ESTADO DE MG

Administração 2025 – 2028

Governo Diferente, Cuidando da Nossa Gente

	Normas e Padrões para Alimentos – CNNPA.					
32	MELANCIA , in natura fresca, de ótima qualidade, compacta, firme, coloração uniforme, aroma, cor, típicos da espécie, em perfeito estado de desenvolvimento. Não serão permitidos danos que lhe alterem a conformação e a aparência. Necessita estar isenta de sujidades, parasitas, rachaduras, cortes e perfurações.	UNI	700			
33	OVO DE GALINHA tipo extra, classe A, branco GRANDE . Com casca limpa, intacta, isenta de umidade externa anormal, mofo ou cheiro desagradável, sem manchas, rachaduras ou defeitos. Sem danos físicos e mecânicos oriundos de manuseio e transporte. Embalagem Caixa contendo 12 cartelas, com dados de identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade de acordo com Normas e/ou Resoluções vigentes da ANVISA/MS ou Ministério da Agricultura. SIF OU SIE.	CX	400			
34	PEPINO – In natura, gráudo, novo, de 1º qualidade, acondicionando em embalagem resistente e transparente plásticos e limpos. Devem estar frescos, íntegro, sem traço de descoloração ou manchas. Deverá ser transportado em carros higienizados em temperatura ambiente.	KG	150			
35	UVA ROXA SEM SEMENTES , apresentando tamanho, cor e formação uniformes, sem danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte. Acondicionadas em caixa com 10Kg	KG	200			
36	UVA VERDE , apresentando tamanho, cor e formação uniformes, sem danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte. Acondicionadas em caixa com 10Kg.	KG	200			
37	PÊRA de primeira, in natura, apresentando grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo. Sem danos físicos e mecânicos oriundos de manuseio e transporte. Não apresentarem rachaduras ou cortes nas cascas e a polpa deverão estar intactos e limpos. Com ausência de sujidades, parasitas e larvas, de acordo com a Resolução 12/78 da CNNPA.	KG	200			
38	MANJERICÃO , in natura, de primeira qualidade, tipo folha larga ou miúda. As ervas devem apresentar-se frescas, com	MOLHO	200			



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO SALTO

CNPJ: 18.347.419/0001-80 E-mail: prefeiturasmsmq@gmail.com

FONES: (33) 37271144 e 37271145

PRAÇA AURELINA MOTA SANTOS, 218 – CENTRO – CEP 39928-000 – ESTADO DE MG

Administração 2025 – 2028

Governo Diferente, Cuidando da Nossa Gente

	folhas inteiras, coloração verde brilhante e aroma acentuado característico da espécie. Devem estar livres de folhas amareladas, murchas, com manchas escuras, sinais de pragas ou doenças. O produto deve ser entregue higienizado e acondicionado em embalagens plásticas transparentes (bandejas ou sacos próprios para hortifrúti) de 30g a 50g , garantindo a proteção contra o murchamento. A embalagem deve conter identificação do produtor e data de colheita/embalagem, seguindo as normas de rastreabilidade do MAPA e da ANVISA.					
VALOR TOTAL DO LOTE 02						R\$ -
LOTE 3 - GENEROS ALIMENTICIOS DERIVADOS DO LEITE						
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT	MARCA	VL. UNIT.	VL. TOTAL
1	MANTEIGA DE LEITE COM SAL: DE 1ª, EM EMBALAGENS DE 500g. Ingrediente Obrigatório: Creme de leite pasteurizado obtido a partir do leite de vaca. Consistência sólida, pastosa à temperatura de 200C, textura lisa e uniforme, sem manchas ou pontos de coloração, sabor suave, característico, sem odor e sabor estranho.	KG	300			
VALOR TOTAL DO LOTE 03						R\$ -
LOTE 4 – PANIFICAÇÃO						
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT	MARCA	VL. UNIT.	VL. TOTAL
1	BOLO DE COCO – A base de farinha de trigo e coco enriquecidos com ferro e ácido fólico (de acordo com a Resolução RDC nº 344, de 12/12/2002) ovo, creme vegetal, leite, fibra de trigo e fermento químico, 90g. Informação nutricional, marca do fabricante, prazo de validade, peso líquido de acordo com a Resolução 12/78 da Comissão Nacional de Normas e Padrões para Alimentos – CNNPA.	KG	150			
2	BOLO DE ABACAXI , tipo simples ou com cobertura/recheio, produzido com ingredientes de primeira qualidade (farinha de trigo, ovos, açúcar e abacaxi in natura ou calda), apresentando massa fofa, homogênea, cor uniforme e sabor característico da fruta. O produto deve ser preparado sob rigorosas condições higiênico-sanitárias, atendendo às normas da ANVISA (RDC nº 216/2004), sendo livre de mofo, sujidades ou materiais estranhos. Deve ser acondicionado em	KG	200			



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO SALTO

CNPJ: 18.347.419/0001-80 E-mail: prefeiturasmq@gmail.com

FONES: (33) 37271144 e 37271145

PRAÇA AURELINA MOTA SANTOS, 218 – CENTRO – CEP 39928-000 – ESTADO DE MG

Administração 2025 – 2028

Governo Diferente, Cuidando da Nossa Gente

	embalagem individual de material atóxico (plástico rígido ou filme transparente), devidamente lacrada, que preserve a umidade e integridade do bolo. O rótulo deve informar claramente os ingredientes, destaque para alérgenos (glúten e lactose) conforme a RDC nº 727/2022, data de fabricação e validade. O fornecimento deve garantir produtos frescos, com produção recente e aroma agradável.				
3	BOLO DE MILHO , tipo simples (caseiro), produzido com ingredientes de primeira qualidade (milho verde, farinha de milho ou fubá, ovos, açúcar e leite), apresentando massa úmida, textura macia, cor amarelada uniforme e sabor característico. O produto deve ser fabricado seguindo as normas de boas práticas da ANVISA (RDC nº 216/2004), sendo rigorosamente isento de sujidades, parasitas ou sinais de bolor. Deve ser entregue em embalagem individual de material atóxico, resistente e transparente, devidamente lacrada para garantir a proteção contra contaminações externas. O rótulo deve conter a lista de ingredientes, advertência sobre alérgenos (glúten e lactose) conforme a RDC nº 727/2022, além da data de fabricação, lote e prazo de validade. O fornecimento deve assegurar produtos frescos e de produção recente.	KG	200		
4	PÃO FRANCÊS – com 50 g. Vir acondicionado em caixas plásticas, limpas, completamente tampadas, sem frestas. Farinha de trigo especial enriquecida com ácido fólico, sal açúcar e água óleo emulsificante ou condicionador e fermento (biológico ou seco), volume normal, simétrico, uniformidade no assado.	UNI	10.000		
5	PÃO, TIPO LEITE , com 50g. fabricado com matéria prima de primeira qualidade, isentos de matéria terrosa, parasitos e em perfeito estado de conservação, unidade 50g de acordo com as Normas e/ou Resoluções da ANVISA/MS.	UNI	10.000		
6	PÃO TIPO FAROFA , com 50g. fabricado com matéria prima de primeira qualidade, isentos de matéria terrosa, parasitos e em perfeito estado de conservação, unidade 50g de acordo com as Normas e/ou Resoluções da ANVISA/MS.	UNI	1.000		
7	PÃO DE FORMA , Pão de forma pacote com 500g – Características: pão de forma: com superfície lisa, macia e brilhante, não quebradiça, miolo consistente, sedoso e macio, tipo tradicional; peça fatiada contendo em média 22 fatias; composição	UNI	1.000		



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO SALTO

CNPJ: 18.347.419/0001-80 E-mail: prefeiturasmq@gmail.com

FONES: (33) 37271144 e 37271145

PRAÇA AURELINA MOTA SANTOS, 218 – CENTRO – CEP 39928-000 – ESTADO DE MG

Administração 2025 – 2028

Governo Diferente, Cuidando da Nossa Gente

	básica/; Farinha de trigo fortificada com ferro e ácido fólico, açúcar, sal, conservante, emulsificante, podendo conter outros ingredientes desde que declarados pela ANVISA. Embalado em saco plástico atóxico; contendo identificação do fabricante e do produto, com data de fabricação, número do lote, composição nutricional e lista de ingredientes. Validade mínima de 10 dias a contar da data da entrega. Acondicionados para transporte, em caixa plástica atóxica.					
8	TORRADA , Torrada salgada, tipo tradicional, produzida a partir de pão de fórmula especial, submetida a processo de secagem e tostagem que garanta textura crocante e coloração dourada uniforme. Acondicionada em embalagem plástica primária e secundária (caixa), hermeticamente fechada, em embalagens de 140g a 160g . O produto deve apresentar sabor e odor característicos, livre de ranço, mofo ou sujidades. A embalagem deve conter de forma visível a marca, lote, informações nutricionais e data de validade (mínimo de 6 meses na entrega), em conformidade com as normas da ANVISA (RDC nº 263/2005).	PCT	500			
VALOR TOTAL DO LOTE 4						R\$ -
LOTE 5 - CARNES						
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT	MARCA	VL. UNIT.	VL. TOTAL
1	CARNE MOIDA DE 1ª CARNE bovina ACÉM MOÍDO, congelada, sem osso e sem gordura. Embalagem de 1kg. Acondicionado em filme de PVC transparente ou saco plástico transparente, validade do produto não poderá ser superior a 3 dias, contados a partir da data de sua entrega. O produto deverá estar em conformidade com as normas e/ou legislação vigente do Ministério da Agricultura apresentando, em sua embalagem, as marcas e carimbos oficiais pertinentes, SIF/SIE. Rotulagem contendo no mínimo, peso líquido, nome do produto, nome e CNPJ do beneficiador, número do lote e data ou prazo de validade.	KG	4.000			
2	CARNE BOVINA ACEM , Tipo PEÇA MAGRA congelada, tipo primeira, aspecto próprio, não amolecido e nem pegajosa, cor própria sem manchas esverdeada, cheiro e sabor próprio, com ausência de sujidades, parasitos e larvas. Devendo conter no	KG	3.000			



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO SALTO

CNPJ: 18.347.419/0001-80 E-mail: prefeiturasmq@gmail.com

FONES: (33) 37271144 e 37271145

PRAÇA AURELINA MOTA SANTOS, 218 – CENTRO – CEP 39928-000 – ESTADO DE MG

Administração 2025 – 2028

Governo Diferente, Cuidando da Nossa Gente

	Máximo 10% de gordura, deve ser isenta de cartilagens e de ossos e conter no Máximo de 3% de aponeurose. O produto deverá estar em conformidade com as normas e/ou legislação vigente do Ministério da Agricultura apresentando, em sua embalagem, as marcas e carimbos oficiais pertinentes SIF/SIE. Rotulagem contendo no mínimo, peso líquido, nome do produto, nome e CNPJ do beneficiador, número do lote e data ou prazo de validade.					
3	PEITO DE FRANGO , congelado, com pele, com osso, de primeira qualidade. Embalagem em filme PVC transparente ou saco plástico transparente, contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, marcas e carimbos oficiais, de acordo com as Portarias do Ministério da Agricultura, DIPOA n.304 de 22/04/96 e n.145 de 22/04/98, da Resolução da ANVISA n.105 de 19/05/99 e da Lei Municipal / Vigilância Sanitária nº 5504/99. DEVE TER SIF/SIE.	KG	3.000			
4	FRANGO, COXA E SOBRECOXA , congelado, com pele, com osso, de primeira qualidade. Embalagem em filme PVC transparente ou saco plástico transparente, contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, marcas e carimbos oficiais, de acordo com as Portarias do Ministério da Agricultura, DIPOA n.304 de 22/04/96 e n.145 de 22/04/98, da Resolução da ANVISA n.105 de 19/05/99 e da Lei Municipal / Vigilância Sanitária nº 5504/99. DEVE TER SIF/SIE	KG	900			
5	FRANGO INTEIRO , congelado, de primeira qualidade, carcaça de classe A, apresentando-se limpo, sem vísceras, sem cabeça, sem pés e sem pescoço. O produto deve apresentar carne firme, de cor e odor característicos, livre de manchas, hematomas, queimaduras de gelo ou excesso de gordura. O processamento deve atender rigorosamente às normas do Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA) e do Regulamento Técnico de Identidade e Qualidade. Deve ser acondicionado em embalagem plástica individual, original de fábrica, hermeticamente fechada, íntegra e atóxica, contendo obrigatoriamente o carimbo do Serviço de Inspeção Federal (SIF), Estadual (SIE) ou Municipal (SIM). O rótulo deve informar o peso líquido, data de abate, lote e prazo de validade. No ato da entrega, o produto congelado deve estar em	KG	500			



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO SALTO

CNPJ: 18.347.419/0001-80 E-mail: prefeiturasmq@gmail.com

FONES: (33) 37271144 e 37271145

PRAÇA AURELINA MOTA SANTOS, 218 – CENTRO – CEP 39928-000 – ESTADO DE MG

Administração 2025 – 2028

Governo Diferente, Cuidando da Nossa Gente

	temperatura não superior a -12°C e o resfriado entre 0°C e 4°C, não sendo aceitos produtos com sinais de descongelamento ou embalagens com acúmulo excessivo de líquido.					
6	LOMBO SUÍNO , resfriado ou congelado, de primeira qualidade, obtido a partir do corte do lombo (músculo <i>longissimus dorsi</i>), devidamente desossado, sem pele e com camada mínima de gordura externa. O produto deve apresentar cor rosada característica, textura firme, odor próprio e estar isento de manchas, hematomas, excesso de líquidos ou cartilagens. O processamento deve atender rigorosamente às normas do Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA) e ao Regulamento Técnico de Identidade e Qualidade. Deve ser acondicionado em embalagem plástica resistente, preferencialmente a vácuo, íntegra e atóxica, contendo obrigatoriamente o carimbo do Serviço de Inspeção Federal (SIF), Estadual (SIE) ou Municipal (SIM). O rótulo deve informar o peso líquido, data de abate/processamento, lote e prazo de validade. No ato da entrega, o produto congelado deve estar em temperatura não superior a -12°C e o resfriado entre 0°C e 4°C, conforme as normas de transporte de perecíveis.	KG	200			
VALOR TOTAL DO LOTE 5						R\$ -
LOTE 6 – POLPA DE FRUTA						
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT	MARCA	VL. UNIT.	VL. TOTAL
1	POLPA, DE FRUTA , natural, sabor CAJÁ . Embalagem com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e capacidade, de acordo com a Resolução 12/78 da CNNPA. O produto deverá ter registro no Ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde. MAPA	KG	100			
2	POLPA, DE FRUTA , natural, sabor ACEROLA . Embalagem com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e capacidade, de acordo com a Resolução 12/78 da CNNPA. O produto deverá ter registro no Ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde. MAPA	KG	1.000			
3	POLPA, DE FRUTA , natural, sabor MANGA . Embalagem com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e capacidade, de acordo com a	KG	1.000			



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO SALTO

CNPJ: 18.347.419/0001-80 E-mail: prefeiturasmq@gmail.com

FONES: (33) 37271144 e 37271145

PRAÇA AURELINA MOTA SANTOS, 218 – CENTRO – CEP 39928-000 – ESTADO DE MG

Administração 2025 – 2028

Governo Diferente, Cuidando da Nossa Gente

	Resolução 12/78 da CNNPA. O produto deverá ter registro no Ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde. MAPA					
4	POLPA, DE FRUTA , natural, sabor GRAVIOLA . Embalagem com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e capacidade, de acordo com a Resolução 12/78 da CNNPA. O produto deverá ter registro no Ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde. MAPA	KG	100			
5	POLPA, DE FRUTA , natural, sabor GOIABA . Embalagem com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e capacidade, de acordo com a Resolução 12/78 da CNNPA. O produto deverá ter registro no Ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde. MAPA	KG	1.000			
6	POLPA, DE FRUTA , natural, sabor CUPUAÇU . Embalagem com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e capacidade, de acordo com a Resolução 12/78 da CNNPA. O produto deverá ter registro no Ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde. MAPA	KG	100			
VALOR TOTAL DO LOTE 6						R\$ -
LOTE 7 – ALIMENTOS ESPECIAIS						
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT	MARCA	VL. UNIT.	VL. TOTAL
1	FÓRMULA INFANTIL 0-6 MESES: fórmula infantil para lactentes de 0 a 6 meses, em pó, o produto deve atender à regulamentação vigente da ANVISA para fórmulas infantis, ser isento de glúten, possuir registro no órgão competente, embalagem original lacrada (aproximadamente 400g a 800g), com rotulagem completa e prazo de validade adequado no ato da entrega.	UNI	150			
2	FÓRMULA INFANTIL 6-12 MESES: fórmula infantil de seguimento para lactentes de 6 a 12 meses, em pó, indicada para complementação da alimentação, conforme prescrição profissional. O produto deve atender à regulamentação vigente da ANVISA para fórmulas infantis, ser isento de glúten, possuir registro no órgão competente, embalagem original lacrada (aproximadamente 400g a 800g), com rotulagem completa e prazo de validade adequado no ato da entrega.	UNI	250			



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO SALTO

CNPJ: 18.347.419/0001-80 E-mail: prefeiturasmq@gmail.com

FONES: (33) 37271144 e 37271145

PRAÇA AURELINA MOTA SANTOS, 218 – CENTRO – CEP 39928-000 – ESTADO DE MG

Administração 2025 – 2028

Governo Diferente, Cuidando da Nossa Gente

3	COMPOSTO LÁCTEO COM ÓLEOS VEGETAIS E FIBRAS , (marca de referência: Ninho Fases 1+), especificamente formulado para a primeira infância (crianças de 1 a 3 anos). O produto deve ser enriquecido com ferro, zinco, vitaminas (A, C, D, E) e demais nutrientes essenciais para a fase de desenvolvimento, atendendo rigorosamente às normas da ANVISA (RDC nº 708/2022) e à Norma Brasileira de Comercialização de Alimentos para Lactentes e Crianças de Primeira Infância (NBCAL). Deve apresentar-se em pó fino, de fácil solubilidade, cor branca amarelada e sabor característico. O produto deve ser acondicionado em latas de 800g, hermeticamente fechadas, com lacre de segurança e tampa plástica protetora. O rótulo deve conter obrigatoriamente a tabela nutricional completa, instruções de preparo, lote, data de fabricação e validade, além das advertências legais sobre o aleitamento materno. Não serão aceitas embalagens amassadas, com sinais de oxidação ou com prazo de validade inferior a 10 meses no ato da entrega.	UNI	100			
4	MUCILON DE AVEIA: cereal infantil instantâneo para alimentação complementar, tipo Mucilon, indicado para lactentes a partir de 6 meses, conforme orientação profissional. Produto à base de cereais (arroz, milho e/ou aveia), enriquecido com vitaminas e minerais, de fácil preparo, isento de glúten (quando aplicável à composição), com registro no órgão competente, embalagem original lacrada (aproximadamente 180g a 400g), contendo rotulagem completa e prazo de validade adequado no ato da entrega.	UNI	150			
5	MUCILON DE ARROZ: cereal infantil instantâneo para alimentação complementar, tipo Mucilon, indicado para lactentes a partir de 6 meses, conforme orientação profissional. Produto à base de cereais (arroz, milho e/ou aveia), enriquecido com vitaminas e minerais, de fácil preparo, isento de glúten (quando aplicável à composição), com registro no órgão competente, embalagem original lacrada (aproximadamente 180g a 400g), contendo rotulagem completa e prazo de validade adequado no ato da entrega.	UNI	200			
6	MUCILON DE MILHO: cereal infantil instantâneo para alimentação complementar, tipo Mucilon, indicado para	UNI	150			



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO SALTO

CNPJ: 18.347.419/0001-80 E-mail: prefeiturasmq@gmail.com

FONES: (33) 37271144 e 37271145

PRAÇA AURELINA MOTA SANTOS, 218 – CENTRO – CEP 39928-000 – ESTADO DE MG

Administração 2025 – 2028

Governo Diferente, Cuidando da Nossa Gente

	lactentes a partir de 6 meses, conforme orientação profissional. Produto à base de cereais (arroz, milho e/ou aveia), enriquecido com vitaminas e minerais, de fácil preparo, isento de glúten (quando aplicável à composição), com registro no órgão competente, embalagem original lacrada (aproximadamente 180g a 400g), contendo rotulagem completa e prazo de validade adequado no ato da entrega					
VALOR TOTAL DO LOTE 7						R\$ -
LOTE 8 –						
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT	MARCA	VL. UNIT.	VL. TOTAL
1	CRAVO, DA ÍNDIA , em botão floral maduro e dessecado, O produto deverá estar em conformidade com as normas e/ou legislação vigente da ANVISA/MS e da Comissão Nacional de Normas e Padrões para Alimentos.	KG	100			
2	CANELA EM PÓ , com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido, de acordo a Resolução 12/78 da Comissão Nacional de Normas e Padrões para Alimentos – CNNPA	KG	100			
3	CANELA EM PAU , produto natural desidratado, íntegro, de boa qualidade, limpo, livre de sujidades, parasitas e materiais estranhos. Acondicionado em embalagem original, íntegra e lacrada, contendo identificação do produto, peso líquido de no mínimo 50g por unidade , data de fabricação e prazo de validade, atendendo às normas sanitárias vigentes.	KG	100			
4	TEMPEIRO COMPLETO	KG	200			
5	LEMON PEPPER , Tempero tipo Lemon Pepper, composto por um mix de especiarias (pimenta-do-reino granulada, raspas de limão desidratadas, sal e especiarias complementares). O produto deve apresentar aspecto granulado, cor característica (amarelo com pontos escuros), aroma cítrico acentuado e sabor levemente picante. Deve estar livre de umidade, grumos (empedramento), bolores ou qualquer tipo de sujidade. Acondicionado em embalagem plástica ou pote transparente, hermeticamente fechado, contendo entre 40g e 100g. O rótulo deve conter obrigatoriamente a lista de ingredientes, marca, lote e prazo de validade (mínimo de 12 meses na entrega), conforme as normas da ANVISA (RDC nº 727/2022).	PCT	100			



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO SALTO

CNPJ: 18.347.419/0001-80 E-mail: prefeiturasmq@gmail.com

FONES: (33) 37271144 e 37271145

PRAÇA AURELINA MOTA SANTOS, 218 – CENTRO – CEP 39928-000 – ESTADO DE MG

Administração 2025 – 2028

Governo Diferente, Cuidando da Nossa Gente

6	CHIMICHURRI , Tempero tipo Chimichurri, mix de ervas e especiarias desidratadas (composto tipicamente por salsa, alho, cebola, orégano, pimenta, entre outros). O produto deve apresentar-se em flocos desidratados, com aspecto homogêneo, cor e aroma característicos, livre de umidade, bolores ou sujidades. Acondicionado em embalagem plástica ou pote transparente, hermeticamente fechado, contendo entre 40g e 100g . O rótulo deve conter a lista completa de ingredientes, marca, lote e data de validade (mínimo de 12 meses na entrega), em total conformidade com as normas da ANVISA (RDC nº 727/2022).	PCT	200			
7	OREGANO em folhas, validade do produto não poderá ser inferior a 12 meses, contada a partir da data da entrega. O produto deverá estar em conformidade com as normas e/ou legislação vigente do Ministério da Agricultura, nome e CNPJ do fabricante e data ou prazo de validade	KG	20			
8	COLORAL - Deve apresentar aspecto de pó fino, homogêneo, sem grumos, de cor vermelha vibrante e uniforme. Sabor e odor próprios, sem ranço ou mofo. Isento de corantes artificiais, sujidades e parasitas. Embalagem de 500g, hermeticamente fechada, com rotulagem completa e validade mínima de 10 meses.	KG	100			
VALOR TOTAL DO LOTE 8						R\$ -

2.3. O presente instrumento caracteriza-se como um documento vinculativo e obrigacional, com característica de **compromisso para futura contratação** dos itens indicados no subitem 2.1, nas condições definidas no ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e ata do **Pregão Eletrônico em referência** que integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro.

2.4. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará os órgãos e entidades participantes a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.

2.5. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

2.6. A presente Ata de Registro de preço será regida pela Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e pelo Decreto Municipal nº 1053/2024.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO SALTO

CNPJ: 18.347.419/0001-80 E-mail: prefeiturasmq@gmail.com

FONES: (33) 37271144 e 37271145

PRAÇA AURELINA MOTA SANTOS, 218 – CENTRO – CEP 39928-000 – ESTADO DE MG

Administração 2025 – 2028

Governo Diferente, Cuidando da Nossa Gente

CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

3.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços **será de 1 (um) ano**, contados da data de publicação de seu extrato no Diário Oficial do Município de Santa Maria do Salto-MG, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

3.1.1. A prorrogação deverá estar acompanhada com a comprovação da vantagem do preço registrado, na forma do IN nº 065/2021, permitida a negociação com o detentor da ata desde que observada a Cláusula Quarta deste instrumento.

3.1.2. No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original, desde que justificado pelo Órgão Gerenciador.

3.1.3. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ARP.

CLÁUSULA QUARTA - REVISÃO DO PREÇO REGISTRADO

Revisão de Preço

4.1. Durante a vigência da ARP o órgão gerenciador deverá proceder à atualização periódica dos preços registrados, com o objetivo de verificar a oscilação de mercado e adotar uma das medidas previstas nesta cláusula, se for o caso.

4.2. Nas hipóteses da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei Federal nº 14.133, de 2021 (caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado), os preços registrados poderão ser alterados, desde que observadas as disposições delineadas neste instrumento.

4.3. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador promover as negociações para viabilizar a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado, mediante as seguintes providências:

I – convocar o detentor da ARP, a fim de estabelecer negociação para redução dos preços originalmente registrados e a sua adequação ao praticado no mercado;

II – liberar o detentor da ARP do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade, se frustrada a negociação com ele tentada;

III – convocar os aderentes de preço, na ordem de classificação, visando a promover igual negociação.

4.3.1. A ordem de classificação dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário observará a classificação original.

4.4. Quando o preço do mercado se tornar superior aos preços registrados e o detentor da ARP comunicar e comprovar, antes do pedido de fornecimento, a impossibilidade de cumprimento



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO SALTO

CNPJ: 18.347.419/0001-80 E-mail: prefeiturasmq@gmail.com

FONES: (33) 37271144 e 37271145

PRAÇA AURELINA MOTA SANTOS, 218 – CENTRO – CEP 39928-000 – ESTADO DE MG

Administração 2025 – 2028

Governo Diferente, Cuidando da Nossa Gente

do compromisso inicialmente assumido, o órgão gerenciador deverá:

I – liberar o fornecedor do compromisso assumido e sem aplicação da penalidade, se confirmada a veracidade dos motivos e se os comprovantes forem apresentados;

II – promover negociação com os licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário e os licitantes remanescentes, observado o procedimento descrito no subitem 4.6.

4.4.1. Não existindo licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário e licitantes remanescentes, ou não havendo êxito nas negociações de que trata o subitem 4.6, o Órgão Gerenciador deverá proceder o cancelamento da ARP.

4.5. Na hipótese em que o detentor da ARP, antes do pedido de fornecimento, solicite a revisão do preço registrado e comprove que a elevação seja decorrente de evento posterior à assinatura da ARP, absolutamente independente da vontade das partes e proveniente de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis que inviabilizem a manutenção dos preços registrados, o órgão gerenciador deverá:

I – proceder às negociações na forma do subitem 4.6, e no caso do seu êxito, liberar o detentor da ARP do compromisso assumido e sem aplicação da penalidade;

II – promover a alteração do preço registrado em favor do solicitante quando frustrada a negociação de que trata o inciso I.

4.5.1. Diante da inexistência de aderentes de preço e licitantes remanescentes que impeçam a realização das negociações mencionada no inciso I, a revisão do preço solicitada pelo detentor da ata ficará condicionada a demonstração de que o valor pretendido está compatível com os valores praticados pelo mercado.

4.5.2. A fixação do novo preço a ser registrado deverá ser consignada em Termo Aditivo à ARP, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

4.5.3. O Órgão Gerenciador deverá decidir sobre a revisão de preços, no prazo definido no parágrafo único do art. 123 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

4.5.4. A critério do órgão gerenciador, as utilizações e as adesões à ARP poderão ser suspensas durante o período de análise do pedido de revisão.

4.5.5. A alteração dos preços registrados não modifica automaticamente os preços dos contratos decorrentes do SRP, cuja revisão deverá ser feita pelo órgão da Administração Direta, pela autarquia ou pela fundação do Poder Executivo Municipal contratante, observadas as disposições legais incidentes sobre os contratos.

Da negociação para fins de revisão de preço

4.6. As negociações de que tratam os subitens 4.4.1 e 4.5 deverão observar o seguinte procedimento:



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO SALTO

CNPJ: 18.347.419/0001-80 E-mail: prefeiturasmq@gmail.com

FONES: (33) 37271144 e 37271145

PRAÇA AURELINA MOTA SANTOS, 218 – CENTRO – CEP 39928-000 – ESTADO DE MG

Administração 2025 – 2028

Governo Diferente, Cuidando da Nossa Gente

4.6.1. O Órgão Gerenciador deverá convocar os licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário e os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a formalização da ata

de registro de preço nas condições propostas pelo detentor da ata.

4.6.2. Na hipótese de nenhum dos convocados aceitar a contratação nos termos do subitem 4.6.1, o Órgão Gerenciador, poderá convocar os licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário e os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço registrado em ata.

4.6.2.1. Na negociação a que se refere o subitem 4.6.2 caberá ao Órgão Gerenciador propor os preços revisados da seguinte maneira:

I – Primeira rodada de negociações (c): será proposto aos convocados o valor resultante da média entre o preço registrado em ata (a) e o preço revisional pretendido pelo detentor da ata ou o preço ofertado pelo licitante classificado em segundo lugar no procedimento licitatório, o que for menor (b).

$$\frac{a + b}{2} = c$$

2

Onde:

a: corresponde ao preço registrado em ata

b: corresponde ao preço revisional pretendido pelo detentor da ata ou o preço ofertado pelo licitante classificado em segundo lugar no procedimento licitatório, o que for menor

c: corresponde à média de 'a' e 'b' e indica o preço ofertado na primeira rodada de negociações

II – Segunda rodada de negociações (d): caso nenhum dos convocados aceite o preço ofertado, será proposto, em uma segunda rodada de negociações, o valor resultante da média entre o preço da primeira rodada de negociações (c) e o preço revisional pretendido pelo detentor da ata ou o preço ofertado pelo licitante classificado em segundo lugar no procedimento licitatório, o que for menor (b).

$$\frac{b + c}{2} = d$$

2

Onde:

b: corresponde ao preço revisional pretendido pelo detentor da ata ou o preço ofertado pelo licitante classificado em segundo lugar no procedimento licitatório, o que for menor

c: corresponde ao preço ofertado na primeira rodada de negociações.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO SALTO

CNPJ: 18.347.419/0001-80 E-mail: prefeiturasmq@gmail.com

FONES: (33) 37271144 e 37271145

PRAÇA AURELINA MOTA SANTOS, 218 – CENTRO – CEP 39928-000 – ESTADO DE MG

Administração 2025 – 2028

Governo Diferente, Cuidando da Nossa Gente

d: corresponde à média de 'b' e 'c' e indica o preço ofertado na segunda rodada de negociações

4.6.3. Encerrada, sem êxito, a segunda rodada de negociações, caso o preço revisional pretendido pelo detentor da ata esteja acima do preço ofertado pelo licitante classificado em segundo lugar, este último poderá ser convocado para formalizar a ata de registro de preço nas condições ofertadas por ele no procedimento licitatório.

4.6.3.1. O licitante a que se refere o inciso 4.6.3 estará vinculado a proposta/lance apresentado, salvo se decorrido prazo de validade indicado no edital (§3º do art. 90 da Lei Federal nº 14.133/2021).

4.6.3.2. Decorrido o prazo de validade da proposta indicado no edital, e, caso o licitante a que se refere o inciso

4.6.3 tenha declinado da formalização da ata de registro de preço nas suas condições ofertadas no procedimento licitatório, o Órgão Gerenciador poderá dar seguimento à negociação, com as seguintes condições:

III – Terceira rodada de negociações (f): será proposto aos convocados remanescentes, em uma terceira rodada de negociações, o valor resultante da média entre o preço da segunda rodada de negociações (d) e o preço revisional pretendido pelo detentor da ata ou o preço ofertado pelo licitante classificado em terceiro lugar no procedimento licitatório, o que for menor (e).

$$\frac{d + e}{2} = f$$

2

Onde:

d: corresponde ao preço ofertado na segunda rodada de negociações

e: corresponde ao preço revisional pretendido pelo detentor da ata ou o preço ofertado pelo licitante classificado em terceiro lugar no procedimento licitatório, o que for menor

f: corresponde à média de 'd' e 'e' e indica o preço ofertado na terceira rodada de negociações

IV - Quarta rodada de negociações (g): caso nenhum dos convocados aceite o preço ofertado, será proposto aos convocados remanescentes o valor resultante da média entre o preço da terceira rodada de negociações (f) e o preço revisional pretendido pelo detentor da ata ou o preço ofertado pelo licitante classificado em terceiro lugar no procedimento licitatório, o que for menor (e).

$$\frac{e + f}{2} = g$$

Onde:

e: corresponde ao preço revisional pretendido pelo detentor da ata ou o preço ofertado pelo licitante



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO SALTO

CNPJ: 18.347.419/0001-80 E-mail: prefeiturasmq@gmail.com

FONES: (33) 37271144 e 37271145

PRAÇA AURELINA MOTA SANTOS, 218 – CENTRO – CEP 39928-000 – ESTADO DE MG

Administração 2025 – 2028

Governo Diferente, Cuidando da Nossa Gente

classificado em terceiro lugar no procedimento licitatório, o que for menor f: corresponde ao preço ofertado na terceira rodada de negociações.

g: corresponde à média de 'e' e 'f' e indica o preço ofertado na quarta rodada de negociações

4.6.4. Encerrada, sem êxito, a quarta rodada de negociações, caso o preço revisional pretendido pelo detentor da ata esteja acima do preço ofertado pelo licitante classificado em terceiro lugar, este último poderá ser convocado para formalizar a ata de registro de preço nas condições ofertadas por ele no procedimento licitatório.

4.6.4.1. O licitante a que se refere o inciso 4.6.4 estará vinculado à proposta/lance apresentado, salvo se decorrido prazo de validade indicado no edital (§3º do art. 90 da Lei Federal nº 14.133/2021).

4.6.4.2. Decorrido o prazo de validade da proposta indicado no edital, e, caso o licitante a que se refere o inciso

4.6.4 tenha declinado da formalização da ata de registro de preço nas suas condições ofertadas no procedimento licitatório, o Órgão Gerenciador poderá dar seguimento à negociação, nos moldes apresentados anteriormente.

4.6.5. Na adoção dos procedimentos descritos nos subitens 4.6.1, a 4.6.4, a Administração não poderá aceitar valores superiores ao valor estimado da contratação, observado o índice de atualização de preços correspondente.

4.6.6. Na hipótese de êxito nas negociações a que se referem os subitens 4.6.1, a 4.6.4, deverá o Órgão Gerenciador promover:

- I - a realização de pesquisa de preço a fim de confirmar a vantagem no preço negociado;
- II - o cancelamento do preço registrado do detentor da ata; e
- III - a formalização de uma nova ata de registro de preço com o convocado que tenha aceitado as condições negociais oferecidas.

4.6.6.1. A formalização do novo instrumento de que trata o inciso II do subitem 4.6.6 deverá ficar restrita ao remanescente da ata de registro de preço alterada.

4.6.7. Na hipótese de as negociações a que se referem os subitens 4.6.1, a 4.6.4 não restarem frutíferas, o Órgão Gerenciador deverá observar o disposto no subitem 4.4.1 e no inciso II do subitem 4.5.

CLÁUSULA QUINTA - SUBSTITUIÇÃO DE MARCA OU MODELO DO PRODUTO REGISTRADO



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO SALTO

CNPJ: 18.347.419/0001-80 E-mail: prefeiturasmq@gmail.com

FONES: (33) 37271144 e 37271145

PRAÇA AURELINA MOTA SANTOS, 218 – CENTRO – CEP 39928-000 – ESTADO DE MG

Administração 2025 – 2028

Governo Diferente, Cuidando da Nossa Gente

5.1. O Órgão Gerenciador poderá aceitar que o detentor da ARP substitua o produto por outro de marca ou de modelo diferente daquele registrado na ARP, por comprovado motivo ou por fato superveniente à licitação e desde que o novo produto possua, comprovadamente, desempenho e qualidade iguais ou superiores, não podendo haver majoração do preço registrado.

5.2. A aceitação de que trata o subitem 5.1 poderá ser precedida de parecer técnico que ateste as informações prestadas pelo detentor da ata e deverá ser consignada em Termo Aditivo à ARP.

CLÁUSULA SEXTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

6.1. São obrigações do ÓRGÃO GERENCIADOR:

6.1.1. Publicar na Imprensa Oficial do Município o extrato da ARP, com a indicação do número da licitação em referência, do objeto e do endereço do portal eletrônico da internet, onde poderão ser obtidas informações mais detalhadas da ARP. Publicar nos moldes do subitem 6.1.1 eventuais mudanças na ARP, inclusive de detentores da ARP, de marca, de modelo ou de quantitativos dos itens ou de seus respectivos preços.

6.1.2. Divulgar, mediante publicação no seu portal oficial, o preço registrado com indicação dos fornecedores, cuja informação ficará disponível durante a vigência da ARP.

6.1.3. Gerenciar a ata de registro de preços, com a prática, em especial, dos seguintes atos:

6.1.4. Indicar para os Órgãos Participantes os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de compras, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos;

6.1.5. Emitir a autorização de compra;

6.1.6. Proceder à atualização periódica dos preços registrados, com o objetivo de verificar a oscilação de mercado e adotar uma das medidas previstas na Cláusula Quarta, se for o caso;

6.1.7. Conduzir eventuais renegociações dos preços registrados;

6.1.8. Promover o remanejamento ou redistribuição das quantidades entre os órgãos participantes do processo licitatório;

6.1.9. Prorrogar a vigência da ARP, se for o caso;

6.1.10. Aceitar, se for o caso, que o detentor da ARP substitua o produto por outro de marca ou de modelo diferente daquele registrado nesta ata, por comprovado motivo ou por fato superveniente à licitação e desde que o novo produto possua, comprovadamente, desempenho e qualidade iguais ou superiores, não podendo haver majoração do preço registrado;

6.1.11. Receber a “solicitação de adesão” e autorizar, se for o caso, o pedido de adesão à ARP formulado pelos órgãos não participantes, por meio do “termo de adesão”.

6.1.12. Promover o cancelamento do preço registrado ou da própria ARP, total ou parcialmente, quando presentes as situações previstas na Cláusula Sétima desta Ata.

6.1.13. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações feitas pelos detentores da ARP, relacionadas ao gerenciamento da ata, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO SALTO

CNPJ: 18.347.419/0001-80 E-mail: prefeiturasmq@gmail.com

FONES: (33) 37271144 e 37271145

PRAÇA AURELINA MOTA SANTOS, 218 – CENTRO – CEP 39928-000 – ESTADO DE MG

Administração 2025 – 2028

Governo Diferente, Cuidando da Nossa Gente

execução do ajuste;

6.1.14. Com relação à obrigação delineada no subitem 6.1.6, o Órgão Gerenciador terá o prazo de 08 (oito) dias úteis, a contar da data do protocolo do requerimento, para decidir todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução dos contratos regidos pela Lei nº 14.133, de 2021, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

6.1.15. Competirá ao Contratante e ao Órgão Gerenciador do Registro de Preços proceder ao acompanhamento da execução desta, ficando esclarecido que a ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização do Contratante não eximirá a Contratada de total responsabilidade na execução do contrato.

6.2. São obrigações dos ÓRGÃOS PARTICIPANTES da ata:

6.2.1. Solicitar o uso da ARP ao Órgão Gerenciador, que indicará o fornecedor e os preços que serão praticados, obedecida à ordem de classificação.

6.2.2. Realizar todos os atos voltados à execução financeira, inclusive os relacionados à prestação de contas.

6.2.3. Requisitar a autorização e o empenho da despesa correspondente aos pedidos de fornecimento ou de contratação, dentro do prazo de vigência da ARP.

6.2.4. Formalizar a contratação decorrente da ARP.

6.2.5. Controlar os atendimentos de suas demandas por ARP, abrir processo administrativo para juntada de suas solicitações, ordens de utilização deferidas, notas de empenho e notas fiscais emitidas, faturas recebidas e pagas.

6.2.6. Observar as atividades de gestão e de fiscalização de contratos administrativos.

6.2.7. Instaurar, no âmbito de suas contratações, procedimento administrativo, em que seja assegurada a ampla defesa e o contraditório, para fins de aplicação de penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ARP ou do descumprimento das obrigações contratuais, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

6.2.8. Não participar em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade desta ata, salvo na ocorrência de registro de quantitativo inferior ao máximo previsto no edital (inciso VIII do art. 82 da Lei Federal nº 14.133/2021).

6.3. São obrigações do DETENTOR DA ARP:

6.3.1. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

6.3.2. Responder no prazo de 05 (cinco) dias corridos as solicitações, pedidos, informações, etc., feitas pelo Órgão Gerenciador e pelos Órgãos Participantes.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO SALTO

CNPJ: 18.347.419/0001-80 E-mail: prefeiturasmq@gmail.com

FONES: (33) 37271144 e 37271145

PRAÇA AURELINA MOTA SANTOS, 218 – CENTRO – CEP 39928-000 – ESTADO DE MG

Administração 2025 – 2028

Governo Diferente, Cuidando da Nossa Gente

6.3.3. Na hipótese de o preço do mercado se tornar superior aos preços registrados, comunicar e comprovar, antes do pedido de fornecimento realizado pelos órgãos participantes, a impossibilidade de cumprimento do compromisso inicialmente assumido.

6.3.4. Na hipótese de solicitação de revisão de preço, comprovar que a elevação seja decorrente de evento posterior à assinatura da ARP, absolutamente independente da vontade das partes e proveniente de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis que inviabilizem a manutenção dos preços.

6.3.4. Na hipótese de solicitar a substituição do produto por outro de marca ou de modelo diferente daquele registrado na ARP, comprovar o motivo ou o fato superveniente à licitação, e desde que o novo produto possua, comprovadamente, desempenho e qualidade iguais ou superiores, não podendo haver majoração do preço registrado.

6.3.5. Na hipótese de solicitar o cancelamento do item registrado, comprovar o fato superveniente à assinatura da ARP, decorrente de caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução das obrigações previstas na ARP.

6.3.6. Celebrado o contrato em decorrência da ARP, os órgãos e entidades participantes passam a ser designados como “Contratantes” e o detentor da ata como “Contratado”, observadas as obrigações fixadas no Termo de Referência para cada um deles.

6.3.7. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas no Termo de Referência, mas não obrigará os órgãos e entidades participantes a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.

CLÁUSULA SÉTIMA – CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS E DA ATA

7.1. O Órgão Gerenciador deverá cancelar o PREÇO REGISTRADO do detentor da ata quando este:

I – for liberado nas hipóteses previstas no inciso II do subitem 4.3 e no inciso I do subitem 4.4.

II – descumprir as condições da ARP, sem justificativa aceitável;

III – não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado (subitem 4.2);

IV – não aceitar o preço revisado pelo órgão gerenciador;

V – sofrer a sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

7.2. A ATA DE REGISTRO DE PREÇO será cancelada, total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:

I – pelo decurso do prazo de vigência ou quando não restarem detentores da ARP e



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO SALTO

CNPJ: 18.347.419/0001-80 E-mail: prefeiturasmq@gmail.com

FONES: (33) 37271144 e 37271145

PRAÇA AURELINA MOTA SANTOS, 218 – CENTRO – CEP 39928-000 – ESTADO DE MG

Administração 2025 – 2028

Governo Diferente, Cuidando da Nossa Gente

aderentes de preço;

II – pelo cancelamento de todos os preços registrados;

III – em razão da utilização total dos itens da ARP, salvo na hipótese de sua prorrogação;

IV – por fato superveniente, decorrente de caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução das obrigações previstas na ARP;

V – por razões de interesse público, devidamente justificadas.

7.2.1. Na hipótese em que o detentor da ata solicite o cancelamento em razão do disposto no inciso IV do subitem 7.2, o Órgão Gerenciador poderá, como alternativa ao cancelamento:

I - suspender temporariamente as utilizações e as adesões à ARP até a regularização do fornecimento do produto registrado, desde que demonstrado o interesse público e a vantagem na manutenção do preço registrado;

II - proceder às negociações com os aderentes de preço e os licitantes remanescentes na forma do subitem 4.6.

7.3. Nas hipóteses dos incisos II e V do subitem 7.1 e dos incisos IV e V do subitem 7.2 deste instrumento, o Órgão Gerenciador deverá motivar sua decisão nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa do detentor da ARP e dos aderentes, se houver.

CLÁUSULA OITAVA – DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. A ata de registro de preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por órgão ou entidade da administração pública municipal, que não tenha participado do certame licitatório, mediante Anuência do Órgão Gerenciador, respeitadas as condições e as regras estabelecidas na Lei Federal nº 14.133, de 2021.

8.2. A manifestação do Órgão Gerenciador de que trata o subitem anterior, fica condicionada à realização de estudo, pelos órgãos que não participaram do registro de preços, que demonstre a vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público, e que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº. 14.133, de 2021.

8.3. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o Órgão Gerenciador e Órgãos Participantes.

8.4. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na Ata de Registro de Preços para o Órgão Gerenciador e Órgãos Participantes.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO SALTO

CNPJ: 18.347.419/0001-80 E-mail: prefeiturasmq@gmail.com

FONES: (33) 37271144 e 37271145

PRAÇA AURELINA MOTA SANTOS, 218 – CENTRO – CEP 39928-000 – ESTADO DE MG

Administração 2025 – 2028

Governo Diferente, Cuidando da Nossa Gente

8.5. As adesões à Ata de Registro de Preços não poderão exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preços para o Órgão Gerenciador e Órgãos Participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que eventualmente aderirem.

8.6. Tratando-se de item exclusivo para microempresas e empresas de pequeno porte e cooperativas enquadradas no art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, o órgão gerenciador somente autorizará a adesão caso o valor da contratação pretendida pelo aderente, somado aos valores das contratações já previstas para o órgão gerenciador e participantes ou já destinadas a aderentes anteriores, não ultrapasse o limite de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais)¹.

8.7. Ao órgão não participante que aderir à ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação as suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

8.8. Após a autorização do Órgão Gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

8.9. Caberá ao Órgão Gerenciador autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo para efetivação da contratação, respeitado o prazo de vigência da ata, desde que solicitada pelo órgão não participante.

8.10. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

CLÁUSULA NONA – REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

9.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

9.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

9.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

9.3. O Órgão Gerenciador que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

9.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

9.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO SALTO

CNPJ: 18.347.419/0001-80 E-mail: prefeiturasmq@gmail.com

FONES: (33) 37271144 e 37271145

PRAÇA AURELINA MOTA SANTOS, 218 – CENTRO – CEP 39928-000 – ESTADO DE MG

Administração 2025 – 2028

Governo Diferente, Cuidando da Nossa Gente

a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

9.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

9.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 9.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS CONTRATAÇÕES DECORRENTES DA ARP

10.1. A contratação com o detentor da ARP será formalizada pelos órgãos e entidades participantes, por intermédio de instrumento contratual, pela emissão de nota de empenho de despesa, carta-contrato, autorização de compra ou ordem de execução de serviço, observado o disposto no Capítulo I do Título III da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

10.1.1. Será admitida a forma eletrônica na celebração de contratos, mediante certificado digital emitido em âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).

10.2. O prazo para assinatura do contrato, retirada de nota de empenho ou instrumento equivalente, será de 05 (cinco) dias úteis, após regular convocação.

10.3. A formalização dos contratos, decorrentes do SRP, deverá ser providenciada dentro do prazo de vigência da ARP.

10.3.1. Na hipótese em que o instrumento de contrato seja substituído por outro instrumento hábil na forma do art. 95 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, a emissão dos referidos documentos e o seu envio ao detentor da ARP deverá ocorrer dentro do prazo de vigência desta.

10.4. Na assinatura do contrato:

- I – será exigida a comprovação das condições de habilitação fiscal e trabalhista consignadas no edital de licitação;
- II – será realizada consulta nos cadastros a que se referem o edital;

10.5. O prazo de duração dos contratos, decorrentes da ARP, não se confunde com o prazo de vigência da própria ata (previsto no subitem 3.1), estando aquele primeiro submetido ao disposto no Capítulo V do Título III da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

10.5.1. O contrato a que se refere o subitem 10.5 terá o prazo de vigência da contratação de 12 (doze) meses contados do ato de sua assinatura, prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, observadas as condições previstas naquele instrumento.

10.6. No caso de contratação com a utilização de recursos da União decorrentes de transferências voluntárias, tais como convênios e contratos de repasse, a prioridade para o fornecimento deverá observar a regra prevista no artigo 8º, §4º, do Decreto Federal nº 8.538/2015.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO SALTO

CNPJ: 18.347.419/0001-80 E-mail: prefeiturasmq@gmail.com

FONES: (33) 37271144 e 37271145

PRAÇA AURELINA MOTA SANTOS, 218 – CENTRO – CEP 39928-000 – ESTADO DE MG

Administração 2025 – 2028

Governo Diferente, Cuidando da Nossa Gente

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – FORO

11.1. As partes comprometem-se a submeter eventuais controvérsias, decorrentes do presente instrumento, a métodos alternativos de solução de conflito, que serão promovidos pela Procuradoria-Geral do Município de Santa Maria do Salto-MG.

11.1.1. Não logrando êxito o método alternativo de solução do conflito, fica eleito o foro da Comarca de Jacinto, Estado da Minas Gerais, para dirimir as questões oriundas do presente instrumento, sendo este o competente para a propositura de qualquer medida judicial decorrente deste instrumento, com a exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Santa Maria do Salto -MG, XX de XXXXX de 2025.

MUNÍCIPIO DE SANTA MARIA DO SALTO
Damião Souza Ormundo
Prefeito Municipal **CONTRATANTE**

Representante legal
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

I - _____

II - _____



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO SALTO

CNPJ: 18.347.419/0001-80 E-mail: prefeiturasmq@gmail.com

FONES: (33) 37271144 e 37271145

PRAÇA AURELINA MOTA SANTOS, 218 – CENTRO – CEP 39928-000 – ESTADO DE MG

Administração 2025 – 2028

Governo Diferente, Cuidando da Nossa Gente

ANEXO IV

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 021/2026

MINUTA DO CONTRATO Nº XX/2025

Termo de Contrato que entre si fazem a
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA
MARIA DO SALTO(MG)** e a Empresa
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX.

O MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DO SALTO – ESTADO DA MINAS GERAIS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 18.347.419/0001-80, com sede administrativa na Pça. Aurelina Mota Santos, 218 – Centro, CEP: 39.928-000, Santa Maria do Salto(MG), neste ato representado por seu Prefeito Municipal, **o Sr. Damião Souza Ormundo**, brasileiro, maior, capaz, residente e domiciliado no município de Santa Maria do Salto – Minas Gerais, doravante denominado **CONTRATANTE**, e do outro lado o fornecedor abaixo qualificado, doravante denominado **CONTRATADO**, resolvem firmar o presente **CONTRATO DE Nº XX/2026**, decorrente da licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2026**, **Processo Administrativo nº 021/2026** de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo às condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto Municipal nº 30/2025 e em conformidade com as disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O presente termo de contrato tem por objeto **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, DESTINADOS AO SUPRIMENTO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE), MERENDA ESCOLAR, EM ATENDIMENTO À SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DO SALTO-MG**, conforme especificações e quantitativos indicados no processo Administrativo Nº 021/2026 e relacionados nas planilhas contidas nos Anexos do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2026 e na proposta vencedora.

1.2. São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.2.1. O Termo de Referência que embasou a contratação;
 - 1.2.2. O Edital;
 - 1.2.3. A Proposta do Contratado; e
 - 1.2.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.
- 1.3. Discriminação do objeto: (ANEXAR PLANILHA)



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO SALTO

CNPJ: 18.347.419/0001-80 E-mail: prefeiturasmq@gmail.com

FONES: (33) 37271144 e 37271145

PRAÇA AURELINA MOTA SANTOS, 218 – CENTRO – CEP 39928-000 – ESTADO DE MG

Administração 2025 – 2028

Governo Diferente, Cuidando da Nossa Gente

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1.O prazo de vigência do contrato terá início na data de sua assinatura e encerramento em 31 de dezembro do exercício em que ocorrer sua assinatura, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO

3.1 O valor total da contratação é de R\$ xxx (xx);

3.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA QUINTA - SUBSTITUIÇÃO DE MARCA OU MODELO DO PRODUTO REGISTRADO

5.3. O Órgão Gerenciador poderá aceitar que o detentor da ARP substitua o produto por outro de marca ou de modelo diferente daquele registrado na ARP, por comprovado motivo ou por fato superveniente à licitação e desde que o novo produto possua, comprovadamente, desempenho e qualidade iguais ou superiores, não podendo haver majoração do preço registrado.

5.4. A aceitação de que trata o subitem 5.1 poderá ser precedida de parecer técnico que ateste as informações prestadas pelo detentor da ata e deverá ser consignada em Termo Aditivo à ARP.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento, para o exercício de 2026 na classificação abaixo:

SECRETARIA: UNIDADEGESTORA:

PROJETO/ATIVIDADE: ELEMENTO:

FONTE:

VALOR:



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO SALTO

CNPJ: 18.347.419/0001-80 E-mail: prefeiturasmq@gmail.com

FONES: (33) 37271144 e 37271145

PRAÇA AURELINA MOTA SANTOS, 218 – CENTRO – CEP 39928-000 – ESTADO DE MG

Administração 2025 – 2028

Governo Diferente, Cuidando da Nossa Gente

4.2 No(s) exercício(s) seguinte(s), correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1 O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência.

CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE E REVISÃO DE PREÇOS

6.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

6.2 O valor unitário fixado nesta avença poderá ser reajustado, para mais ou menos, de acordo com a variação do IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, aferido pelo IBGE, ou pelo índice que venha a substituí-lo, nos termos fixados no Termo de Referência.

6.3 A periodicidade do reajustamento será anual, a contar da data do orçamento estimado.

6.4 O reajuste de preços deverá ser requerido do contratado, sob pena de preclusão

6.5 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

6.6 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

6.7 O reajuste poderá ser realizado por apostilamento.

6.8 Havendo comprovado desequilíbrio contratual, caberá revisão de preço pactuado, para mais ou para menos, nos termos fixados na Lei nº 14.133/2021.

6.9 No caso de desequilíbrio contratual, cabe à parte que alega demonstrar concreta e objetivamente o *quantum* do impacto negativo na economia contratual.

CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

7.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução, em razão de que o valor estimado se enquadra numa contratação que poderá ser feita por dispensa de licitação e cujos materiais se dará por demanda sendo os pagamentos feitos somente após as suas conclusões, o que não acarretará prejuízos a administração.

CLÁUSULA OITAVA – MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

8.1. A aquisição deverá ser FORNECIDA PARCIALMENTE pela Contratada, conforme Autorização de Fornecimento.

8.2. O Particular deverá fornecer os produtos rigorosamente segundo as especificações, marcas e referências indicadas na respectiva proposta, salvo fato superveniente acatado pela Administração.

8.3. Correrão por conta do Particular os custos com o fornecimento dos produtos, segundo



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO SALTO

CNPJ: 18.347.419/0001-80 E-mail: prefeiturasmq@gmail.com

FONES: (33) 37271144 e 37271145

PRAÇA AURELINA MOTA SANTOS, 218 – CENTRO – CEP 39928-000 – ESTADO DE MG

Administração 2025 – 2028

Governo Diferente, Cuidando da Nossa Gente

condições de entrega abaixo indicadas.

8.4. Os produtos deverão ser entregues devidamente acondicionados e em perfeitas condições de utilização.

8.1. A entrega PARCELADA dos **gêneros** objeto da presente licitação, será no prazo máximo de até **48 (quarenta e oito) horas**, após recebimento da ORDEM DE FORNECIMENTO, devidamente assinado pelo Servidor competente, nas quantidades e especificações descritas.

8.2. Todos os hortifrúts devem ser entregues em **plenas condições** de armazenamento e manipulação quando necessário deve-se utilizar caixas plásticas higienizadas.

8.3. Todos os produtos congelados e/ou resfriados deverão: Ser entregues embalados à vácuo, sem anormalidades como estufamento das mesmas, respeitando as especificações do edital quanto ao peso.

8.4. A qualidade dos produtos será contestada caso haja irregularidades.

8.5. Os produtos em estado de deterioração, maturação avançada, cor, textura e odor não característico serão devolvidos no ato de entrega, devendo ser repostos na próxima entrega. O mesmo ocorrerá para produtos com as embalagens rompidas, sujas, amassadas e/ ou enferrujadas.

8.6. Todas as frutas deverão estar verdes e embaladas evitando-se assim perdas no transporte.

8.7. A licitante vencedora deverá entregar os **gêneros** de segunda à sexta-feira, nos locais indicados na Ordem de Fornecimento

8.8. A Contratada deverá entregar os produtos dentro dos limites do Município de Santa Maria do Salto- MG, sendo responsável por todos os custos inerentes a entrega dos mesmos.

8.9. No local de entrega, o Fiscal do Contrato fará o RECEBIMENTO PROVISÓRIO dos **gêneros**, no prazo de 01 dia, limitando-se a verificar sua conformidade com o discriminado na Nota Fiscal e a data da entrega.

8.10. Os **gêneros**, para serem recebidos, no ato da entrega, serão inspecionados por técnicos da PREFEITURA, para verificar se atendem às especificações técnicas, constantes no Edital, e ainda deverão vir acompanhados de Nota fiscal e Termo de garantia (indicando prazo e o objeto da garantia do produto quando couber).

CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1 A contratada, sujeitar-se-á a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da Contratante, encarregada de acompanhar a entrega, prestando esclarecimento solicitados atendendo as reclamações formuladas, inclusive todas as entregas e anexar a Nota Fiscal, qual deverá ser acompanhado pelo responsável da Contratante.

9.2 Cumprir as demais disposições contidas no termo de referência.

9.3 Manter comunicação formal com a instituição por meio de endereço eletrônico, o qual deve ser verificado diariamente e acusado o recebimento. Não o fazendo, no decurso de 5 (cinco) dias corridos, o seu silêncio será reputado como comunicação/notificação recebida.

9.4 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.5 Entregar os materiais/bens de acordo com os requisitos de quantidades, especificações técnicas, manuais de operação (quando couber) e demais condições consignadas nas propostas técnicas e/ou de preços, de acordo com o Termo de Referência.

9.6 Entregar os materiais/bens impreterivelmente, nos prazos previstos, no local designado e



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO SALTO

CNPJ: 18.347.419/0001-80 E-mail: prefeiturasmq@gmail.com

FONES: (33) 37271144 e 37271145

PRAÇA AURELINA MOTA SANTOS, 218 – CENTRO – CEP 39928-000 – ESTADO DE MG

Administração 2025 – 2028

Governo Diferente, Cuidando da Nossa Gente

conforme especificações constantes no Termo de Referência.

9.7 Garantir que os materiais/bens fornecidos estarão isentos de defeitos de fabricação, independentemente de a CONTRATADA ser ou não o fabricante, devendo providenciar a correção ou a substituição daqueles que apresentarem defeitos ou divergência com as especificações fornecidas.

9.8 Substituir, reparar ou corrigir, as suas expensas, no todo ou em parte, o material em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, no prazo de 05 (cinco) dias, contados da notificação, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

9.9 Comunicar à contratante, no prazo máximo de 02 (dois e quatro) horas que antecedam o prazo de vencimento da entrega, os motivos que impossibilitem o seu cumprimento.

9.10 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.11 Responsabilizar-se perante a Administração e terceiros, por ações ou omissões de seus empregados, prepostos e contratados, das quais resultem danos ou prejuízos a pessoas ou bens, não implicando corresponsabilidade da CONTRATANTE.

9.12 Responsabilizar-se por todos os custos, diretos e indiretos, inclusive transporte e de pessoal, necessários à adequada e regular entrega dos materiais/bens contratados, em plena conformidade com os termos e especificações, inclusive prazos, horários e local de entrega, previstos no Termo de Referência e anexos.

9.13 Pagar todos os tributos, contribuições fiscais e parafiscais que incidam ou venham a incidir, direta e indiretamente, sobre os produtos vendidos, bem como eventual custo de frete e entrega, inclusive seguro.

9.14 Assumir todos os encargos sociais, trabalhistas, fiscais, previdenciários e comerciais resultantes da execução contratual, bem como por eventuais demandas de caráter cível ou penal.

9.15 Manter, durante a vigência contratual, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas, devendo comunicar à Administração, por escrito, qualquer normalidade de caráter urgente e prestar esclarecimentos julgados necessários.

9.16 Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite legalmente permitido.

9.17 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116).

9.18 Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único).

9.19 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

9.20 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

9.21 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO SALTO

CNPJ: 18.347.419/0001-80 E-mail: prefeiturasmq@gmail.com

FONES: (33) 37271144 e 37271145

PRAÇA AURELINA MOTA SANTOS, 218 – CENTRO – CEP 39928-000 – ESTADO DE MG

Administração 2025 – 2028

Governo Diferente, Cuidando da Nossa Gente

CLÁUSULA DECIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 10.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.
- 10.2 Exercer o acompanhamento e a fiscalização, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.
- 10.3 Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas.
- 10.4 Aplicar ao Contratado sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato.
- 10.5 Reservar local apropriado para o recebimento do material objeto da contratação.
- 10.6 Ter pessoal disponível para o recebimento dos produtos contratados no horário e local previsto para entrega.
- 10.7 Receber os produtos de acordo com as especificações descritas neste documento, rejeitando, no todo ou em parte, o fornecimento executado em desacordo com o Contratado.
- 10.8 Pagar à Contratada o valor resultante da execução, no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência.
- 10.9 Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com a legislação vigente.
- 10.10 Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento do objeto do contrato.
- 10.11 Arquivar, entre outros documentos, projetos, especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do objeto e notificações expedidas.
- 10.12 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 10.13 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- 10.14 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 10.14.1 A Administração terá o prazo de no máximo 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 10.15 Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.
- 10.16 Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, quando for o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

- 11.1 As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO SALTO

CNPJ: 18.347.419/0001-80 E-mail: prefeiturasmq@gmail.com

FONES: (33) 37271144 e 37271145

PRAÇA AURELINA MOTA SANTOS, 218 – CENTRO – CEP 39928-000 – ESTADO DE MG

Administração 2025 – 2028

Governo Diferente, Cuidando da Nossa Gente

todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do contrato administrativo, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

11.2 Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

11.3 É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

11.4 A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

11.5 Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

11.6 É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

11.7 O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

11.8 O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

11.9 O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

11.10 Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

11.10.1 Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

11.11 O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

12.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

12.1.1 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

12.1.2 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO SALTO

CNPJ: 18.347.419/0001-80 E-mail: prefeiturasmq@gmail.com

FONES: (33) 37271144 e 37271145

PRAÇA AURELINA MOTA SANTOS, 218 – CENTRO – CEP 39928-000 – ESTADO DE MG

Administração 2025 – 2028

Governo Diferente, Cuidando da Nossa Gente

12.1.3 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

12.1.4 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

12.2 O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

12.3 O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

12.4 Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).

12.5 A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

12.6 Da Fiscalização

12.6.1 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

12.7 Fiscalização Técnica

12.7.1 O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 017, de 2024, art. 22, VI);

12.7.2 O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 017, de 2024, art. 22, II);

12.7.3 Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 017, de 2024, art. 22, III);

12.7.4 O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 017, de 2024, art. 22, IV).

12.7.5 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 017, de 2024, art. 22, V).

12.7.6 O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 017, de 2024, art. 22, VII).

12.8 Fiscalização Administrativa

12.8.1 O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO SALTO

CNPJ: 18.347.419/0001-80 E-mail: prefeiturasmq@gmail.com

FONES: (33) 37271144 e 37271145

PRAÇA AURELINA MOTA SANTOS, 218 – CENTRO – CEP 39928-000 – ESTADO DE MG

Administração 2025 – 2028

Governo Diferente, Cuidando da Nossa Gente

apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 017, de 2024).

12.8.2 Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 017, de 2024, art. 23, IV).

12.9 Gestor do Contrato

12.9.1 O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a

exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 017, de 2024, art. 21, IV).

12.9.2 O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 017, de 2024, art. 21, II).

12.9.3 O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 017, de 2024, art. 21, III).

12.9.4 O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 017, de 2024, art. 21, VIII).

12.9.5 O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 017, de 2024, art. 21, X).

12.9.6 O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 017, de 2024, art. 21, VI).



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO SALTO

CNPJ: 18.347.419/0001-80 E-mail: prefeiturasmq@gmail.com

FONES: (33) 37271144 e 37271145

PRAÇA AURELINA MOTA SANTOS, 218 – CENTRO – CEP 39928-000 – ESTADO DE MG

Administração 2025 – 2028

Governo Diferente, Cuidando da Nossa Gente

12.9.7 O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

13.1 As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do edital de licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

14.1 O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

14.1.1 Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

14.1.2 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

14.1.3 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

14.2 O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

14.2.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

14.2.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

14.2.3 Indenizações e multas.

14.3 A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021).

14.4 O contrato poderá ser extinto:

14.4.1 Caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação no processo de contratação direta ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO SALTO

CNPJ: 18.347.419/0001-80 E-mail: prefeiturasmq@gmail.com

FONES: (33) 37271144 e 37271145

PRAÇA AURELINA MOTA SANTOS, 218 – CENTRO – CEP 39928-000 – ESTADO DE MG

Administração 2025 – 2028

Governo Diferente, Cuidando da Nossa Gente

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – VEDAÇÕES

15.1. É vedado à CONTRATADA interromper o fornecimento sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA SUBCONTRATAÇÃO

16.1 Não será admitida a subcontratação do objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA SETIMA – ALTERAÇÕES

17.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

17.2 A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

17.3 As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

17.4 As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

17.5 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DOS CASOS OMISSOS

18.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – PUBLICAÇÃO



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO SALTO

CNPJ: 18.347.419/0001-80 E-mail: prefeiturasmq@gmail.com

FONES: (33) 37271144 e 37271145

PRAÇA AURELINA MOTA SANTOS, 218 – CENTRO – CEP 39928-000 – ESTADO DE MG

Administração 2025 – 2028

Governo Diferente, Cuidando da Nossa Gente

19.1 Incumbirá ao **CONTRATANTE** providenciar a divulgação deste instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), nos termos da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA VIGESIMA – FORO

20.1 Para dirimir questões judiciais relacionadas à execução do presente ajuste fica fixada o Foro da Comarca de Jacinto-MG, nos termos do art. 92, §1º, da Lei 14.133/21.

20.2. Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes e por duas testemunhas.

Santa Maria do Salto -MG, XX de XXXXX de 2026.

Damião Souza Ormundo

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

Representante legal

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

I - _____

II - _____